



**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
– PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO

“As falas silenciadas explodem”: A LITERATURA CONTRA A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO

**JOÃO PESSOA – PB
2024**

KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO

“As falas silenciadas explodem”: A LITERATURA CONTRA A
VIOLÊNCIA DE GÊNERO



Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus João Pessoa, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a Girlene Marques Formiga
Coorientador: Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros

JOÃO PESSOA – PB
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

A994f Azevedo, Karina de Oliveira.
“As falas silenciadas explodem” : A literatura contra a violência de gênero / Karina de Oliveira Azevedo. – 2024.
201 f. : il.
Inclui o Produto educacional cujo título é : Em violência contra a mulher, a literatura é (a) colher.
Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2024.
Orientação : Prof^ª Dra. Gírlene Marques Formiga.
Coorientação : Prof. Dr. José Washington de Moraes Medeiros.
1. Estudos literários. 2. Prática de leitura literária. 3. Violência contra a mulher. 4. Textos literários. I. Título.

CDU 82.09:316.48-055.2(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL

KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO

"AS FALAS SILENCIADAS EXPLODEM": A LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Campus João Pessoa.

Aprovado em 25 de outubro de 2024.

Membros da Banca Examinadora:

Dra. Girlene Marques Formiga

IFPB - PROFEPT

Dr. José Washington de Moraes Medeiros

IFPB - PROFEPT

Dra. Francilda Araújo Inácio

IFPB

Dra. Izandra Alves

IFRS

Dr. Emmanoel de Almeida Rufino

IFPB - PROFEPT

João Pessoa/2024

Documento assinado eletronicamente por:

- **Girlele Marques Formiga**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 25/10/2024 17:04:35.
- **Emmanuel de Almeida Rufino**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/10/2024 10:09:27.
- **Jose Washington de Morais Medeiros**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 29/10/2024 16:59:16.
- **Izandra Alves**, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 29/10/2024 17:47:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 620651
Verificador: 042c4f9a1e
Código de Autenticação:



Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, JOAO PESSOA / PB, CEP 58015-435
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-1200

*A todas as mulheres guerreiras – que já sentiram a dor
de ser mulher em uma sociedade machista, mas que não
desistiram...*

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por me fazer trilhar nos caminhos certos e me transformar a cada dia.

Em Capitães de Areia, Jorge Amado escreveu que, certos homens têm estrelas no lugar do coração, e quando morrem o coração fica no céu. Posso dizer que, com certeza, meu pai tinha uma estrela no lugar do coração. Toda minha trajetória é guiada e cuidada por Ele. Por isso, dedico esta dissertação a mantê-lo vivo em cada linha que escrevo. Ao meu **pai José Gomes (In Memoriam)**.

A minha **mãe**, com quem aprendi os melhores ensinamentos. Ser generosa, sentir compaixão e não deixar as oportunidades passarem. Você me transformou em uma mulher guerreira e que luta por outras mulheres. Sempre será meu exemplo de vida. Amo você!

Aos meus **irmãos**, por segurarem minha mão e estarem sempre ao meu lado, deixo meu legado para que lhes sirva de incentivo na busca do que desejam.

Aos meus **sobrinhos**, que nasceram para iluminar meus dias, deixo o melhor de mim para que se inspirem e façam sempre o melhor. Vocês são fonte de amor inesgotável para mim!

Ao meu **esposo** Francielio, por me apoiar em todos os momentos, entender minha ausência e por tudo o que já vivemos e superamos juntos. Amo-te!

Em especial à Dr^a **Girlene Marques Formiga**, orientadora fantástica que não mediu esforços para ajudar-me na construção deste trabalho. Obrigada pelos valiosos ensinamentos, por me guiar com maestria e competência e por todo o carinho demonstrado. Expresso o meu respeito e admiração pela sua competência profissional e pela forma como conduziu minha orientação.

Ao querido mestre Doutor **José Washington de Moraes Medeiros**, por ser esse ser de luz, dedicado, atencioso e que transmite tantos ensinamentos, minha gratidão por tanto.

À professora Dr^a **Izandra Alves**, pelo aceite em compor a banca examinadora e por suas contribuições e pelo afeto.

À professora Dr^a **Francilda de Araújo Inácio**, por aceitar compor minha banca examinadora e por compartilhar seus conhecimentos de forma tão dedicada.

Ao professor Dr. **Emmanuel de Almeida Rufino**, pelo aceite em compor a minha banca e por suas contribuições tão sensatas e o carinho que sempre me dedicou. Minha gratidão!

A todos os **professores do Mestrado ProfEPT** pelo ensinamento e todos os momentos vivenciados e por me proporcionarem a oportunidade desta formação acadêmica.

Aos **amigos mestrados do ProfEPT – turma 2022.1**, minha gratidão pelo companheirismo, pelos cafezinhos cheios de amor e por toda ajuda mútua na caminhada.

A Prefeita **Simone Azevedo**, por me proporcionar meu afastamento para esta capacitação.

RESUMO

A violência contra a mulher tem se destacado no Brasil, provocando intensa inquietação por parte dos profissionais de áreas diversas, os quais buscam caminhos e formas de combate a essa problemática. Nesse aspecto, esta pesquisa, que parte da articulação dos conhecimentos nos espaços educativos com a formação humana no âmbito da Educação Profissional e Técnica, propõe-se a refletir sobre o papel que a escola vem desempenhando para fortalecer as discussões sobre a necessidade de proteção da mulher contra a violência de gênero, a partir do ensino de literatura como um bem cultural capaz de possibilitar a reflexão acerca das experiências humanas em suas dimensões mais complexas. O presente estudo, em seu objetivo geral, presta-se a desenvolver práticas de leitura de textos literários cuja temática envolve esse fenômeno histórico e sociocultural, voltadas a docentes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada no município de Barra de Santa Rosa - PB. Para esse propósito, por meio de pesquisa de campo/aplicada e do tipo exploratória, com uma abordagem quanti-qualitativa, busca-se identificar, em documentos oficiais, como essa tematização é apresentada no cenário da formação integral, bem como averiguar ações educativas que situem a reflexão sobre o tema no contexto escolar; por fim, desenvolver uma Oficina como Proposta Didática de leitura de textos literários com enfoque em tal fenômeno, a ser aplicada notadamente no ensino de Língua Portuguesa. Para tanto, buscamos fundamentar as concepções de leitura e literatura, a exemplo de *Candido* (1989; 2004), *Dalvi* (2018; 2019; 2021) e *Rouxel* (2012; 2013; 2014), que dialogam com a formação humana integral. Por isso, também nos apoiaremos em *Freire* (1996; 2003), *Ciavatta* (2012) e *Ramos* (2007; 2014). Além destes, também teremos o aporte teórico de *Dalcastagné* (2007) e *Saffioti* (1994; 1999; 2004), que discutem a dominação patriarcal e as relações de gênero, respectivamente. Os resultados encontrados - dos quais se originou o produto educacional “Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher”- apontam que o processo de construção e mediação leitora, por intermédio de textos literários tematizando violências físicas e simbólicas, pode ser “a colher”, ou seja, um instrumento de acolhida, capaz de ampliar as discussões sobre a prevenção contra as diversas formas de opressão infligida às mulheres para a desconstrução da cultura patriarcal. Trata-se, pois, de apresentar a literatura como uma ferramenta pujante para os educandos e educadores experienciarem questões sensíveis constitutivas de nossa condição humana, por meio da linguagem simbólica, de maneira a direcionarem para uma compreensão mais crítica da realidade bem como para o favorecimento do cultivo do processo humanizador com consciência de si e do outro.

Palavras-Chave: Ensino de Literatura; Textos Literários; Práticas de Leitura Literária; Violência contra a mulher.

ABSTRACT

Violence against women has become prominent in Brazil, causing intense concern on the part of professionals from different areas, who are looking for ways and means to combat this problem. In this aspect, this research, which starts from the articulation of knowledge in educational spaces with human training within the scope of Professional and Technical Education, proposes to reflect on the role that schools have been playing to strengthen discussions about the need to protect woman against gender violence, based on the teaching of literature, seen as a cultural asset capable of enabling reflection on human experiences in their most complex dimensions. The present study, in its general objective, aims to develop reading practices of literary texts, whose theme involves the historical and sociocultural phenomenon, aimed at teachers of Integrated High School of the Administration course at Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, located in the municipality of Barra de Santa Rosa – PB. For this purpose, through field /applied and exploratory research, with a quantitative-qualitative approach, we seek to identify, in official documents, how this theme is presented in the scenario of comprehensive training, as well as to investigate educational actions that places reflection on the topic in the school context; finally, develop a Workshop as a Didactic Proposal for reading literary texts with a focus on this phenomenon, to be applied notably in teaching Portuguese Language. To this end, we seek to substantiate the conceptions of reading and literature based on Candido (1989; 2004), Dalvi (2018; 2019; 2021) and Rouxel (2012; 2013), which dialogue with integral human formation. Therefore, we will also rely on Freire (1996; 2003), Ciavatta (2012), Ramos (2007; 2014). In addition to these, we will also have the theoretical contribution of that Dalcastagné (2007) and Saffioti (1994; 1999; 2004), who discuss patriarchal domination and gender relations, respectively. The results found - wich gave rise to the educational product “In violence against women, literature is (a) scoop” indicate that the process of construction and reader mediation, through literary texts thematizing physical and symbolic violence, can be “the spoon”, that is a welcoming instrument, capable of expanding discussions on prevention against the various forms of oppression inflicted on women for the deconstruction of patriarchal culture. It is, therefore, about presenting literature as a powerful tool for students and educators to experience sensitive issues constitutive of our human condition, through symbolic language in order to direct towards a more critical understanding of reality, as well as towards the favoring the cultivation of the humanizing process with awareness of self and other.

Keywords: Teaching Literature; Literary Texts; Literary Reading Practices; Violence against women

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Imagem da ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB	28
FIGURA 2 – Questão do ENEM	40
FIGURA 3 – Dados de Violência contra a mulher 2023.....	42
FIGURA 4 – Dados de estupro contra a mulher 2023	44
FIGURA 5 – Coletâneas de textos literários sobre a violência de gênero: visibilidade à voz da mulher na sala de aula	85
FIGURA 6 – Processo de concepção de Produto Educacional	94
FIGURA 7 – Design para a capa da Proposta Didática de oficina de leitura de textos literários para EPT: Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher	96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Violência de gênero na ECIT José Luiz Neto	57
GRÁFICO 2 – Disciplina que abordou o tema	58
GRÁFICO 3 – Situação de violência	58
GRÁFICO 4 – Tipos de violência	59
GRÁFICO 5 – Série em que a temática foi trabalhada	63
GRÁFICO 6 – Você aborda o tema violência contra a mulher em suas aulas?	70
GRÁFICO 7 – Se sente preparado para abordar o tema violência contra a mulher?	70
GRÁFICO 8 – Presenciou situação de violência contra a mulher?	71
GRÁFICO 09 – Qual o tipo de violência?	71
GRÁFICO 10 – Sobre a didática e clareza dos temas apresentados na oficina “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”	102
GRÁFICO 11 – Momento de que mais gostou da oficina?	102
GRÁFICO 12 – Sobre a replicabilidade em sala de aula do material aplicado na oficina... ..	103
GRÁFICO 13 – Sobre a aplicabilidade do conhecimento adquirido na oficina para o cotidiano	103
GRÁFICO 14 – Pretensão em participar de futura oficina sobre violência contra a mulher	104
GRÁFICO 15 – Sobre o conteúdo apresentado	104
GRÁFICO 16 – Sobre a estética do material	105
GRÁFICO 17 – Sobre a organização do material apresentado	105
GRÁFICO 18 – Sobre a carga horária da oficina	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Etapas do Produto Educacional (PE)	95
QUADRO 2 – Sobre a avaliação da oficina	107
QUADRO 3 – Cronograma de atividades (Ano 2023).....	197
QUADRO 4 – Cronograma financeiro	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ: Comissão de Constituição e Justiça
CEJIL: Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEP: Comitê de Ética e Pesquisa (IFPB)
CRFB88: Constituição da República federativa do Brasil de 1988
ECIT: Escola Cidadã Integral Técnica Estadual
EJA: Educação de Jovens e Adultos
EMI: Ensino Médio Integrado
ENEM: Exame Nacional de Ensino Médio
EPT: Educação Profissional e Tecnológica
IFPB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISD – Instituto Santos Dumont
MEC: Ministério de Educação e Cultura
ONDH: Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos
ONU: Organização das Nações Unidas
PE: Produto Educacional
PP: Projeto Pedagógico
PL: Projeto de Lei
PPC: Proposta Pedagógica Curricular
PROFEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RP: Residência Pedagógica
SCIELO: Scientific Electronic Library Online
SUS: Sistema Único de Saúde
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO EM ARTICULAÇÃO COM O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	21
2.1	Contexto da pesquisa: O ensino médio técnico da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa - PB	27
2.2	A violência contra a mulher no contexto histórico	29
2.2.1	Retrospectiva sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil.....	29
2.3	A violência contra a mulher no contexto jurídico	32
2.3.1	O percurso jurídico da legislação (inter)nacional	32
2.3.2	A Lei Maria da Penha: dispositivo legal no enfrentamento à violência contra a mulher	35
2.4	A violência de gênero e o estudo do fenômeno no contexto do ensino médio integrado	39
2.5	O cenário da violência em âmbito nacional	42
3	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CENÁRIO DA FORMAÇÃO INTEGRAL: O DIZER INSTITUCIONAL (análise de dados, resultados e discussões)	51
3.1	O dizer dos documentos institucionais e dos sujeitos da ECIT José Luiz Neto Documentos institucionais 2023 da ECIT José Luiz Neto	51
3.1.1	Os trâmites ético-metodológico para aplicação dos instrumentos de pesquisa	54
3.2	Representação gráfica do discurso do sujeito – estudante da formação integral sobre as ações Educativas da Violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados	56
3.3	Representação gráfica do discurso do sujeito – professores da formação integral sobre as ações Educativas da Violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados	67
3.4	O discurso da Docente de Língua Portuguesa e Literatura sobre as ações Educativas da Violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados	74
3.4.1	Ações Educativas sobre violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto	75
4	A LITERATURA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: INSTRUMENTO DE ALERTA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL	78
4.1	Educação Literária: para além da formação de leitores, uma formação humanista	78
4.2	Coletânea de textos literários sobre a violência de gênero: visibilidade à voz da mulher na sala de aula.....	84
4.3	Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher: oficina de leitura literária para Educação Profissional e Tecnológica	90
4.4	Tipologia do Produto Educacional	92
4.5	Estruturação do Produto Educacional	93
4.6	Aplicação do Produto Educacional: descrição da oficina.....	98
4.7	Avaliação do Produto Educacional	101

CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	122
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (PAIS DOS ALUNOS)	174
APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE (MENOR)	177
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (MAIORES)	180
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (DOCENTES).....	183
APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO (DISCENTE)	186
APÊNDICE G – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO (DOCENTES)	188
APÊNDICE H – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – ENTREVISTA	191
APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA	192
APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL	194
APÊNDICE K – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	197
APÊNDICE L – CRONOGRAMA FINANCEIRO	198
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	199

5.946.697

1 INTRODUÇÃO

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas¹

Os versos que intitulam esta pesquisa, bem como os da epígrafe acima que introduz este texto representam o brado de resistência das novas gerações de mulheres, essencial para ecoar nos diferentes espaços da sociedade. A expressão do lirismo poético de Conceição Evaristo descrito na estrofe apresentada, extraída do poema *Vozes-Mulheres*, evoca a responsabilidade da nova geração na recolha das “vozes mudas caladas/engasgadas nas gargantas” ao longo da história vivenciada por nossas progenitoras – da voz silenciada da bisavó que “ecoou criança nos porões do navio”, da avó que “ecoou obediência/aos brancos-donos de tudo”, da mãe que “ecoou baixinho revolta/no fundo das cozinhas alheias”. Para as situações descritas no poema, revelando o histórico secular de violência sofrida por mulheres (ainda mais notória quando se trate de negras), o eu-lírico aponta como mecanismo de intervenção a voz da filha – representada pelas novas gerações – que “se fará ouvir a ressonância/o eco da vida-liberdade”.

A poética de Conceição de Evaristo e de muitas outras escritoras da literatura nos mobiliza a repensar as trajetórias por que passaram ou passam muitas mulheres e a propor alternativas para conceder voz a mulheres em situação de violência, aqui compreendido o termo como tudo o que traz sofrimento, causa constrangimento e impede a livre expressão do indivíduo, em decorrência da violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, conforme estabelece a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, responsável por criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No Brasil, o fenômeno da violência contra a mulher é um problema grave que se apresenta em grandes proporções. Segundo a Folha de São Paulo², o maior estado do nosso país em densidade populacional bateu recordes nos casos de feminicídio no primeiro trimestre de 2023, configurando um aumento de 24% em relação ao período homólogo. Ainda segundo

¹Evaristo, Conceição. *Vozes-Mulheres*. In: *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

²Folha de São Paulo. **Estado de SP tem recorde de feminicídios no 1º tri; capital tem menor número de homicídios da história**. São Paulo, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/estado-de-sp-tem-recorde-de-femicidios-no-1o-tri-capital-tem-menor-numero-de-homicidios-da-historia.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

a notícia, o crescimento também se deu nos casos de estupro, com altas registradas em relação ao ano de 2022. O exemplo retrata que somos diariamente levados ao conhecimento de casos de violência que vitimam a figura feminina, colocando em evidência quão importante é a discussão acerca desta temática, uma vez que muitas mulheres vivem com seus parceiros em relacionamentos abusivos, e algumas sequer percebem que se encontram em uma relação despótica.

Estudos sobre a violência abrangem aspectos sócio-históricos e culturais constituintes de nossa sociedade, em uma concepção “machista e patriarcal”, planeada pela banalização da violência contra a mulher, ou seja, situação vista como natural frente à dominação do masculino. Essa aparente aceitação social, felizmente, tem, desde a década de 1930, apresentado mudanças – ainda que pouco substanciais –, graças ao surgimento das ondas do feminismo, cujas representações vêm lutando por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Como exemplo disso, após muitas lutas, em 1932 foi concedido o direito do voto à mulher, e, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, ficou consagrada a igualdade de gênero, estabelecida no artigo 5, em seu inciso I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos dessa Constituição”. Acrescido a esses direitos, houve garantia de proteção às mulheres, um avanço na luta contra a violência, com a criação da Lei Maria da Penha, sancionada no Brasil em 2006, e que já passou por alterações ao criar ações beneficiárias a esse grupo em situação de risco – como a Lei nº 14.857/2024, a qual determina o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar. Aprovou-se também a Lei nº 14.887/2004, a qual prevê prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, junto ao Sistema Único de saúde (SUS).

Mesmo sendo a Lei Maria da Penha considerada a principal legislação brasileira para enfrentar a violência contra a mulher e reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência de gênero, são inúmeros os registros dos casos que se enquadram nessa Lei, evidenciando características ainda marcantes de uma sociedade patriarcal, os quais são noticiados regularmente nos diversos veículos de comunicação.

As repercussões midiáticas vêm alertando a sociedade para a questão assim como têm motivado mais estudos e ações governamentais, visando ao fim da violência contra a mulher. Esse tema também tem motivado escritores a explorarem de formas distintas a temática feminicídio como forma de alertar o direito das mulheres. A literatura, nessa medida assume a função político-social, ao desnudar violências físicas e simbólicas, haja vista contribuir

significativamente para promover reflexões sobre essa condição impingida à mulher, que não é vítima apenas de um agressor, mas de uma prática cultural histórica.

Utilizada como uma possibilidade de discussão sobre temas emergentes na sociedade, a literatura se constitui como um instrumento de denúncia, ao expor as dores e a dominação das mulheres. A voz de Evaristo (2008), exposta nos versos que introduz esta seção, encontra eco na textualização de outras obras literárias marcadas pela resistência feminina em relação à submissão das dinâmicas do poder na seara do gênero (Dalcastagné, 2007), a exemplo dos contos: “Venha ver o pôr do sol” (1970), de Lygia Fagundes Telles, “Para que ninguém a quisesse”, presente na obra *Contos de Amor Rasgados* (1986), de Marina Colasanti e a “A Língua do P”, extraído da coletânea *A via crucis do corpo* (1998), de Clarice Lispector. Em se tratando do ambiente de formação escolar, o artefato literário é capaz de contribuir para a conscientização sobre os problemas que estudantes possam enfrentar no meio social, seja pela violência doméstica, representada no conto de Marina Colasanti, seja pelo estupro e feminicídio representados nos contos de Clarice Lispector e de Lygia Fagundes Telles.

Considerando o papel que a literatura ocupa no processo educacional e sendo a educação um mecanismo de emancipação de sujeitos (Saviani, 2017) e de formação de cidadãos mais conscientizados e politicamente mais críticos, juntamente com a escola, que desempenha um papel importante no desenvolvimento das relações sociais, é responsabilidade dos que participam dos processos formativos contribuir para o enfrentamento dos desafios emergentes de nossa sociedade, como é o caso da violência contra a mulher, fenômeno que vem alcançando números alarmantes nos últimos tempos.

À luz dos processos educacionais, a presente pesquisa foi sistematizada para contemplar a discussão sobre as diversas formas de violência contra a mulher, por meio da educação literária, concebida por Dalvi (2019) como situada em um contexto sócio, histórico, econômico, político e cultural, constituída de tensões formadas entre diferentes instâncias: institucionais, individuais, entre outras. E, “a tudo isso (contextos e tensões) atravessam as práticas constituídas sócio-histórico-culturalmente pelos sujeitos – e essas práticas são elas mesmas, também, atravessadas por esses contextos e tensões” (Dalvi, 2019, p. 13).

O posicionamento da autora, que parte de um conjunto de pressupostos, dentre os quais o de não ser possível desentranhar a educação das relações econômicas, sociais, políticas e culturais amplas, fundamenta o problema desta pesquisa, qual seja: *Como desenvolver práticas de leitura de textos literários sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher, com docentes do Ensino Médio Integrado do curso de*

Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa-PB?

Para o problema delimitado que integra as concepções do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional, definimos, como objetivo geral, desenvolver práticas de leitura de textos literários cuja temática envolve o fenômeno histórico e sociocultural *violência contra a mulher*, com docentes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada no município de Barra de Santa Rosa-PB.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos os seguintes: I) analisar a violência de gênero no cenário brasileiro para compreensão do fenômeno na conjuntura da formação integral; II) identificar, nos documentos oficiais da escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, a tematização da violência de gênero/violência contra a mulher no cenário da formação integral; III) averiguar ações educativas que situem a reflexão sobre a violência contra a mulher no contexto do Ensino Médio Integrado; IV) Desenvolver uma Oficina (Produto Educacional) como proposta didática de leitura de textos literários sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher, voltada ao ensino de Língua Portuguesa no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Atento ao campo da formação educacional para a justificativa de uma pesquisa, como recomenda Durão (2020), este estudo busca procedimentos metodológicos, com base na educação literária que possibilitem uma formação humana integral, envolvendo práticas de leitura literária, capazes de construir espaços de interação entre os sujeitos no processo de ensino e aprendizagem e experiências significativas com leitores reais, na sua condição de sujeitos a serem postos no centro da leitura para imprimir sua forma singular à leitura literária e ao texto (Rouxel, 2013).

Para tanto, o Curso Técnico Integrado em Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada na cidade de Barra de Santa Rosa - PB, foi escolhido por se inserir nas bases conceituais que fundamentam o campo de atuação do Programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede nacional. O foco do estudo, que se volta à Linha 1: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, está inserido no Macroprojeto 01, denominado Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino da EPT. Convém, no entanto, destacar, que a proposta de ensino delineada no objetivo geral também dialoga com o Macroprojeto 2, Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, por problematizar o papel da escola, com vistas a uma formação integral no que tange a

questões de gênero. A proposta metodológica do Produto Educacional, desse modo, será aplicada aos professores das áreas de Linguagem e Ciências Sociais que lecionam, nas turmas do 3º ano do ensino médio técnico, no ano letivo de 2023, na referida escola.

A escolha pelo tema se deu pela interlocução entre o interesse particular sobre vivências individuais e a necessidade de buscar fomentar formas de atuação com adolescentes na escola onde desenvolvo minhas atividades docentes, de modo que, ao minimizar os danos que marcaram a minha vida como mulher, possa contribuir para expurgar condutas a que se submetem muitas jovens. A condição de vítima de atos machistas e de violência em suas formas mais variadas me motivou a escrever dois livros sobre a temática: *Até me encontrar* (2020) e *Artemísias vozes de libertação* (2021). Até escrever sobre o tema, eu me sentia culpada (como muitas mulheres que vivenciaram problemas semelhantes) e temerosa, da exposição, motivos pelos quais me anulei por anos, receosa dos julgamentos próprios de uma visão deformada desde sempre assumida pela sociedade.

Essa sensação me acompanhou até a conclusão a que cheguei, anos depois, de que eu era a vítima e não a agressora. O entendimento individual não me trouxe alento suficiente porque sabia que outras mulheres padeciam do mesmo infortúnio, razão pela qual busquei o espaço de minha atuação profissional – professora –, para possíveis intervenções.

Assim, venho refletindo sobre jovens estudantes que passam ou poderiam passar pelo que vivenciei: silenciadas por medo ou falta de apoio. Por extensão, pensei também em meus alunos, homens que podem ou poderiam se tornar importunadores de mulheres, caso uma educação igualitária e transformadora não lhes seja devidamente apresentada e compreendida. Assumindo-me como professora com consciência política sobre os papéis de gênero, encontrei na educação espaço para lutar contra a violência da mulher e na arte literária possibilidades de refletir, de forma simbólica via linguagem, sobre essa questão que aflige muitas famílias.

Seguindo esse entendimento, a proposta do Produto Educacional *Em Violência contra a mulher a literatura é (a)colher* (Apêndice A) é uma proposição de oficina de leitura literária, voltada para professores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que articula a leitura de textos de autoria feminina como forma de prevenção à violência contra a mulher. Este recurso que fomenta a prática educativa pode ser um caminho para questionar e criticar a forma como o machismo se apresenta na sociedade e como as mulheres podem ser ponte de transformação de suas próprias realidades, sobressaindo-se em sua autonomia na condição de humano.

Certamente este estudo apresenta contribuições para o ProfEPT, haja vista o envolvimento dos que compõem o Curso Técnico Integrado em Administração da ECIT José Luiz Neto e as possibilidades de adoção de novas abordagens no processo de ensino e aprendizagem da área de Linguagem dentro do contexto da EPT, a fim de que as estratégias transversais e interdisciplinares possibilitem uma formação integral e significativa de seus estudantes.

Dessa forma, a pesquisa se propõe a colaborar com o ProfEPT, investigando possíveis soluções para a formação proativa dos docentes para lidarem com temas transversais sensíveis, essenciais na formação dos estudantes como cidadãos críticos e conscientes e, conseqüentemente, tentando provocar uma mudança positiva no sentido da prevenção e diminuição dos casos de violência contra a mulher no âmbito escolar e na sociedade. De modo geral, esta pesquisa poderá incitar significativas discussões tanto para a educação, quanto para a sociedade, visto que poderá promover um debate em torno das questões de violência contra a mulher e demais gêneros, não apenas para o mundo do trabalho, mas principalmente para a vida e para construção de alteridade na sociedade.

Exposta a contextualização da pesquisa nesta Introdução que trata do objeto de investigação, da problematização e da justificativa, além dos objetivos, ou seja, dados que motivaram o estudo e as bases teóricas que fundamentam a investigação, seguem informações sobre as demais seções.

A Seção 2 – *A violência de gênero no contexto em articulação com o contexto da Educação Profissional Tecnológica: O percurso teórico-metodológico sobre a violência de gênero em articulação com o contexto da Educação Profissional Técnica* explicita a descrição da metodologia utilizada, traz a caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa, situa brevemente a violência contra a mulher em seu contexto histórico, definindo a proposta metodológica estabelecida no objetivo geral.

Já, na Seção 3 – *Violência contra a mulher no cenário da formação integral: o dizer institucional* – se apresentará a discussão em torno do que tratam os documentos institucionais, com vistas ao atendimento do objetivo de identificar nos referidos documentos a tematização da violência de gênero/violência contra a mulher no cenário da EPT. Essa seção será dedicada também aos procedimentos relacionados aos instrumentos de coleta de dados aplicados a docentes e discentes para fins de averiguar ações educativas que situem a reflexão sobre a violência contra a mulher no contexto escolar.

A Seção 4 – *A literatura no enfrentamento da violência contra a mulher: instrumento de alerta para a formação integral* –, cuida de explanar as fases de criação, desenvolvimento

e aplicação do Produto Educacional (PE). Além disso, apresentamos sugestões de obras da literatura que abordam a temática em destaque, discutindo concepções de educação literária e de como a literatura pode ser um instrumento capaz de contribuir para o enfrentamento desse grave problema social. Essa seção compreende o objetivo de desenvolver uma Oficina voltada às aulas de Língua Portuguesa no contexto da Educação Profissional e Tecnológica como proposta didática de leitura de textos literários sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher.

Por fim, nas Considerações Finais, tecemos opiniões desenvolvidas ao longo de todo o processo de pesquisa e apresentamos os resultados encontrados.

2 – A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM ARTICULAÇÃO COM O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a construção deste estudo, realizamos um levantamento bibliográfico de estudos indexados nas plataformas de bases de dados. No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usamos os seguintes descritores de forma associada e combinada: “ensino de literatura”, “contos”, “práticas de leitura literária” e “violência contra a mulher”, juntamente com o operador “AND”. Em seguida, pesquisamos trabalhos sobre leitura literária no ensino médio e violência contra a mulher, no Portal de Objetos Educacionais (EduCAPES), no portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico.

A análise de dados consistiu no procedimento interpretativo das referências bibliográficas produzidas entre o período de 2018 a 2022, por meio de leitura crítica e seletiva, segundo a relevância para o presente estudo. Vale ressaltar que, quando comecei a buscar *corpus* para este trabalho, cuja temática revelasse violência contra a mulher como forma de prevenção no âmbito escolar, deparei-me com uma grande lacuna, haja vista haver escassez dessas produções na esfera de formação educacional. Essa conclusão se comprova nos resultados, apontando que a maioria dos trabalhos apresentados com este tema se concentrava nas áreas de Direito e Saúde.

Diante dos achados nas buscas realizadas, foram selecionados trabalhos e estudos com abordagem semelhantes a esta pesquisa. Abaixo, apresentamos os estudos selecionados, conforme o recorte temporal, que podem colaborar com nossos, considerando as temáticas e o aporte teórico utilizado em cada um deles:

1) Dissertação de mestrado – **Gênero e enfrentamento à violência contra a mulher na educação: uma articulação entre levante popular da juventude e escola** (2019). Nessa produção Amanda Stafanato Veridiano reflete sobre a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, tema trabalhado em um material educativo por meio de livreto, para o qual realizou rodas de conversas com os estudantes, com o objetivo de trazer uma prática educativa que discutisse as temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero para o enfrentamento à violência contra a mulher. Veridiano (2019) fundamenta seu estudo com autoras que discutem a violência de gênero, como Saffioti (1994), e traz as palavras-chaves: Educação; Feminismo; Gênero; Levante da juventude; Violência contra a mulher.

Da mesma forma que Veridiano, pretendemos desnaturalizar a relação de opressão-exploração vivida pela mulher, bem como trabalhar a temática violência contra a mulher mediante uma prática educativa humanizada, para o fortalecimento e a ampliação de mais práticas pedagógicas relacionadas ao enfrentamento a esse tipo de violência.

2) A dissertação de Mestrado de Clebianne Vieira de Araújo, intitulada **A Leitura Literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio: O leitor em suas múltiplas dimensões** (2022), visa desenvolver uma proposta de intervenção para mediação de leitura literária na escola, de modo a contribuir para tornar a leitura do texto literário uma prática integradora, no Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio do IFPB – Campus João Pessoa–PB. Para a realização desse estudo, fez-se uma pesquisa de campo aplicada e do tipo exploratória, com uma abordagem mista. A autora discute sobre a leitura literária e a formação de leitores que servem de inspiração para outros educadores aprimorarem suas estratégias pedagógicas, auxiliando na formação de leitores. O Produto Educacional (PE) oriundo desta pesquisa promove um incentivo à leitura literária através do Clube de Leitura “Oxente! Literatura também é pra gente”. O estudo ancora-se teoricamente nas concepções dos autores Candido (1989; 2004), Ciavatta (2012), Freire (1996; 2003), Ramos (2005; 2008), Rouxel (2012; 2013) e Dalvi (2018; 2019; 2021), os quais debatem sobre a educação na formação integral, a educação literária e o desenvolvimento da compreensão leitora e sua funcionalidade, para instrumentalizar o exercício da cidadania. Trouxe as palavras-chaves: Ensino Médio Integrado; Ensino de Literatura; Práticas de leitura literária; Formação Integral.

Assim como Araújo (2022), também almejamos fazer com que a experiência de leitura de textos literários possa ser significativa na formação dos professores e nas aulas de Língua Portuguesa e demais disciplinas no Curso Técnico Integrado em Administração da ECIT José Luiz Neto, de modo que consigam uma conexão com a realidade por meio das leituras que trarão a temática aqui em foco e que imprimam uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher. Além disso, pretendemos tentar formar leitores críticos quanto à estrutura social e cultural excludente, imposta secularmente pela sociedade.

3) Tese de Doutorado **Quando o amor rima com dor: representações da violência conjugal na literatura contemporânea** de Aline Teixeira da Silva Lima (2022) investiga a representação literária da violência contra a mulher e suas relações afetivas nos contos da literatura contemporânea. Seu trabalho convida a uma reflexão sobre os tipos de violência contra a mulher, suas reações e seu silêncio. Ela traz quatro textos para o debate, todos de

autoras femininas que abordam a temática em destaque neste nosso estudo. O recorte temático feito por ela é uma narrativa que se torna referência para os estudos de gênero, atrelados à violência contra a mulher. Trazendo as palavras-chave: Representação; Violência contra a mulher; Literatura Contemporânea; Estudos de gênero.

Assim como Veridiano, Lima também traz Saffioti (2021) e Marcela Lagarde (1999), para referenciar seu trabalho.

Apresentados, brevemente, os 3 trabalhos selecionados para nossa investigação, observamos na tese de Lima e para o desenvolvimento do nosso Produto Educacional (PE), qual seja uma oficina de textos literários que abordem a temática violência contra a mulher, aspectos importantes que representam um dos objetivos desta pesquisa: apresentar textos literários de mulheres que descortinam os vários tipos de violência contra a mulher, suas reações ou silêncio diante das agressões sofridas.

Face a essas abordagens, reiteramos a necessidade de investigar *Como desenvolver práticas de leitura de textos literários sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher, com docentes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada no município de Barra de Santa Rosa-PB.*

A presente pesquisa se classifica como uma pesquisa empírica de campo aplicada. A pesquisa de campo se caracteriza pela investigação empírica no local onde se dispõe de elementos para explicá-lo. Neste sentido Gonsalves (2001, p. 67), ressalta que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (sic).

A dinamicidade da pesquisa aplicada possibilita uma melhor interação com a realidade e o objeto de estudo. Desta forma, almejamos refletir sobre o papel da ECIT José Luiz Neto no processo de formação integral, isto é, como a instituição prepara os alunos para a sociedade contemporânea, se há aplicação de práticas de leitura com o tema violência contra a mulher e, se há tal aplicação, se estas são adequadas aos contextos nos quais os alunos estão inseridos. Posto isto, fica evidente que a classificação de campo é a mais adequada para esta pesquisa.

Do ponto de vista da abordagem, utilizamos a quanti-qualitativa, tendo em vista que a combinação das duas abordagens pode possibilitar dois olhares diferentes, propiciando uma visualização ampla do problema investigado. Ou seja, as duas abordagens juntas são

necessárias, porque, quando segmentadas, podem ser insuficientes para compreender toda a realidade em observação.

Sobre a pesquisa quantitativa, Prodanov e Freitas (2013) revelam que: “[...] requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagens, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, (sic) etc.)”.

Quanto à abordagem qualitativa, esta permite uma aproximação com a subjetividade do sujeito, podendo, então, o pesquisador aproximar-se de seus sentidos e significados, ao mesmo tempo em que estabelece articulações com as bases teóricas. Com relação a esse tipo de pesquisa, Martins (2004, p. 289), afirma que:

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizado pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo. [...] hoje o mais importante é produzir um conhecimento que, além de útil, seja explicitamente orientado por um projeto ético (sic) visando à solidariedade, a (sic) harmonia e a (sic) criatividade.

Nesse aspecto, percebe-se que a combinação das duas abordagens, quantitativa e qualitativa, pode nos dar maior liberdade para analisar os dados coletados, pela possibilidade de se obterem resultados mais complexos sobre o objeto investigado. Os elementos fortes de um compensam, portanto, as fraquezas do outro.

Quanto aos meios de pesquisa, adotamos a pesquisa exploratória, que consiste em proporcionar intimidade com o objeto de estudo, a caracterização do problema, o objeto, os pressupostos, as teorias e o percurso metodológico. Nesta escrita, utilizamos também a investigação das pesquisas bibliográfica e documental (artigos, dissertações, livros e legislações) sobre a temática em questão.

Para Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, (sic) etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Desse modo, a pesquisa exploratória, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51) tem a finalidade de:

Proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema pesquisado; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

A escolha por este tipo de pesquisa se deu pela flexibilidade de analisar os dados por várias perspectivas e por ser possível termos uma visão mais ampla sobre o tema aqui exposto, haja vista que a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, envolve levantamento bibliográfico e verificação de exemplos, características que nos possibilitarão empreendermos análises mais precisas sobre o objeto de estudo e, assim, “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27).

As pesquisas são feitas com investigação de um dado universo ou parte dele, ou seja, uma amostra. Quando se fala de universo, trata-se de definir a população, isto é, o conjunto de elementos ou pessoas que possuem características comuns ao objeto de estudo, a amostra é a parte do universo escolhido para realização da pesquisa, o que pode ser feito via amostragem probabilística e não probabilística (Vergara, 2004).

Sendo uma pesquisa na área de Educação, houve a necessidade de delimitar duas categorias participantes: professor e alunos. A pesquisa aconteceu com 02 (duas) turmas de 3º ano do Curso Técnico em Administração Integrado ao do Ensino Médio da ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB. Assim, para atuarem como participantes, convidamos 75 alunos das seguintes turmas: 3º ano A, com 38 alunos; 3º ano B, com 37 alunos. Além destes, contamos com 08 professores, perfazendo, portanto, um total de 83 participantes.

Como ambas as turmas têm o mesmo professor para o ensino do componente curricular Língua Portuguesa e Literatura, utilizamos, com a professora de Língua Portuguesa, além do questionário, a entrevista, para identificarmos dúvidas que não foram sanadas com o questionário. Para responder ao questionário, convidamos 08 professores. Assim, além do docente de Língua Portuguesa, participaram os professores de Arte, Língua Inglesa, Educação Física, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. A escolha dessas disciplinas se deve ao fato de elas terem afinidade mais direta com a temática. Os mesmos professores participaram da Oficina e avaliaram o Produto Educacional.

Quanto à amostragem, esta foi não probabilística. Entende-se que a amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos componentes da população para fazer parte da

amostra depende, ao menos, em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. A esse respeito, Gil (2008) salienta que a amostragem por tipicidade ou intencional visa selecionar um subgrupo representativo de toda a população, com base nas informações disponíveis.

A amostragem, em pesquisa com abordagem qualitativa, deve ser delineada em razão do aprofundamento e compreensão do objeto de estudo, por isso adotamos a amostragem não probabilística neste trabalho. Dentro desse tipo, adere-se ao subtipo intencional, por utilizar o próprio julgamento para escolher os membros que farão parte desta pesquisa.

Os sujeitos da presente pesquisa são 75 alunos efetivamente matriculados nas turmas de 3º ano do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio da ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB, ano letivo de 2023, e 08 professores das turmas selecionadas, todos da instituição campo da pesquisa.

Para realização da investigação envolvendo esse grupo, optamos por mais um instrumento de coleta de dados, o questionário, que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, a serem respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Sendo assim, o instrumento se mostrou eficiente, uma vez que obtivemos as informações necessárias para o desenvolvimento do Produto Educacional, garantido o sigilo e anonimato tão necessários à ética nas pesquisas, e, por fim, alcançamos os objetivos específicos elencados nesta pesquisa.

Para atingir esses objetivos, aos discentes aplicamos o questionário (Apêndice F) com 13 (treze) perguntas fechadas e abertas, presencialmente.

Fizemos a entrevista (Apêndice H) com 06 (seis) perguntas, com a professora de Língua Portuguesa das turmas de 3º ano selecionadas, que respondeu também ao questionário aplicado aos demais docentes. Esse instrumento (Apêndice G) foi constituído de 19 (dezenove) perguntas no formato aberto e fechado e aplicado presencialmente.

Para elaboração das questões específicas, se analisaram o conteúdo *violência contra a mulher* e os objetivos desta pesquisa. O segundo questionário foi de avaliação do Produto Educacional, aplicado aos docentes após sua apreciação do referido Produto.

Todos os procedimentos de coleta de dados, durante a participação dos discentes e dos docentes na pesquisa, foram estrategicamente planejados para evitarem riscos à saúde física ou mental de ambos os grupos. Vale ressaltar que não detectamos riscos como o gatilho, ou sofrimento psicológico por relembrar alguma situação vivenciada direta ou indiretamente; além disso, tivemos, durante todo o tempo de aplicação dos instrumentos de coleta de dados, uma psicóloga à disposição do grupo, para ajudar em qualquer intercorrência

desfavorável. Vale informar que não houve necessidade de sua intervenção, pois tudo ocorreu tranquilamente, sem quaisquer incidentes.

Convém esclarecer que o projeto desta pesquisa foi submetido ao comitê de Ética de Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, em 08 de fevereiro de 2023, aprovado em 15 de março de 2023, sob o Parecer de número 5.946.697 de 2023. Uma emenda foi enviada, no dia 02 de outubro de 2023, ao referido CEP, informando sobre a alteração no título desta pesquisa, e devidamente aprovada conforme consta do Parecer Consubstanciado emitido em 24 de outubro de 2023.

2.1 - Contexto da pesquisa: O Ensino Médio Técnico da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa – PB

A presente pesquisa foi realizada na ECIT José Luiz Neto, denominação pela qual é atualmente conhecida hoje. Essa escola foi fundada em 10 de agosto de 1979, mantida por uma fundação de caráter filantrópico chamada Santa Rosa de Lima. Na época, recebeu o nome de Escola Estadual de 1º e 2º grau José Luiz Neto, na administração do então governador Tarcísio de Miranda Burity. Constam, entretanto, nos arquivos da SEE/PB dois decretos de criação da referida escola: o Decreto n.º 9.573 do dia 16 de agosto de 1982 e o n.º 9.727 de 22 de outubro de 1992. A própria Secretaria Estadual não soube nos justificar o porquê de dois decretos e da diferença de 10 anos entre eles. A publicação do primeiro Decreto n.º 9.573/1982, aconteceu na gestão do governador Clóvis Bezerra, que estadualizou o Ensino Fundamental e, em seguida, passou a chamar-se Escola Estadual de 1º e 2º grau José Luiz Neto.

No início de sua implantação, a escola funcionava no Grupo Escolar José Coelho e foi em 1986 que passou a funcionar em sua sede própria, situada na Rua Prefeito João Inácio da Silva, n.º 170, centro, Barra de Santa Rosa-PB. Seu primeiro diretor foi o Sr. Carlos Roberto Ribeiro Leal. Sua criação ocorreu para atender à necessidade da comunidade estudantil local por uma escola de nível médio e profissionalizante e necessariamente pública, visto que, até então, só existiam cursos profissionalizantes em entidades de iniciativa privada.

O prédio da ECIT José Luiz Neto foi construído pelo poder público estadual nos anos de 1980. A referida escola apresenta um espaço físico de 1.000 m², distribuídos em 10 salas de aula, laboratório de Informática, laboratório de Química, Física, Biologia e Matemática, pátio, cozinha, despensa, painelero, secretaria, diretoria, sala de Professores, almoxarifado,

biblioteca, sala multifuncional, ginásio poliesportivo e banheiros masculino e feminino adaptados para acessibilidade.

Figura 1 - Imagem da ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB



Fonte – Arquivo da autora (2023)

A escola se encontra limpa e conservada, com os equipamentos funcionando, objetos, móveis, armários, cadeiras, portas, janelas, bebedouro e ferramentas de trabalho todos em perfeito estado de conservação. A escola está sempre fazendo campanhas de divulgação entre os professores, alunos e funcionários, a fim de manter a estrutura física da escola em bom estado. Entre muitas ações, estimula a coleta seletiva, com uso dos cestos educativos expostos no pátio da escola. Essa parte de conscientização é iniciada pelos professores em sala, seguidamente pelos funcionários da escola fora da sala de aula. Segundo a equipe gestora, muitas orientações e ações têm sido exitosas, especialmente, no que se refere à limpeza e manutenção do patrimônio público.

A ECIT José Luiz Neto, situada no centro da cidade de Barra de Santa Rosa-PB, hoje recebe alunos da zona urbana e rural, população formada basicamente por pessoas de baixa renda, em sua maioria convivendo com problemas familiares. Muitos desses alunos vivem com a ajuda dos programas sociais do Governo Federal.

A Escola tem as modalidades: Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), funcionando à noite. Durante o dia, a Escola oferece ensino integral, funcionando o Curso Técnico em Administração.

É uma realidade também na escola a Residência Pedagógica (RP), na disciplina de Física. Este é um programa do Ministério da Educação, gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse programa tem como objetivo maior o incentivo à formação de professores para educação básica e elevação da qualidade da escola pública. Sendo um programa de iniciação à docência, os participantes são alunos dos

cursos de licenciatura que, inseridos no cotidiano de escolas da rede pública, planejam e participam de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes (regência) de caráter inovador e interdisciplinar, buscando a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem.

Em relação a algumas ações realizadas pelo RP no âmbito das disciplinas de Física, temos produção de trabalhos para eventos regionais e nacionais e suporte dado a eventos educacionais no âmbito escolar (Exemplo: Feira de Ciências e aulas laboratoriais). Além disso, em parceria com governo do estado, a escola oferece aos alunos concluintes da 3ª série do Ensino Médio o programa *Se Liga no Enem*, cujo objetivo é o preparo para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

2.2 A violência contra a mulher no contexto histórico

Nesta subseção, discutimos a evolução sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil, a influência do patriarcado e seus impactos para a desigualdade de gênero, os conceitos de violência e gênero. Em seguida fizemos uma revisão geral das legislações (inter)nacionais que surgiram em torno dessa temática, evidenciando a Lei Maria da Penha dentro do contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência e a necessidade de trabalhar essa legislação no ambiente escolar.

2.2.1 Retrospectiva sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil

Ao longo da evolução sócio-histórica da violência contra a mulher no Brasil, percebemos a influência do patriarcado, a desigualdade entre os gêneros e as relações de poder. Estas últimas não são neutras, mas sim carregadas de intencionalidades que se operam na sociedade, visando atingir algum objetivo, que nem sempre serve a interesses coletivos.

Nos séculos XVI e XVII, época do descobrimento do Brasil, é possível vermos um cenário das relações familiares que se estabeleceram na atualidade e sua influência na formação dos papéis desempenhados por homens e mulheres. As consequências sociais dessas relações familiares provenientes do patriarcalismo surgiram do processo de colonização de terras recém conquistadas e da miscigenação das culturas indígena, europeia e africana, processos que foram decisivos para o estabelecimento da cultura discriminatória em face da figura feminina e de “relações assimétricas de gênero” (Miranda; Viana, 2017, p. 2). Isso porque “a família sempre foi pensada na História do Brasil como a instituição que moldou os

padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial” (Samara, 2002, p. 2).

Deste modo, “o patriarcalismo sempre foi algo presente em nossa sociedade, perpassando todas as estruturas sociais, formando padrões de comportamento e enraizando a cultura machista nas relações sociais” (Silva; Moraes; Rocha, 2017, p. 4). A primazia masculina sobre o universo feminino foi, portanto, uma construção cultural solidificada pelo tempo, sendo responsável pela transmissão da cultura de violência e desigualdade entre homens e mulheres no mundo atual.

Para compreendermos como esse modelo de família se estruturou, retornamos à história da colonização brasileira, com a figura do indígena como primeiro habitante de nossas terras. Esses povos nativos recepcionaram os europeus e mantiveram esse primeiro contato com a cultura deles, sendo vítimas da intensa exploração imposta pelos “brancos” dominadores.

A literatura tradicional descreve que o indígena, nesse período da colonização, era intensamente explorado e dominado economicamente. E com as mulheres essa dominação não foi menos intensa, pois “entre os seus era a mulher índia o principal valor econômico e técnico. Um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem. Mas superior a ele na capacidade de utilizar as coisas e de produzir o necessário à vida e ao conforto comuns.” (Freyre, 2003, p. 92).

As mulheres indígenas desempenhavam um papel relevante na sociedade, uma vez que trabalhavam na agricultura, cuidavam dos filhos e de outros afazeres relacionados à subsistência familiar e comunitária. Sob outra perspectiva, com a chegada dos europeus, fica evidenciado o caráter peculiar de exploração feminina que se propagou pelos séculos vindouros. Neste sentido, Silva e Castilho (2014, p.21) abordam que:

O processo de adestramento pelo qual as mulheres passaram no período colonial foi marcado por repressão a(sic) sexualidade e suas vontades próprias. As mulheres, como nas demais sociedades patriarcais, viviam sob o controle direto dos homens que as exploravam de diversas maneiras, independente da etnia ou classe social.

Assim como a mulher indígena, a mulher negra enfrentou a mesma situação exploratória. Com o crescimento da colônia, entre os séculos XVI e XIX, passou-se a se substituir a cultura do pau-brasil pela da cana-de-açúcar, período em que essa nova forma de produção agrícola acabou substituindo a mão de obra indígena pelo trabalho escravo (Borin, 2007). Nesse momento da história, a exploração do índio cede lugar à exploração escravocrata negra, pautada na submissão, discriminação e preconceito racial.

Subjugadas a todos os tipos de castigos e humilhações por parte de seus donos, as mulheres eram vendidas e ou compradas para servirem nas casas grandes, principalmente nas atividades domésticas, no cuidado com os filhos das esposas dos senhores de engenho e no trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar. Além disso, eram exploradas sexualmente pelos seus senhores, que as colocavam em posição de total inferioridade e submissão (Freyre, 2003). Muitas facetas dessa exploração estão representadas nos versos *Vozes-mulheres*, de Conceição Evaristo, e no conto “Alma”, de Itamar Vieira Junior, publicado na coletânea *Doramamar* ou a odisseia: histórias (Vieira Junior, 2021), este último que narra a história de uma escravizada em luta para obter a liberdade.

A mulher escrava continuou a ser explorada pelo modelo econômico instalado durante o Brasil colônia, pela dominação masculina e, se não bastasse a exploração direta que essas mulheres sofriam por parte de sua família e seu “dono”:

A história registra também casos em que proprietários de escravas enriqueceram às suas custas(sic). Consideradas território do prazer, as escravas eram obrigadas a prostituírem-se para arrecadar dinheiro aos cofres do senhor. Essa prática foi muito combatida pela Igreja, embora sem o resultado esperado. (Silva; Castilho, 2014, p. 13)

Outro aspecto a ser levantado na construção da família brasileira é o papel desempenhado pelas mulheres brancas que vieram ao Brasil acompanhando os colonizadores europeus. Naquela época, as mulheres brancas também sofriam com a distinção sexual entre os indivíduos, fruto das relações de mando e autoridade do patriarcalismo. A elas era dada simplesmente a opção de cuidar da casa, dos filhos e servir aos seus maridos, não desempenhando uma função social relevante tal qual a do homem. De acordo com Baseggio e Silva (2015, p. 6):

As mulheres muitas vezes tinham uma vida restrita a cuidar dos seus filhos, junto com suas amas escravas. A educação era precária e os costumes eram os que restavam depois de terem deixado a Europa. Aqui encontravam necessidades e dificuldades tanto na vida excluída da sociedade como também na higiene e na alimentação.

Essas mulheres brancas, apesar de se apresentarem em condições superiores em relação à mulher negra, por fazerem parte de famílias elitizadas, continuavam sendo colocadas em segundo plano, tanto por seus maridos quanto pela própria sociedade da época. Sua função não ultrapassava os limites da reprodução/maternidade, do casamento, das atividades domésticas e da submissão ao seu marido. Ao homem, entretanto, cabiam as atividades

políticas, econômicas e intelectuais relevantes (Hasse, 2016). Essas funções atribuídas à figura feminina naturalizaram um perfil de fragilidade e passividade que perpassou o tempo, demonstrando que, qualquer que fosse sua classe social, cor ou etnia, a mulher ao longo da história teve sua condição social sempre preterida em relação ao homem.

Podemos, por fim, afirmar que esse modelo de estruturação da sociedade brasileira, fundada no colonialismo e na cultura do patriarcado, acabou por determinar a divisão sexual e social entre homens e mulheres, contribuindo para a reprodução de condutas preconceituosas e discriminatórias em relação à mulher e, por consequência, para a prática de violência contra elas.

Como instrumento para o enfrentamento dessa natureza, o Brasil, ao longo da história, vem adotando diplomas legais, definindo e tipificando as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), como também ação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social, conforme dispõe a seção a seguir.

2.3 A violência contra a mulher no contexto jurídico

2.3.1 - O percurso jurídico da legislação (inter)nacional

Trazendo uma visão mais recente e aproximada da realidade brasileira, citamos a década de 1980, que representou um marco nas transformações históricas e sociais assim como nos movimentos feministas na luta pela igualdade. Esta década representou o início do movimento feminista no Brasil e no mundo, mas os seus resultados foram frutos da intensa luta que se seguiu desde meados do século XX e que culminou em diversas conquistas e importantes vitórias para o movimento feminino (Sarti, 2004).

A maioria das mudanças alcançadas foi no campo normativo – a legislação pátria, paralela à internacional, caminhou no sentido de atender aos anseios e reivindicações das mulheres e de vários movimentos feministas na busca da eliminação de práticas violentas e discriminatórias existentes contra a mulher.

Em meio à luta de mulheres pelo direito de igualdade, é difícil estimarmos uma data exata do início das conquistas alcançadas. Um dos marcos significativos nessa história de luta se deu pelos movimentos feministas, realizados internacionalmente na década de 1970. Especificamente em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugurou o “Ano

Internacional da Mulher”, com a realização da I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (ONU Mulheres Brasil, [2018?]). A partir dessa primeira conferência mundial, realizada no México, foi possível discutir sobre diversos problemas correlatos às mulheres, bem como iniciar o processo de construção dos direitos femininos em âmbito internacional.

Historicamente, esse momento teve, entre outras pautas de discussões o tema que tratava da eliminação da discriminação de gênero, declarando a igualdade plena de gênero, como podemos confirmar na transcrição a seguir:

[...] o plano de ação a ser norteador das diretrizes de governos e da comunidade internacional no decênio 1976-1985 destacando-se: a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial (ONU Mulheres Brasil, [2018?]).

Os anos seguintes, mais especificamente 1980, 1985 e 1995, deram sequência às conferências mundiais, sempre enfatizando os direitos femininos por meio do enfrentamento das desigualdades de gênero, da cobrança por mais acesso e visibilidade da mulher nas áreas da educação, política, além do reconhecimento dos direitos femininos, como direitos humanos e a luta para garantir o respeito a esses direitos (ONU Mulheres Brasil, [2018?]).

As conferências temáticas promovidas pela ONU, com a participação de especialistas, de representantes de vários países e da sociedade civil, ensaiaram mudanças, ainda que de maneira lenta, na vida de muitas mulheres, tendo em vista as diversas reivindicações pautadas no gênero. Sequenciada de marcos legais internacionais, de luta pelos direitos das mulheres, mencionamos a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher³ ou Convenção da Mulher, aprovada em 1979 pelo Comitê da ONU. Esse documento é o primeiro tratado internacional, detalhe que o diferencia dos demais, pela maior abrangência, que dispõe sobre os direitos das mulheres.

Mesmo diante da importância jurídica internacional do Tratado, “a simples enunciação formal dos direitos das mulheres não lhes confere automaticamente a efetivação de seu exercício” (Pimentel, 2013, p. 4). Por isso, ainda em conformidade com o autor, é necessário efetivar ações desenvolvidas pelos três poderes: o legislativo, na implementação de legislações nacionais que viabilizem os direitos e garantias internacionais já existentes; o executivo, na elaboração de políticas públicas voltadas aos direitos das mulheres; e, por fim, o

³ *Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women (CEDAW)*

judiciário, na aplicação das convenções internacionais e na legislação nacional como fundamento nas decisões proferidas. No Brasil, o tratado foi aprovado por meio do Decreto n.º 89.460, de 20 de março de 1984 (Brasil, 1984), antes mesmo da promulgação da Constituição da República, uma verdadeira fonte de direitos, surgida dos anseios da população por um Brasil democrático. Somente em 2002, no entanto, foi assinado o protocolo sobre todas as formas de Discriminação Contra a Mulher, por meio do Decreto n.º 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Brasil, 2002), confirmando os direitos das mulheres já assinalados no tratado e na vigência da Constituição da República federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Não podemos negar que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista, que abriu caminhos não apenas para democracia de nosso país, mas também para uma série de direitos e garantias que são até hoje fundamentais ao desenvolvimento humano. Entre esses direitos e garantias, inúmeros instrumentos de valorização da mulher, com vistas a sua visibilidade e emancipação social, foram retratados na Carta Maior, principalmente através do princípio da igualdade insculpido no art. 5º, caput, inciso I:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]. (Brasil, 1988).

Desta forma, a Constituição Federal representou não só as mulheres mas também toda a população brasileira, deixando um marco na democracia e nos avanços das categorias sociais, ao direcionar os direitos para as minorias de nosso país. A CRFB/88 representa, através desse princípio da igualdade, a sustentação do Estado democrático de direito, que rechaça as práticas discriminatórias e veda as diferenciações arbitrárias não justificáveis pelos valores nela inerentes, trazendo avanços.

Através deste movimento, também se estimulou a participação de mulheres no processo de reivindicação de direitos, por meio da eleição de um número maior de parlamentares do sexo feminino, de modo que essas mulheres pudessem levar propostas para serem incluídas no texto constitucional da Constituinte.

A “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela presidente do CNDM, Jaqueline Pitanguy, em março de 1987, foi resultado de uma intensa campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas,(sic) e associações diversas de todo o país durante

dois anos. Com esse documento, elas levavam ao parlamento brasileiro a principal conclusão da campanha: “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres.”. (Senado Federal, 2018, s. p.)

Entre essas propostas/metapas reivindicadas pelo grupo, estavam o direito à “licença-maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; mecanismos para coibir a violência doméstica.” (Senado Federal, 2018, s. p.).

Valendo-nos da Convenção de Belém do Pará, no ano de 1995, quando o Brasil ratificou a Convenção Interamericana para prevenir e erradicar a Violência contra a Mulher, temos um importante instrumento para evolução do direito das mulheres. Nessa Convenção, se reconhece a importância de se juridicizar a questão da violência contra a mulher a partir de mecanismos legais e define-se o conceito de violência contra a mulher, o âmbito de aplicação dessa legislação, os direitos e os deveres do Estado na adoção e prestação de políticas públicas destinadas à prevenção, punição e erradicação desse tipo de violência.

É a partir desse instrumento jurídico que a temática ganha força no cenário legal, reforçando o fato de que a violência contra a mulher não pode e nem deve ser naturalizada como fazendo parte de nossa cultura.

No Brasil, a maior conquista do processo de resistência feminista às violências contra as mulheres foi a aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha, ou Lei n.º 11.340, visando punir com mais rigor agressores de mulheres e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha constitui um marco importantíssimo no processo de evolução dos direitos das mulheres, haja vista o seu papel na proteção de vidas, na contribuição quanto à remoção da violência doméstica, da situação de invisibilidade, estabelecendo formas de identificação de violência física, sexual, moral, patrimonial e psicológica, além de medidas protetivas de urgência, sendo, pois, considerado um mecanismo de enfrentamento no combate à violência de gênero, como expomos a seguir.

2.3.2 – A Lei Maria da Penha: dispositivo legal no enfrentamento à violência contra a mulher

A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) é uma das principais legislações brasileiras vigentes no combate à violência contra a mulher. Ela foi criada para proteger as mulheres da violência doméstica e familiar e tem por finalidade oferecer tratamento diferenciado à mulher vítima de violência, promover sua proteção, com vistas ao

cumprimento dos preceitos da Constituição Federal e dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

No seu Artigo 5º, estabelece que se “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, criminalizando, assim, a prática de tais abusos.

A lei é fruto da grande repercussão gerada pelo caso da farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de diversos tipos de violência por parte de seu marido durante aproximadamente vinte e três anos. Os casos de violência e tentativas de assassinato eram tão constantes e graves que Maria da Penha acabou ficando paraplégica em um desses episódios, o que a fez denunciar o marido em 1983 (Medeiros, 2016).

Em 1984, o professor universitário Marco Antônio Herédia Viveiros foi denunciado pelos crimes cometidos contra sua esposa, Maria da Penha, sendo condenado pelo Tribunal do Júri, em 1991, a cumprir pena de oito anos de prisão. O réu teve, entretanto, o direito de recorrer em liberdade, sendo concedida a nulidade de seu julgamento. No ano de 1996, um novo julgamento foi realizado e, dessa vez, o réu foi condenado a dez anos e seis meses de reclusão; porém, mais uma vez ele recorreu em liberdade e, após quase vinte anos depois dos fatos ocorridos, o agressor foi preso e, embora culpado, cumpriu pena de apenas dois anos de prisão pelos crimes e abusos cometidos (Medeiros, 2016).

Depois de tanta omissão por parte das autoridades brasileiras diante de um caso de intensa violência contra a mulher, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) bem como o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) formalizaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Apesar de, por quatro vezes, a Comissão ter solicitado informações ao governo brasileiro, nunca recebeu nenhuma resposta. O Brasil foi condenado internacionalmente em 2001. Além de ter que pagar indenização no valor de 20 mil dólares em favor de Maria da Penha, foi responsabilizado por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Recebeu, também, a recomendação de adoção de várias medidas, inclusive no que condiz à simplificação dos procedimentos judiciais penais, com fins de dar maior celeridade aos processos dessa natureza (Medeiros, 2016).

Pensando no objeto desta pesquisa, ou seja, a violência contra a mulher na contextualização do Ensino Médio Integrado, a referência à Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), em especial quanto ao seu artigo 8º, inciso V, assume grande relevância quando

preconiza a realização de um conjunto articulado de ações entre o mundo jurídico e a educação, conforme se lê a seguir:

Art. 8º (...) V – A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres. (Brasil, 2006).

Evidencia-se, assim, a importância de se trabalhar a temática na perspectiva da educação – no caso específico desta pesquisa, na seara da Educação Profissional e Tecnológica –, por existir uma previsão jurídica que possibilita a discussão de tão importante assunto em diversos ambientes e tempos, não devendo, portanto, ficar cerceado aos órgãos oficiais de defesa e de controle da violência. Esse trabalho de conscientização e revisão moral e cidadã também deve ser contemplado nas escolas porque existe uma necessidade, sobretudo, sob o viés do ensino médio “integrado, da educação unitária, politécnica e omnilateral” (Ramos, 2007, p. 1), que considera a educação como motriz transformadora das relações sociais, econômicas e políticas. Assim se entende que, sob tal perspectiva, se deve apresentar o Ensino Médio Integrado do curso de Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada no município de Barra de Santa Rosa-PB.

Nessa mesma perspectiva, o espaço formal da educação ofertada na escola em destaque deve instigar a concepção de educação que supera a dualidade entre a formação geral e os conhecimentos atinentes à administração. Para lidar efetivamente com essa questão, é fundamental proporcionar, no ambiente escolar, práticas pedagógicas direcionadas à discussão sobre a violência de gênero, capazes de levar a formação científico-tecnológica à compreensão histórico social, de modo a promover o conhecimento dos embasamentos sociais, políticos, técnicos e culturais em prol do processo educativo, como bem propõem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012). Afinal, enxergamos o ambiente escolar como “um lugar importante para abordar temas com os quais (os estudantes) têm dificuldades de lidar ou gostariam de lidar de outra forma e não encontram respaldo em casa ou em outros ambientes”. (Assis *et al.*, p. 132, 2010).

Pelas razões apresentadas, é necessário difundir entre os jovens e adolescentes informações sobre a violência de gênero e sobre o sistema protetivo instituído pela lei, estabelecendo um canal de comunicação mais curto entre eles e a sociedade civil, no sentido de assegurar uma maior absorção do conteúdo jurídico existente e uma maior compreensão

acerca da violência contra a mulher e dos direitos assegurados nos instrumentos normativo como a Lei Maria da Penha (11.340/2006).

Em 2023, a referida Lei, 11.340/2006, foi alterada pela Lei 14550, para permitir que as medidas protetivas sejam mais facilmente deferidas, independentemente da abertura de um boletim de ocorrência, da causa, da motivação da violência e tipificação penal, para garantir ainda mais proteção às vítimas. Sobre as alterações citadas, podemos observar a seguir:

- 1) Medidas protetivas de urgência – serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência. Além disso, essas medidas vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da vítima ou de seus dependentes.
- 2) Inexistência de risco – as medidas protetivas de urgência só poderão ser indeferidas diante de comprovada a inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da vítima ou de seus dependentes.
- 3) Ampliação de situações – a Lei Maria da Penha agora será aplicada a todas as situações previstas no art. 5º, independentemente da causa ou motivação dos atos de violência, ou da condição do agressor ou da vítima.

As alterações expressam a ampliação da lei as quais devem ser de conhecimento de todo cidadão, especialmente por parte da mulher, como forma de exigir a garantia de seus direitos. Além disso, outras leis brasileiras são voltadas para a proteção das mulheres e contribuem para a garantia de seus direitos em diferentes esferas da sociedade, como:

- Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) – pune a invasão de dispositivos informáticos para obtenção de dados sem autorização.
- Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013) – garante atendimento médico e psicológico especializado às vítimas de violência sexual imediatamente após o ocorrido.
- Lei do feminicídio (13.104/2015) – pune o assassinato de mulheres por razões de gênero.
- Lei (14.994) – que entra em vigor em 09 de outubro de 2024. Eleva há 40 anos a pena para o crime de feminicídio – assassinato de mulheres em contexto de violência doméstica ou de gênero. Conhecida como “Pacote Antifeminicídio”, a lei também aumenta as penas para outros crimes, se cometidos em contexto de violência contra a mulher, incluindo lesão corporal e injúria, calúnia e difamação. A lei partiu do Projeto de Lei (PL) 4.266/2023, da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), que foi

aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em novembro de 2023. A proposta teve relatório favorável, seguiu para Câmara e foi remetida à sanção presidencial. Pela legislação anterior, o feminicídio era definido como um crime no âmbito do homicídio qualificado. Já a nova lei torna o feminicídio um tipo penal independente, com pena maior. Isso torna desnecessário qualificá-lo para aplicar penas mais rigorosas. Assim, a pena passa de 12 a 30 anos para de 20 a 40 anos de reclusão.

Seguindo os passos da política nacional, a Paraíba, estado onde se aloca o instrumento de coleta dados e de aplicação da presente pesquisa, tem avançado na proteção dos direitos das mulheres através da promulgação e implantação de algumas leis e medidas, tais como:

- Lei 12.724/2023, que torna obrigatória a campanha contra assédio sexual “Não é Não” em eventos na Paraíba;
- Lei 12.874/2023, que institui a Semana Escolar de combate à violência contra a mulher;
- Lei 12.875/2023, que inclui o tema prevenção da violência contra a mulher como tema transversal no currículo das escolas públicas;
- Lei 12.914/2023, que tornou obrigatório às escolas paraibanas disponibilizarem um formulário para denúncia de violência doméstica e familiar no ato da matrícula;
- Lei 12.916/2023, que estabelece mecanismos para coibir a violência, impondo multas e ressarcimentos aos agressores.

Todas essas ações se somam aos esforços empreendidos pelas políticas públicas estaduais que visam não só garantir os direitos das mulheres, mas fornecer uma rede de enfrentamento frente a essa problemática que também assola o contexto do ensino médio integrado, como explanado a seguir:

2.4 A violência de gênero e o estudo do fenômeno no contexto do ensino médio integrado

De fato, a violência contra a mulher é um problema que atinge muitos países, inclusive o Brasil, e, tendo em vista a dimensão tomada, é questão importante a contribuição da educação para haver mudança desse cenário. É comum observarmos matérias com regularidade veiculadas nos meios de comunicação que revelam atrocidades cometidas a jovens. Essa regularidade, entretanto, não deve ser vista com naturalidade e banalização, uma

vez que tais ocorrências causam sérios malefícios à saúde emocional e mental de mulheres, muitas ainda em fase de desenvolvimento biológico.

No que se refere ao grupo em formação educacional, a presença da violência pode impactar a vida dos estudantes, prejudicando seu desempenho acadêmico, até mesmo sua permanência no espaço escolar, por isso é essencial que os profissionais da educação estejam atentos aos sinais de violência, identificando-os e oferecendo às vítimas atendimento adequado. O papel da educação abarca uma ampla perspectiva que deve ser incluída em seu currículo, uma formação que trabalhe a educação prevendo e estimulando a igualdade de gênero também como forma de prevenir a violência.

Em consonância a isso, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que consiste em uma prova de admissão à educação superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil) trouxe, em 2022, uma questão que incentivou 2,5 milhões de jovens a refletirem sobre esse tema que abordamos. A questão (Figura 2) retrata o ciclo da violência vivenciado diariamente por milhares de mulheres e a importância da ruptura desse ciclo, o que só é possível se houver políticas públicas voltadas para proteção da vida dessa categoria, além de outras interferências por parte da sociedade.

Figura 2 – Questão do ENEM

QUESTÃO 65

● **LUA DE MEL**
carinho, paixão, presentes, promessas, reconciliação, liberdade

● **TENSÃO**
insulto, humilhação, intimidação, gritos, ameaça, controle, isolamento, medo, conflitos, descumprimento de promessa

● **AGRESSÃO**
empurrão, beliscão, puxão de cabelo, sufocamento, arremesso de objetos, tapa, chute, espancamento

Disponível em: <https://ndmais.com.br>. Acesso em: 8 out. 2021.

O ápice da ilustração se traduz por uma conduta social caracterizada pela

A cultura do cancelamento.
B prática do feminicídio.
C postura negacionista.
D ação involuntária.
E defesa da honra.

Fonte: Enem, 2022.

Como é possível compreender, o ciclo da violência, delineado na figura, se desdobra em três fases: na primeira o agressor demonstra irritação e tensão, resultando em humilhações e ameaças. Na segunda fase, ocorre o ato da violência, em que a tensão se transforma em explosão, ocasionando as agressões físicas e psicológicas. A mulher enfrenta as consequências dessa violência e muitas vezes se paralisa diante do agressor. Na terceira fase, o agressor mostra um suposto arrependimento e busca um comportamento carinhoso para se reconciliar. Tal ciclo é um desenho representativo do que ocorre em vários lares no qual a mulher, em uma situação de dependência emocional (como também econômica), fica presa ao enclausuramento da violência.

Para lidar com essa questão, é necessário que as nossas instituições de ensino tenham políticas de prevenção e enfrentamento à violência bem como mecanismos para denúncia aos órgãos competentes, visando à intervenção eficaz nos possíveis casos. É preciso se posicionar para fortalecer a luta que vem sendo travada no decorrer do processo histórico em defesa da mulher.

Dialogando com esse entendimento, esta pesquisa apresenta uma proposta de ensino voltada à educação profissional e Tecnológica, utilizando a literatura como forma de resistência e, principalmente, de prevenção à violência contra mulher, entendendo as mulheres (e homens) como sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas, da educação e da sociedade patriarcal e capitalista na qual estamos inseridos. Essa proposta aplicada ao Curso Técnico Integrado em Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto pode contribuir para diminuir a distância entre esses saberes e avançar na construção de um conhecimento voltado para a realidade da população, fortalecendo e empoderando mulheres para ressignificação da situação de violação de direitos.

Precisamos, para tanto, de mais formações para os professores, de esclarecimentos e orientação aos estudantes e de uma literatura diversa e inclusiva que discuta questões gritantes da sociedade - e, quando nos referimos à literatura, não podemos ignorar o valor da autoria feminina no Brasil. Um dos nomes que muito bem representa essa literatura é o de Conceição Evaristo, poetisa, contista, romancista, ensaísta, vista como uma das vozes mais importantes da Literatura Brasileira contemporânea. Por entender desde muito cedo a condição histórica de silenciamento das mulheres, essa escritora negra busca, com o movimento de sua escrita, criar condições para que essas vozes silenciadas sejam ouvidas. Para fazer jus a essa temática e à possibilidade de usarmos a literatura no âmbito escolar como instrumento de conscientização e libertação social, apresentamos um conto de Evaristo e de outras mulheres

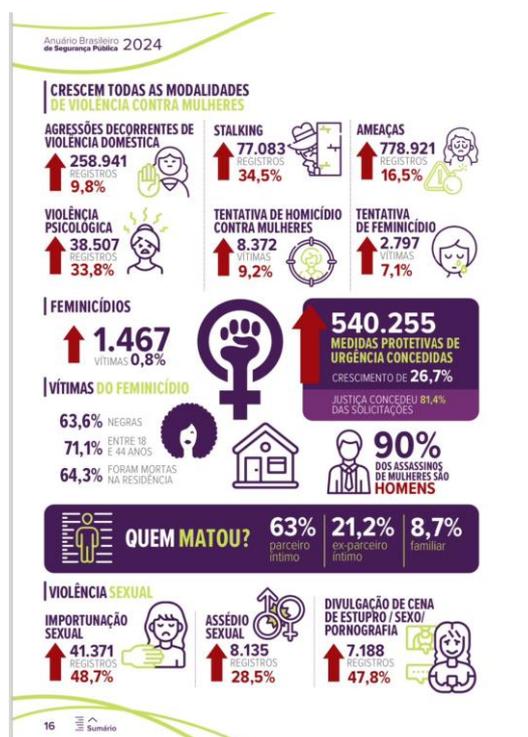
escritoras para contribuir com a mudança desse cenário. Essa leitura se faz necessária, pois percebemos, através da leitura do infográfico do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, que crescem todas as modalidades de violência contra a mulher, o que nos comprova os desafios pelos quais passam a figura feminina em nosso país.

2.5 O cenário de violência em âmbito Nacional

Os dados alarmantes expostos no último Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência contra a mulher reforçam a importância do nosso estudo. Conforme se vê na Figura 3, logo adiante, houve o registro de 258.941 agressões decorrentes de violência doméstica, o que corresponde a 9,8% de casos informados. Também tivemos o montante de 38.507 registros de violência psicológica, o que corresponde a 33,8% de ocorrências desse tipo. Tivemos em 2023 8.372 vítimas de tentativa de homicídios, correspondendo a 9,2%. Ainda apresentaram 778.921 registros de ameaças, correspondendo a 16,5%, e 2.797 vítimas de feminicídio, correspondendo a 7,1%.

O que choca é que são 1.467 vítimas de feminicídio e dessas vítimas 63,6% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, com idade entre 18 e 44 anos e que foram mortas por homens (90% dos casos), que podem ter sido parceiros (63% dos casos), ex-parceiros (21,2% dos casos) e algum familiar (8,7% dos casos).

Figura 3 – Dados de Violência contra a mulher 2023



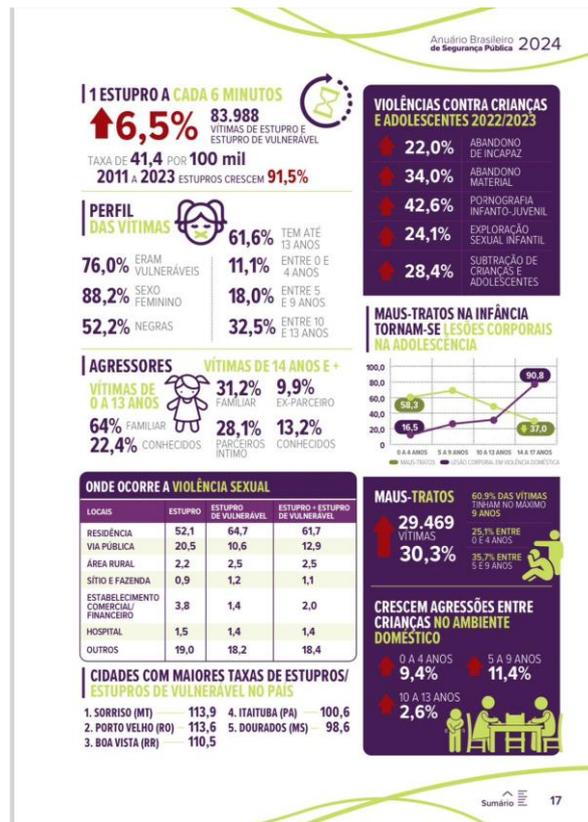
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

Percebe-se neste infográfico que, se a Lei Maria da Penha não tivesse sido implantada em 2006, possivelmente teríamos um aumento maior nos casos de feminicídio. É preocupante a informação de que, no Brasil, se registraram 540.255 medidas protetivas de urgência, um aumento de 26,7%, e a justiça concedeu 81,4% das solicitações, comprovando que a Lei Maria da Penha tem eficácia. São dados alarmantes que necessitam de um combate mais rigoroso para que a impunidade não cresça e que possa haver uma diminuição no número de casos.

Ainda percebemos no que foram registrados 41.371 casos de importunação sexual, 8.135 casos de assédio sexual e registrados 7.188 casos de divulgação de cena de estupro/sexo/pornografia. Esses dados correspondem ao total de mulheres vítimas da violência em nosso país em 2023, e incluem tanto circunstâncias em que as mulheres foram vitimadas em razão de sua condição de gênero feminino – seja em decorrência de violência doméstica ou familiar, seja por menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Chakian, 2019) – como também dinâmicas derivadas da violência urbana, a exemplo de roubos seguidos de morte e outros conflitos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 ainda traz o número de casos de estupro – em 2023 foram de 83.988 vítimas, com taxa de 41,4% por 100 mil habitantes. Uma crescente, de 2011 a 2023, de 91,5% nos casos. Choca saber que os maiores números dessas vítimas são do sexo feminino 88,2% e que a maior parte tem até 13 anos (61,6%). Os dados revelam que, desses casos, a maior parte dos agressores faz parte do seio familiar (64%) e , e outros são desconhecidos (22,4%).

Figura 4 – Dados de estupro contra a mulher 2023



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024).

A notícia de violência contra a mulher ainda nos choca e continua crescendo. A diminuição dos homicídios é matizada pelos feminicídios, que cresceram 0,8% em relação ao ano anterior, sendo 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior número já registrado desde a publicação da lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime, ou seja, que torna o homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas mais altas, de 12 a 30 anos de detenção. Pela lógica, após quase dez anos da promulgação desta lei, deveria ocorrer a diminuição de homicídios de mulheres, mas infelizmente não é isso que vemos, visto que a morte violenta tem aumentado e, neste aspecto, devemos lembrar que muitos dos casos de mortes de mulheres sequer figuram entre as estatísticas, dada a dificuldade em denunciar e o medo de falar sobre o caso mesmo. Essas mulheres ainda não tiveram força de quebrar o silêncio. É importante observar que, para combater a violência, o primeiro passo é romper o silêncio. Mesmo sendo difícil falar das dores silenciadas essa atitude quando feita, colabora para a mulher conseguir ressignificar a sua dor e o seu sofrimento. A literatura, dessa forma, pode ser um caminho (ainda que não o único) uma possibilidade de ajudar as mulheres a romper o silêncio ao se perceberem representadas na ficção.

Como as páginas dos jornais expõem casos de violência contra a mulher todos os dias, esse fenômeno é um problema real na vida das mulheres do Brasil e do mundo. Trata-se de

uma violação de direitos expressando uma relação de desigualdade de gênero como “forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e sustentada por uma cultura patriarcal” (Brasil, 2021, p. 22).

Seguindo esse entendimento, de acordo com Saffioti (2004), a violência de gênero deriva de uma organização social que privilegia o masculino em detrimento do feminino, sendo fruto de uma construção que perpetua as desigualdades de gênero. Na sociedade patriarcal, existe a banalização da violência, de modo que há tolerância - e até certo incentivo da sociedade, para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força e dominação, com sustentação na organização social e de gênero. Segundo a mesma autora, o patriarcado se apresenta como um sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens, com sua base material na divisão sexual do trabalho e na violência.

No ambiente doméstico, a violência é específica, como afirma Saffioti (1994), tratando-se de agressão física, psíquica ou sexual praticada no chamado espaço privado, no qual, em nome da preservação da privacidade e do patriarcado, os representantes do Estado não interferiram por décadas. Sobre essa questão, vale lembrar a expressão popular: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”, ideia disseminada que contribuiu fortemente para manter o silenciamento feminino. Sobre isto, busco afirmar que, em briga de marido e mulher, mete-se a colher, sim (Apêndice A), para evitar os números alarmantes mostrados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. Esse tipo de violência também é representado na literatura, a exemplo do que narra o miniconto “Porém igualmente”, de Marina Colasanti, publicado na coletânea *Um Espinho de Marfim & Outras Histórias* (Colasanti, 1999, p. 44), que alude ao tema da violência doméstica, do feminicídio e, não menos grave, da indiferença social.

É uma santa. Diziam os vizinhos. E D. Eulália apanhando.
 É um anjo. Diziam os parentes. E D. Eulália sangrando.
 Porém igualmente se surpreenderam na noite em que, mais bêbado que de costume, o marido, depois de surrá-la, jogou-a pela janela, e D. Eulália rompeu em asas o voo de sua trajetória.

Diante da construção de ações que caminham na contramão do cenário de violência, a escola, por intermédio do desenvolvimento de práticas leitoras com textos literários, tem um papel importante, pois é um caminho sutil, mas potente, de rompimento de barreiras criadas pelo preconceito e pelas relações estabelecidas entre homens e mulheres nos espaços doméstico e familiar. Neste sentido, a escola precisa estar preparada para desconstruir

estereótipos que reforçam papéis sociais e continua a formar cidadãos que reproduzem tais concepções.

Diante de tanta incidência de violência contra a mulher, fazem-se necessárias mais ações de prevenção contra essa forma de violência. É importante que todos os cursos de formação (nas universidades ou institutos, públicos ou privados) possam inserir essa temática em seus currículos. No que tange à presente pesquisa, o interesse de estudo se aplica à educação profissional técnica de nível médio, em um curso de Administração, cuja modalidade prepara o estudante para atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Entre 2020 e 2021, informações do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), tabulados pelo Instituto Santos Dumont (ISD), mostram que, no Brasil, o número de delitos contra as mulheres triplicou, haja vista passar de 271.392 registros para 823.127 (Saiba Mais, 2022).

No Estado da Paraíba, os casos de estupro cresceram 290% em um ano. Foram registrados 487 estupros em 2021, contra 124 em 2020. Desse total, 346 foram estupros de meninas e 141 estupros de mulheres (Jornal da Paraíba, 2022).

Também se vê o aumento de 56,1% na concessão de medidas protetivas. Em contrapartida, os números mostram uma tímida diminuição nos casos de violência doméstica. Infelizmente é mais um ano em que o cenário segue desolador; os números retratam que a violência de gênero não é apenas um ato isolado de agressão de poder e controle, mas de um enraizamento nas estruturas patriarcais da sociedade que ainda não foi sanado. Esse enraizamento reforça a concepção de que a violência contra a mulher foi naturalizada pela sociedade, visto que estamos no ano de 2024 e seguimos tentando entender e combater o fenômeno, na perspectiva da diminuição dos dados apresentados, consequentemente no combate ao fenômeno que mata mulheres, jovens e crianças.

Para o enfrentamento e combate a esses números, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona em 03 de abril de 2023 a Lei 14.540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais crimes contra a dignidade sexual nos órgãos públicos. A lei prevê “Capacitação dos servidores públicos, a produção de campanhas educativas e a criação de ações preventivas de combate ao assédio sexual”.

Com o projeto de nação promovido pelo atual governo, tivemos, em 2023, muitas conquistas legislativas de direitos das mulheres, entre elas destacamos:

- a Lei 14.550/2023, que alterou a Lei Maria da Penha, como já dito anteriormente neste texto, responsável por estabelecer que medidas protetivas possam ser

concedidas independentemente de boletim de ocorrência ou de inquérito policial;

- Lei 14674/2023, que possibilita a concessão de auxílio de aluguel para mulheres em situação de violência doméstica por até 06 meses;
- a Lei 14.737/2023, que amplia o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos em serviços de saúde público e privados;
- a Lei 14.713, que aplica a guarda não compartilhada para casos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica e familiar;
- e a lei 14.717/2023, que permite a pensão para os órfãos de feminicídio.

O ano de 2023 se encerra com mais uma ação a favor do direito das mulheres, a Lei 14.786, sancionada na Paraíba, que cria o protocolo “Não é Não”, de prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher em casas noturnas, boates e shows. Conforme o texto dessa Lei entende-se como constrangimento qualquer insistência, física ou verbal, após a manifestação de discordância por parte da mulher. Já a violência pressupõe o uso da força que tenha como resultado lesão, morte ou dano. O artigo 4º, inciso I, dessa mesma legislação, aponta o respeito ao relato da vítima como um dos princípios para a aplicação do protocolo. O artigo 5º discorre sobre os direitos da vítima, como o estabelecimento deve proceder, separando o agressor da vítima, sendo esta última acompanhada por uma pessoa de sua escolha. Entre várias responsabilidades dispostas por essa Lei, os estabelecimentos ter deverão:

- a) Ter, em sua equipe de atendimento, ao menos uma pessoa qualificada para este protocolo;
- b) sinalizar em locais visíveis como podem ser acionados os órgãos de proteção imediata (Polícia Militar – Central de Atendimento à mulher (Ligue 180))
- c) os números de contato desses órgãos;
- d) a colaboração para a identificação das possíveis testemunhas. A Lei institui o selo “NÃO É NÃO MULHERES SEGURAS”, que é concedido pelo poder público. Empresas que possuírem esse selo estarão na lista “LOCAL SEGURO PARA MULHERES”.

Creio estar bastante claro como é importante discutirmos essas questões alinhadas ao Ensino Médio Integrado, de modo a trazer a relevância para uma formação profissional emancipatória e não apenas voltada ao ensino propedêutico ou profissional. Sob essa visão,

mais consciente de seus direitos (e deveres), os envolvidos devem se reconhecer como sujeitos históricos com autonomia e discernimento para articular os conhecimentos associados ao mundo do trabalho e à prática social humanizadora. A esse respeito, no que se refere ao campo da literatura, nos reportamos a Antonio Candido (2004) que, no ensaio "O Direito à Literatura", lança argumentos sobre a importância da literatura como um direito fundamental. Segundo o estudioso, a literatura é essencial para a formação do ser humano, posto que oferece uma visão crítica da realidade, permitindo o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação e da capacidade de reflexão. Nessa medida, discutir a problemática da violência contra a mulher por meio da literatura é um caminho favorável ao encontro da ideia de que essa arte humaniza. Assim se entendendo, por meio dela, a escola pode ofertar uma educação constituída de elementos necessários a uma sociedade que se deseja, mais justa (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

As discussões de gênero são instrumentos fundamentais para se pensar em campos muito importantes, desde a desigualdade salarial até mesmo o feminicídio. A educação, como instrumento de luta, ao pautar as discussões de gênero, colabora com a compreensão de que a violência contra a mulher não é apenas aquela vista fisicamente mas também a que silencia, apaga e nega existência. Conhecer e entender o que é violência, assim como buscar uma educação antimachista é tarefa, também, de uma educação emancipatória (Freire, 1996), e é a partir dela que podemos lutar por uma sociedade mais justa e igualitária para homens e mulheres.

Desta forma, se faz necessário destacar que a luta pelo direito à educação foi uma das ferramentas importantes para a emancipação das mulheres, assim a luta das mulheres por acesso à educação se torna um grande passo na luta antimachismo. Sobre essa questão, segundo Davis (2016, p.109), “o anseio por conhecimento sempre existiu.”.

Pelas discussões apresentadas nesta seção, podemos constatar que a violência velada está ligada diretamente à educação, sendo a escola capaz de desvendar e reduzir ou eliminar esse fenômeno, já que é uma agente formadora. É na escola que, a partir da pluralidade de ideias e sobre as questões de gênero, podemos questionar as construções em relação ao “ser homem” e “ser mulher”, além do enfrentamento à violência velada.

Nessa busca de mudanças e confrontos às mais diversas formas de violência contra a mulher, é indispensável abrir o debate nas escolas – incluindo a Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto–, pois todas devem estar comprometidas em formar sujeitos que exerçam não apenas o papel de acadêmicos, intelectuais, ou, como ditavam os modelos retrógrados e injustos, do homem provedor/dominador ou da mulher submissa, mas o de

peças que compreendam as diferenças e combatam as desigualdades que resultam de frutos machistas sobre os quais nossa sociedade está estruturada.

Partindo de observações no contexto escolar, podemos ver diversas formas de violência velada na escola, desde a separação por gênero (em filas, brincadeiras ou comportamentos “de menina” ou “de menino”), cujos papéis são socialmente construídos, normatizados e muitas vezes não vistos como violência. Neste sentido, o debate de gênero é necessário nesses espaços, visando à construção do que é pertencer à categoria feminina ou masculina e, para além disso, prevenir-se contra a violência nas escolas, reafirmando debates de questões que são ocultadas e colaboram com uma formação de desigualdades entre homens e mulheres.

Essa forma de encarar a educação sugere um modelo educacional mais voltado à “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado” (Moura, 2013, p. 1) e que propicie essa formação emancipatória que tanto almejamos.

Em relação ao ensino, é essencial desmistificar a ideia de dualidade e fragmentação que foi instalada no Brasil, especialmente em relação ao ensino técnico profissionalizante. Essa dualidade só reforça a ideia de educação associada à mercadoria, reduzindo, assim, a sua importância na formação humana e colaborando para o crescimento econômico que serve apenas à lógica de mercado.

É preciso pensar a educação em seus aspectos intelectual, físico e tecnológico, para formar o ser humano de forma mais completa e ampliada. Amparadas nessa concepção, pensamos como Ramos (2007, p.1) ao afirmar que:

[...] uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. É importante destacar que politécnica não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber, o ensino de muitas técnicas. Politécnica significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científicos – tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (Ramos, 2007, p. 1).

Sob esse ponto de vista, a noção de formação integral e politécnica está ligada, necessariamente, ao mundo do trabalho, sendo esta fonte de produção humana. Pelo trabalho, as relações sociais e econômicas se materializam e dão mobilidade, “por isso, o trabalho é o caminho de construção da identidade, e o homem constrói a sua identidade pelo trabalho. Dessa maneira, forma-se através do trabalho e o trabalho é o princípio da sua formação” (Ribeiro, 2009, p. 3).

Seguindo esse posicionamento, em sendo o trabalho um princípio educativo, é preciso repensar essa junção do ensino básico e o profissional, pois é nesse ciclo escolar que os jovens são estimulados e preparados para se inserirem no mundo de trabalho, embora muitas vezes deixem de lado a sua formação pela necessidade imediata de um ganho financeiro.

Contrariando a lógica baseada no mercado que dita uma proposta formativa hegemônica, na qual o ensino médio integrado historicamente esteve vinculado aos interesses de políticas neoliberais, precisamos centrar “no desenvolvimento do estudante como sujeito de necessidades, de desejos e potencialidades” (Ramos, 2007, p. 5). Nesse entendimento a integração ao ensino médio traz foco [...] “na perspectiva da emancipação humana, que só pode ocorrer à medida que os projetos individuais entram em coerência com um projeto social coletivamente construído” (Ramos, 2007, p.5).

É nesse cenário de formação de Ensino Médio Integrado que o ser humano pode prover subsídios capazes de se tornar inteiro e humano. Por esse motivo, vemos quanto o desenvolvimento desta pesquisa assume um papel importante, pois se trata de um estudo de violência de gênero não dissociado do contexto profissionalizante e da educação básica, que perpassa todos os níveis e dimensões da educação integral, conforme defende estudiosos da educação, numa proposta coletiva de transformar a realidade, mesmo considerada conjunturalmente desfavorável, que potencialize mudanças em relação à mulher e à violência (quer seja física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral) contra ela investida.

Nessa perspectiva, analisada a violência de gênero no cenário brasileiro para compreensão do fenômeno na conjuntura da formação integral, passamos, na seção seguinte, ao cumprimento dos objetivos de: i) identificar, nos documentos oficiais da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, a tematização da violência de gênero/violência contra a mulher no contexto da Educação Profissional e Tecnológica; ii) averiguar ações educativas que situem a reflexão sobre a violência contra a mulher no contexto do Ensino Médio Integrado.

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CENÁRIO DA FORMAÇÃO INTEGRAL: O DIZER INSTITUCIONAL

Nesta seção, analisamos as temáticas violência de gênero/violência contra a mulher, buscando identificá-las nos documentos institucionais relativos ao 3º ano do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio da ECIT José Luiz Neto. Em confronto ao que foi analisado nos documentos da instituição escolar, foram aplicados presencialmente os instrumentos de coleta de dados definidos nesta pesquisa, originários das respostas dos alunos e professores, por intermédio de questionários aplicados com discentes (Apêndice F), docentes (Apêndice G) e da entrevista (Apêndice I) feita com a professora de Língua Portuguesa e Literatura. As discussões são apresentadas ao longo desta seção e, na sequência, expostos os resultados por meio da representação gráfica na subseção 3.3.

Para proceder com a análise de como a violência de gênero/violência contra a mulher é trabalhada no contexto do Ensino Médio Integrado, buscamos compreender o discurso pedagógico que estrutura o currículo na formação integral do sujeito-estudante e sujeito-professor na Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB. Neste sentido, realizamos a análise documental do Projeto Pedagógico (PP) do ano de 2023 e do Plano de Ensino da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura do curso já mencionado, cujos resultados estão descritos a seguir.

3.1 O dizer dos documentos institucionais e dos sujeitos da ECIT José Luiz Neto

Neste trabalho, já evidenciamos os discursos subjacentes aos documentos jurídicos que abordam a temática violência de gênero, notadamente a violência contra a mulher, e como podemos abordá-la dentro da Educação Profissional Tecnológica, utilizando procedimentos de ensino comprometidos com a percepção sobre a problemática de gênero como parte essencial da questão democrática e da formação do pensamento social no Brasil (Saffioti 1994; 1997; 2004). Neste sentido, buscamos, no contexto escolar da EPT e do ensino de Língua Portuguesa e Literatura, estratégias bem sucedidas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero e violência contra mulheres, pois sabemos que tais infortúnios causam impactos sérios no desenvolvimento acadêmico dos estudantes e, conseqüentemente, interferem na dinâmica social do mundo do trabalho.

Contextualizada a questão, passamos às discussões acerca dos documentos oficiais institucionais da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, quais sejam: o Projeto Pedagógico (PP) e o Plano de Ensino da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura do 3º

ano, especificamente o do curso do Ensino Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, do ano de 2023, cerne deste estudo.

Muito além de ser uma exigência legal estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Projeto Político Pedagógico, previsto pelas diretrizes e orientações da política educacional brasileira, é considerado um instrumento organizacional que, em seu envolvimento com a integração da comunidade – educadores e estudantes –, define o funcionamento do espaço escolar e pedagógico e, por conseguinte, a melhoria da qualidade do ensino. Em conformidade com Veiga (2002, p. 13), todo projeto pedagógico da escola é também

um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Nessa perspectiva, é de se esperar que uma proposta pedagógica, enquanto instrumento orientador do fazer escolar tenha em mente um modelo educativo que responda a demandas sociais ligadas a aspectos humanizadores e educacionais, em consonância com os anseios e interesses dos que integram a comunidade escolar e a sociedade de modo geral. O Projeto Pedagógico (PP) da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto (Brasil, 2023, p.12) aborda como meta 5 – “Promoção de atividades diversificadas temáticas, que estimulem os discentes a desenvolverem o seu papel de protagonistas, ao mesmo tempo em que discutem sobre temas atuais e significativos para sua formação enquanto cidadãos”. Essas necessidades estão relacionadas à formação humana integral do estudante, cujo princípio se fundamenta na “integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, 2014, p.84).

A concepção de uma educação integral que visa a uma formação omnilateral dos sujeitos pode ser verificada nessa parte do PP, mas não há, de forma expressa, qualquer identificação direta da tematização violência de gênero / violência contra a mulher no cenário da formação da ECIT José Luiz Neto; bem como não identificamos um discurso de compromisso com o enfrentamento a esse tipo de violência no ambiente escolar.

As escolas não estão imunes à violência contra a mulher, por isso é fundamental enfatizar que essa violência pode se manifestar nas diversas formas e em diferentes ambientes de convívio social e que pode impactar no desenvolvimento acadêmico dos estudantes,

prejudicando seu empenho acadêmico, saúde mental e emocional. É essencial que a escola promova a conscientização sobre o direito das mulheres, ensinando habilidades de comunicação e resolução de conflitos e ofereça atendimento por meio da rede para fortalecer as mulheres. Para lidar com essas questões, é fundamental um ambiente escolar onde as estudantes se sintam incentivadas a buscar ajuda, uma vez que é um espaço onde elas encontram segurança para relatar situações de violência, enxergando o ambiente como “um lugar importante para abordar temas com os quais têm dificuldades de lidar ou gostariam de lidar de outra forma e não encontram respaldo em casa ou em outros ambientes” (Assis, 2010, p. 132).

É certo que a finalidade de um projeto político pedagógico é atender às particularidades da escola no que toca à qualidade do ensino e à gestão democrática em uma perspectiva que abarca os aspectos político e pedagógico do processo de ensino e aprendizagem com vistas a formar cidadãos críticos, conscientes e responsáveis que vão atuar tanto de maneira individual como coletiva na sociedade. É imprescindível, portanto, que as instituições educacionais atentem para inserir, em seus projetos políticos, questões a serem discutidas e refletidas de maneira constante nas práticas pedagógicas, com todos os membros da comunidade escolar participando do processo formativo que viabilize políticas públicas de prevenção e resistência à violência, incluindo os mecanismos de denúncia contra a mulher.

Considerando a importância do PP para a gestão escolar e para a organização da prática docente, é adequado realizar uma revisão do documento, de modo a atender a demandas que se mostram decisivas não somente para a formação técnica do egresso de Administração, mas também para a sua formação integral, comprometida com a mudança educacional e apoiada em um paradigma que respeita a diversidade em suas múltiplas facetas. Realizada a análise do PP que mostrou não revelar, de forma expressa, a abordagem do objeto em pauta, prosseguimos para verificar o documento mais específico de planejamento pedagógico no que se refere à área de interesse desta pesquisa, qual seja: o Plano de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura do 3º ano do Curso Técnico em Administração da ECIT José Luiz Neto. Como o PP é o guia responsável para orientar o processo pedagógico definido nos componentes curriculares, é esperado que os Planos de Ensino que compõem a formação do curso de Administração em EPT estejam alicerçados em ações presentes, visando à formação dos sujeitos permeada pelo respeito às diversidades.

Devemos pontuar, no entanto, que os conteúdos apresentados no Plano de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura foram descritos de uma forma muito abrangente, não sendo possível a identificação de textos e temas a serem trabalhados com a temática aqui estudada.

Assim, o planejamento desse componente curricular, que deveria ser vinculado a uma proposta conjunta da escola, não menciona expressamente ações ou intervenções no que se relaciona à violência contra a mulher. Por este motivo, houve a necessidade de prosseguir a pesquisa realizando-se entrevista com a professora de Língua Portuguesa e Literatura, em busca de se compreender como a temática violência de gênero/violência contra a mulher é trabalhada em sua prática de sala de aula. A fim de ampliarmos essa compreensão no contexto mais abrangente da referida escola, além da entrevista, também usamos um questionário (Apêndice G) que foi aplicado e respondido pelos professores das áreas de Linguagem e de Ciências Humanas – Português, Arte, Língua Inglesa, Educação Física, História, Geografia, Sociologia e Filosofia –, para identificarmos quais ações educativas sobre a temática a escola realiza.

3.1.1 Os trâmites ético-metodológicos para aplicação e análise dos instrumentos de pesquisa

Para o desenvolvimento do estudo, utilizamos o procedimento de análise de dados, que exige o uso de uma metodologia de interpretação, considerando o entendimento de que o pesquisador faça sua escolha a depender do “material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador” (Chizzotti, 2006, p. 98). Assim, as análises dos dados coletados nesta investigação foram feitas a partir do método análise de conteúdo, utilizado para pesquisas qualitativas. No que tange à definição de análise de conteúdo, recorreremos à concepção de Bardin (2007, p. 33), para quem “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Tendo em vista essa compreensão para procedermos com a análise do conteúdo das respostas dos alunos do 3º ano do Curso Técnico em Administração da ECIT José Luiz Neto e dos professores das áreas de Linguagem e de Ciências Humanas, utilizamos três procedimentos de Bardin (2007). São eles:

1ª etapa – Pré-análise: consistiu na análise prévia dos documentos institucionais: Plano Pedagógico (PP) e do Plano de Ensino da disciplina de Língua Portuguesa e Literatura. Na sequência, foram construídos os questionários e o roteiro da entrevista;

2ª etapa – Exploração do material: nesta fase, prosseguimos com a verificação das respostas dos alunos e dos professores que responderam ao questionário e à entrevista, a partir das unidades de análise temáticas que são recortes do material coletado. Tais unidades temáticas foram escolhidas a partir dos objetivos e das teorias que adotamos neste estudo.

3ª etapa – Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: etapas que, apesar de didáticas e sequenciais, foram desenvolvidas estabelecendo conexão entre si. Sobre isso, Campos (2004) trata que a análise de dados “é um processo [...]” logo deve ser visto como algo “que possa ser feito conjuntamente com outros passos da análise, ou seja, à medida que são feitos os idos e vindos ao material, ao corpo teórico norteador, referencial pessoal do pesquisador e suas inferências” (Campos, 2004, sic).

Desse modo, buscamos, na análise de conteúdo, a possibilidade de descrever, analisar e interpretar os dados apresentados pelos alunos e professores – nos questionários e na entrevista –, sobre as questões relativas à violência contra a mulher no cenário de formação integral. Adotado esse procedimento, as análises, dispostas na seção a seguir, resumem a percepção dos documentos institucionais e dos instrumentos de coleta de dados sobre o fenômeno da violência de gênero, tomando como fundamento as bases conceituais – devidamente referenciadas ao longo deste trabalho – que defendem a formação humana integral, logo a primazia do trabalho como princípio educativo e produção do conhecimento.

Antes de discutirmos e analisarmos os discursos do sujeito-aluno e sujeito-professor para compreender como o tema violência de gênero/violência contra a mulher é trabalhado no contexto da EPT na ECIT José Luiz Neto, de Barra de Santa Rosa, compreendemos que é necessário relatarmos as etapas da aplicação do questionário.

Todas as etapas deste estudo foram feitas presencialmente. Entre novembro de 2022 a outubro de 2023, mantivemos contato com a gestão e coordenação da ECIT José Luiz Neto, com a professora de Língua Portuguesa e Literatura e com os demais professores e alunos dos 3º anos do Ensino Médio Integrado do curso de Administração. Em contato inicial, apresentamos a proposta desta pesquisa com vistas a desenvolver uma oficina de prática de leitura literária, cuja temática envolve o fenômeno histórico social “violência contra a mulher”, com estudantes das referidas turmas. Em resposta, a gestão e coordenação foram bem receptivas, assim como professores e alunos que se dispuseram prontamente a colaborar, não havendo, pois, dificuldades no desenvolvimento dessa fase da pesquisa.

Em relação aos instrumentos de coleta de dados – Questionário e roteiro de entrevista – assim como os Termos de anuência de participação no estudo – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – todos foram previamente aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IFPB. Quanto a sua aplicação, foram aplicados presencialmente, sem intercorrências.

O período de convite à participação na pesquisa e de aplicação dos questionários e da entrevista foi realizado em 5 momentos: em setembro de 2023, no horário em que funciona o

departamento dos professores, apresentamos a pesquisa ao grupo definido. Ainda no mês de setembro, no horário das aulas de Língua Portuguesa, apresentamos a pesquisa para as duas turmas do 3º ano. No mês seguinte, entregamos o TALE e TCLE aos alunos de menor para que os pais ou responsáveis autorizassem sua participação na pesquisa. Ainda no mês de outubro, após receber de todos os alunos os TALE e TCLE, aplicamos o questionário. Também em outubro, aplicamos o questionário como os professores que assinaram o TCLE.

As perguntas utilizadas para os discentes foram elaboradas em dois formatos – aberto e fechado. As turmas do 3º ano da ECIT José Luiz Neto formam um total de 75 alunos, sendo o 3º A com 38 alunos e o 3º B com 37. Os alunos têm a faixa etária de 16 a 19 anos e, desses, apenas 09 (nove) optaram por não responder à pesquisa. Desse modo, o público-alvo dos alunos formaram 26 homens e 40 mulheres.

Já em relação ao grupo de professores, o público-alvo foi formado de 08 (oito) participantes – todos responderam ao questionário. A entrevista foi realizada tão somente com a professora de Língua Portuguesa, pois não encontramos nos documentos analisados material suficiente para nossa exploração, o que foi sanado com a participação dessa docente. Os docentes têm uma faixa etária diversificada, de 30 a 59 anos; o corpo docente é formado 50% por homens e 50% por mulheres.

Explicitados esses aspectos da pesquisa, a seguir delineamos os resultados dos instrumentos de coleta de dados aplicados.

3.2 Representação gráfica do discurso do sujeito – estudante da formação integral sobre as ações Educativas da violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados

Nesta seção, apresentamos os dados obtidos a partir dos questionamentos feitos aos alunos (Apêndice F), os quais são demonstrados nos Gráficos que os acompanham por meio dos tópicos a seguir.

Tópico 1: Violência de gênero na ECIT José Luiz Neto

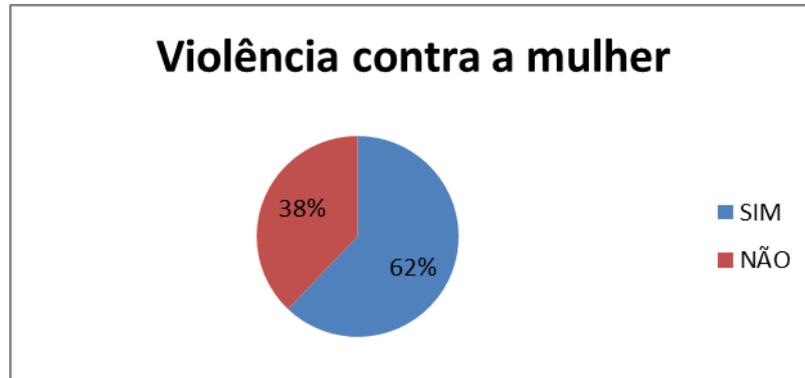
Questão 1: Em suas aulas na ECIT José Luiz Neto, você já estudou sobre a temática: Violência contra a mulher?

66 respostas

Gráfico 1: violência de gênero na ECIT José Luiz Neto

Em suas aulas na ECIT José Luiz Neto, você já estudou sobre a temática: Violência contra a mulher?

66 respostas



Fonte: Autoria própria (2023).

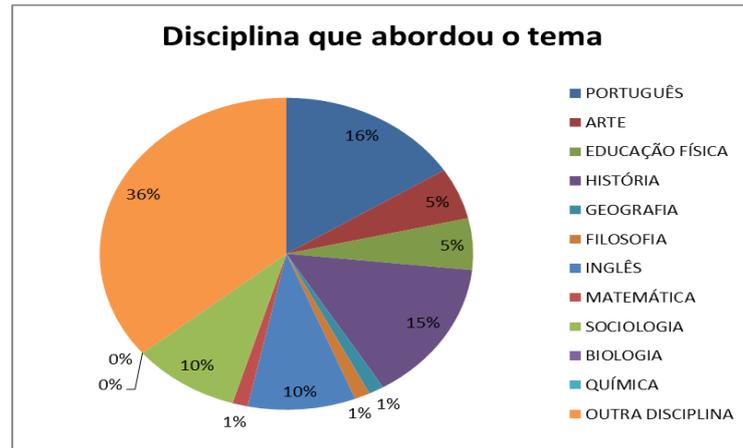
Perguntados se já haviam estudado sobre a temática violência contra a mulher, obtivemos o seguinte resultado: 62% dos alunos afirmaram já ter estudado a temática e 38% disseram que não estudaram o tema.

A escola muitas vezes é o local onde acontece o primeiro contato dos jovens com questões relacionadas ao direito das mulheres e à igualdade de gênero. Por isso, a implantação de políticas públicas e outras ações, através de conteúdos curriculares pertinentes, assim como campanhas educativas em parcerias com instituições comprometidas com esse objetivo são fundamentais. Desta forma, as respostas dadas pelo segmento estudantil apontam que a escola é uma instituição que pode contribuir significativamente para conscientização e o enfrentamento à violência de gênero, ao provocar questionamentos em relação ao sistema de dominação que perpetua as relações de poder.

Questão 2: Se positivo para a questão anterior, assinale a alternativa que melhor representa a disciplina que abordou o tema: (você pode marcar mais de uma disciplina se necessário):

41 respostas

Gráfico 2 – Disciplina que abordou o tema



Fonte: Autoria própria (2023).

Na sequência, perguntados qual disciplina melhor representa a que abordou o tema, os alunos responderam: Em primeiro lugar *outra disciplina* (36%), seguido de *Português* (16%) e *História* (15%). Empatadas com (10%) vêm *Inglês* e *Sociologia*; *Arte* e *Educação Física* seguem com 5%; *Geografia*, *Filosofia* e *Matemática* ficaram com 1%; *Biologia* e *Química* (0%). As disciplinas que mais abordam a temática violência contra a mulher são as da área de Linguagem, por isso o foco do Produto Educacional será a Língua Portuguesa.

Questão 3: Você já presenciou alguma situação de violência contra a mulher?

66 respostas

Gráfico 3 – Situação de violência



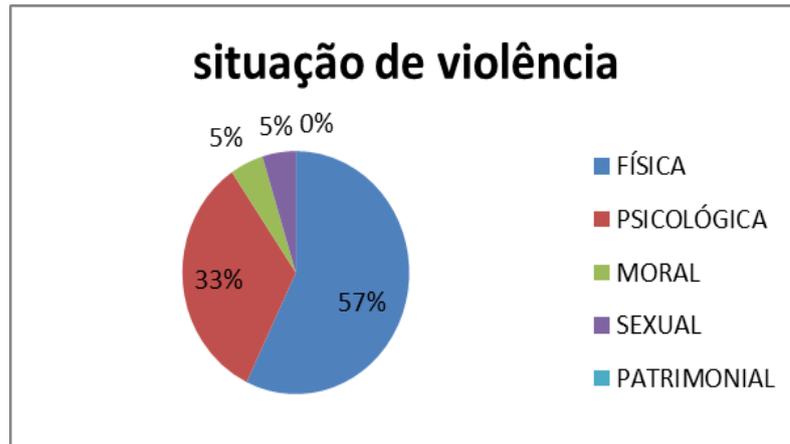
Fonte: Autoria própria (2023).

Quando perguntados se já presenciaram algum caso de violência contra a mulher, 68% afirmam que não, e 32% disseram que já presenciaram algum caso de violência.

Questão 4: Qual foi o tipo de violência?

21 respostas

Gráfico 4: Tipos de violência



Fonte: Autoria própria (2023).

Aos que já presenciaram algum caso de violência contra a mulher, foi indagado qual o tipo de violência; as respostas nos surpreenderam. 57% dos participantes afirmaram que foi a violência física, sendo um resultado bastante expressivo e que mostram quão vulneráveis ainda estão as mulheres. Os dados retratam que a violência física – como bater, empurrar, chutar – é uma das formas mais visíveis de agressão, que envolve danos não só à integridade ou saúde corporal da mulher como também à sua saúde emocional e ou mental.

Os resultados acima são seguidos de 33% que afirmam ter presenciado a violência psicológica. Esta se manifesta por meios de comportamentos que buscam controlar, dominar ou humilhar a mulher, afetando sua autoestima e bem-estar emocional. Isso pode ocorrer através de ameaças, insultos, isolamento social, entre outros (Brasil, 2006). Na sequência, temos resultados correspondentes a 5% que responderam violência moral e sexual. A violência moral manifesta-se por meio de qualquer conduta que configure difamação, calúnia ou injúria (Brasil, 2006). Já a violência sexual ocorre quando a mulher é constrangida a participar de atividades sexuais contra a sua vontade, mediante intimidação, ameaça ou uso da força. Inclui também a coerção sexual, o assédio sexual e a exploração sexual (Brasil, 2006). A violência patrimonial não foi citada nas respostas; esta é caracterizada pelo controle ou destruição dos recursos financeiros.

É importante compreendermos os diferentes tipos de violência contra a mulher para poder formularmos estratégias de prevenção e combate a esse grave problema social bem como conhecer as formas de denunciá-las. É importante destacar que cada forma de violência reflete não apenas a violação dos direitos individuais, mas ainda a perpetuação da desigualdade de gênero tão presente na nossa sociedade, uma vez que “a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres” (Saffioti, 1999, p. 84), mas contraditoriamente, considera anormal alguém testemunhar tal violência, justificando o injustificável como interferência na vida privada. Tal conduta só serve para impedir a quebrado silêncio cúmplice. A marca androcêntrica, baseada na subordinação e na desvalorização do feminino em relação ao masculino, precisa ser rompida em seu status de normal e natural. Assim, se a denúncia é uma forma de resistência à herança de relações de poder e de opressão, é preciso que a escola redesenhe e transforme o cenário em que os tipos de violência se solidificam, ou seja, na condição de educadores e educandos precisamos compreender os mecanismos de poder que produzem essas forças perversas e desumanizadoras contra a qual a resistência – não somente por parte das diretamente violentadas – precisa se manifestar e (re)existir.

Tópico 2: Relato de situação vivenciada

Os pesquisados ainda tiveram a oportunidade de opinar, por meio da questão aberta, “Você poderia relatar a situação vivenciada?”. 21 estudantes responderam a este questionamento. A seguir, apresentamos os comentários nos quais identificamos que a violência contra a mulher se expressa ou ganha formas concretas nas demais formas de violência (a exemplo da doméstica, física, sexual, psicológica, moral e patrimonial), o que nos permite apresentar aqui uma problemática geral de nossa investigação: a existência de uma violência velada contra as mulheres, como podemos observar nos relatos⁴ a seguir transcritos.

“Ouvi gritos em minha rua, quando saí havia uma mulher correndo de seu agressor”.

“Um homem bêbado batia bastante na vítima, mas por ser criança na época eu não consegui ajudar”.

⁴ As transcrições foram feitas *ipsis litteris*, a fim de não macularmos sua originalidade.

“Eu fui assediada várias vezes, me senti com vergonha e pedi para não fazer mais isso”.

“Eu fui violentada psicologicamente e sexualmente por homens com mais de 18 anos nas redes sociais”.

“Minha amiga foi violentada pelo namorado, ele a insulta e manipula, já a agrediu socando sua barriga na gravidez e a empurrou. Ele a usa e o dinheiro dela, mas ela tem medo de denunciar e é dependente emocional dele”.

Pelos depoimentos expostos, é possível reconhecer que a violência doméstica e a intrafamiliar se vestem de muitas roupagens diferentes, manifestando-se com intensidades diversas. A esse respeito, Saffioti (1999, p. 85) afirma que “a violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo” É importante ressaltar que a necessidade de uma intervenção externa não significa que as vítimas de violência domésticas não podem sair sozinhas de relacionamentos abusivos, conforme subjacente nos relatos dos respondentes, mas sabemos que é mais difícil tomarem iniciativas de saírem do relacionamento por si mesmas, pois, como vimos, ao longo deste estudo, há vários fatores que podem dificultar e, até mesmo, impossibilitar a ruptura de um relacionamento abusivo, seja pelo medo, por não ter condições de se manter sozinha economicamente, entre outros fatores. Ademais, as violências – que se apresentam desde a forma verbal, psicológica e até física – deixam marcas na vítima para a vida inteira – quando não chega à morte – indo, inclusive, além disso, pois os que as presenciaram também são atingidos em maior ou menor grau, como podemos verificar nas falas a seguir:

“Minha mãe foi agredida pelo meu padrasto. Me senti mal em presenciar e tudo teve um fim resolvido pela polícia”.

“Meu pai batia na minha mãe, me sentia mal e minha mãe após anos deixou ele”.

“Aconteceu com minha mãe, o meu padrasto agrediu ela fisicamente por muito tempo, mas ela se separou dele”.

“Meu tio batia na minha tia quando estava bêbado”.

Os estudos revelam que a violência contra as mulheres acontece silenciosamente e em diferentes espaços; algumas deixam marcas físicas e outras, mesmo não deixando feridas

externas, não perdem a sua característica violenta e cruel. As violências são muitas e se desdobram em diversas formas e locais, entre os quais a escola, razão pela qual há a necessidade não só de classificá-las, mas de identificar as suas origens para, assim, combatê-las. Conhecer a história das mulheres e compreender que a violência é também a negação e o apagamento de seu papel na construção da sociedade nos faz compreender que o que não parece ser violência também o é, pois a violência que apaga o outro consiste também em uma ferramenta para a conformação. Percebe-se, portanto, que a lei brasileira que ampara as mulheres vítimas de violência conjugal não é suficiente para salvá-las de seus alcoses, fato que nos aponta para outras direções, no contexto do ensino de literatura, no intuito de contribuir para mudar situações como as exibidas neste tópico.

Embora Harold Rosenberg (2004) afirme que a arte não tem a capacidade de solucionar os problemas que identifica, partimos da concepção de que a literatura, como arte que é, também não apresenta possibilidade total de mudança na ordem social, entretanto, a arte literária por meio de suas representações da complexa dinâmica da violência doméstica, bem como do sofrimento das vítimas, dos filhos e dos possíveis desfechos trágicos para tantos relacionamentos abusivos, tem a capacidade de denunciar os atos criminosos, possibilitando as reflexões e as ponderações necessárias.

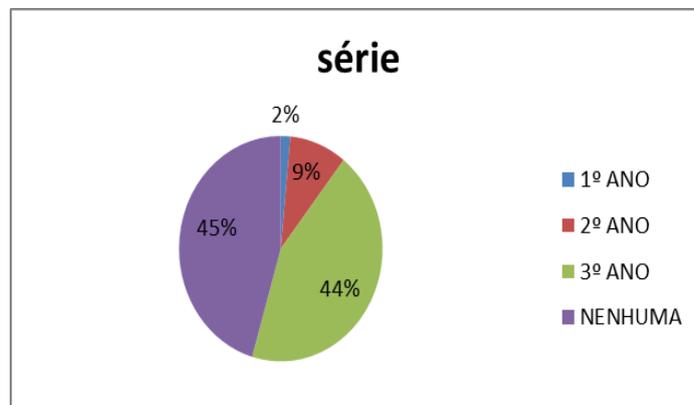
A literatura colabora para compreensão das diversas formas de violência e, nessa perspectiva, as práticas de leitura em sala de aula podem desvelá-las. Diante dos depoimentos, faz-se necessário trabalhar mais ações de prevenção contra a violência, a fim de prevenir e diminuir casos como esses. Textos de autoras, como Conceição Evaristo, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Martha Batalha, Marina Colassanti e tantas outras mulheres que irmanadas não só pela sororidade, mas também pela dor de mulheres, trazem o tema violência contra a mulher. Algumas por terem passado pela dor, outras por saberem da necessidade de falarmos abertamente sobre a temática e reivindicar a eliminação de práticas violentas contra as mulheres. É fundamental que autoras como elas sejam lidas em sala de aula e que as vozes femininas ecoem por meio da leitura e debate com os estudantes, pois a sala de aula também é o lugar de libertar o grito de opressão, de conhecer, de identificar as marcas da violência e poder denunciar.

Questão 5: Em qual série essa temática foi trabalhada?

66 respostas

A luta pela emancipação das mulheres é também responsabilidade da escola, de modo que falar sobre gênero e violência contra a mulher nesse contexto e propor formas pedagógicas de tratar essa questão para as diferentes etapas da educação básica se faz necessário se almejamos enfrentar, de fato, essa violência. Por isso, perguntamos aos estudantes que estão finalizando o Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto “Em que série essa temática foi abordada”, para sabermos em que séries os professores trabalham a temática. 66 alunos responderam.

Gráfico 5: Série em que a temática foi trabalhada



Fonte: Autoria própria (2023).

O Gráfico 5 expõe um resultado preocupante, pois 45% dos participantes responderam que nunca estudaram sobre o tema em nenhuma série, seguidos de 44% que estudaram no 3º ano do Ensino Médio, 9% no 2º ano do Ensino Médio e apenas 1% no 1º ano do Ensino Médio. Com esse resultado, percebemos a importância de trazer para sala de aula debates sobre a temática e textos que ajudem a compreender melhor como essa violência tem se intensificado e que ela precisa parar, bem como compreender as violências sofridas de forma velada ou silenciosa em uma sociedade machista, desvelando essas violências com a intencionalidade de enfrentá-las pedagogicamente e criar possibilidades para contribuir para a emancipação das mulheres.

Diante do cenário posto, os resultados, por si, já justificam a necessidade de entender melhor tal fenômeno em torno do qual a escola, como gênese formal dos processos de ensino-aprendizagem, pode interferir no que tange à desconstrução de um modelo de relação naturalizado que, por sua vez, compromete o processo de socialização nas relações de trabalho. No que diz respeito à questão, a proposta apresentada como Produto Educacional –

Proposta didática de leituras de textos literários com o tema violência contra a mulher (Apêndice A) – mostra-se adequada à conjuntura de ensino.

Tópico 3: Criação de uma proposta didática de leituras de textos literários com o tema: Violência contra a mulher

Tendo em vista a importância de discutir o tema violência contra a mulher na escola, perguntamos: “Em sua opinião é importante discutir sobre o tema violência contra a mulher na escola? Justifique sua resposta”. 66 alunos responderam a essa pergunta e 100% afirmaram ser importante estudar e discutir sobre essa temática e, em suas justificativas, deixaram claro que “É um tema que deve ser trabalhado desde cedo para ser identificado e tratado”. A resposta ilustra a preocupação dos jovens em relação à temática, reforçada pelos depoimentos: “Para que a temática seja abordada e tenha justiça”; “É importante educar os alunos sobre esse tema desde cedo para poder identificar e denunciar, e evitar esses tipos de comportamento e relacionamentos abusivos”.

Deste modo, percebemos a preocupação dos jovens em relação ao tema, mas observamos também alguns traumas entrepostos em algumas falas que nos alertam para a necessidade urgente de se trabalhar o tema em sala de aula:

“Porque a violência causa danos irreparáveis. Eu nunca vou esquecer o que meu padrasto fez com minha mãe, por isso acho importante a escola abordar o tema para entendermos o que é violência contra a mulher e podermos procurar ajuda”.

A voz que aqui ecoa, gerando um pedido de socorro, vem nos alertar que esses assuntos merecem maior destaque, de modo a dar visibilidade e promover discussão nos espaços escolares, explicitando essas questões sem mascarar a realidade posta. Dessa forma, é importante que fique registrado que a escola deve trabalhar temas sensíveis não somente sobre a violência contra a mulher, mas sempre se utilizando das múltiplas possibilidades, ampliando situações de leitura e o repertório do estudante.

Para exemplificar a extensão dos temas sensíveis na escola, tomamos como referência a pesquisa realizada por Aguiar e Formiga (2024) acerca da violência contra crianças e jovens no acervo das obras sobre o tema no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – literário política pública do MEC que avalia e distribui não apenas os livros didáticos mas também as obras literárias. As autoras compreendem que a escola como espaço

de formação deve “assegurar a reflexão de temas delicados, permitindo que o aluno viva experiências humanizadoras e [nesse contexto] a literatura constitui-se um meio de vivenciar, pelo universo ficcional, questões difíceis de lidarmos em nossa realidade” (Aguilar; Formiga, 2024, p. 245). Esses temas sensíveis recebem também a denominação de fraturantes, concebidos como uma lista infindável que “percorre todos os tabus: sexo; morte; violência; sofrimento; terrorismo, guerra; genocídio; doença, incluindo todas as suas variáveis e combinações” (Ramos; Vernon, 2015, p. 289).

Além do destaque dado pelas estudiosas para a leitura de obras consideradas fraturantes constantes no acervo do PNLD literário, é possível incentivar clubes de leitura, sarau literário, café literário e eventos do gênero como estratégia pedagógica para promoção da leitura de textos literários que abordam o tema violência contra a mulher como um canal de comunicação, conscientização e prevenção.

Como já sabemos, a leitura de textos literários no espaço escolar serviu, em certo momento, para desempenhar um caráter pedagógico, principalmente como suporte para o ensino de aspectos gramaticais e para a compreensão/interpretação textual. Sobre esse uso, Teixeira e Roters (2008, p. 41) dizem que:

O grande problema que impede a aquisição de uma leitura crítica e emancipadora é a de que o trabalho com a leitura está centrado somente em habilidade mecânica de decodificação da escrita, muitas vezes não levando o aluno a refletir criticamente sobre o texto que leu, servindo de pretexto apenas para atividades de interpretação e gramática.

Atualmente, entende-se que o uso do texto literário centrado como mero canal para aquisição de habilidades da escrita é equivocado e reduz muito sua função, pois o objetivo real da leitura do texto literário é mais amplo e contribui para a formação integral do ser humano, por isso trazer a oficina para os professores nos permite dialogar sobre a importância do texto literário e formas de trabalhar temas sensíveis com os alunos, a exemplo da abordagem da leitura subjetiva (Rouxel, 2012; 2013) que integra reflexões sobre o ensino da literatura e a formação de leitores, evidenciando a necessidade de formação de um sujeito leitor livre e crítico, com capacidade de construir sentido de modo autônomo.

Tópico 4: Textos que tematizam a violência contra a mulher

Nesta penúltima pergunta do questionário, para cumprimento do objetivo *saber se os alunos conheciam ou já haviam lido textos literários que abordam a temática violência*

contra a mulher, fizemos o seguinte questionamento: “Você conhece algum texto da literatura que tematiza a Violência contra as mulheres? Cite-o.”. Responderam à pergunta 66 alunos e, como já esperado, 95% afirmaram não conhecer nenhum texto que tratasse sobre o tema. Dos respondentes, apenas 5% disseram conhecer e citaram a mesma obra de Lygia Fagundes Telles “Venha ver o pôr do sol”.

Entendemos que ainda temos poucas obras brasileiras que trabalham a temática violência contra a mulher, mas temos obras de grandes nomes da literatura nacional, a exemplo de Conceição Evaristo e Martha Batalha, que são facilmente encontradas na internet. É preciso que essas produções sejam amplamente divulgadas para que os estudantes tenham mais esse acervo gratuito à disposição.

Tópico 5: Como a temática violência contra a mulher deve ser trabalhada na escola?

Os pesquisados tiveram a oportunidade de opinar através da questão aberta sobre a importância de a temática violência contra a mulher ser trabalhada na escola através da pergunta: “Como você acha que a temática Violência contra a mulher deve ser trabalhada na escola?”. Nas 66 respostas obtidas, houve a repetição “através de palestras”; outros alunos, porém, afirmam que se deve trabalhar o tema “de forma leve e explicativa”, por intermédio de “palestras”, “textos”, “depoimentos”, “filmes”, “diálogo”. Uma das respostas nos chamou bastante a atenção quando abordou que “a violência contra a mulher deve ser debatida através de textos que tragam o tema e ajudem as mulheres a se defenderem da violência praticada contra elas”.

Outra resposta evidencia como devemos trazer essa temática: “com delicadeza”. É dessa forma, pois, que sugerimos o trabalho em sala de aula, por meio de uma oficina de leitura de textos literários com abordagem subjetiva, desenvolvida com diário de leitura (Machado, 1998; 2005), instrumento que possibilita que os leitores manifestem suas vivências de leitura. Defendemos que o diário, dada a própria natureza do gênero, favorece o registro do confronto com aquilo que o texto revela – dor, mágoa, ressentimento e outras emoções oriundas da violência. O leitor tanto pode se colocar em uma perspectiva individual – que pode até ser distante das situações violentas representadas nos textos – como em uma perspectiva social mais coletiva, mas que igualmente o tocam, como se ele próprio experimentasse o lugar do agredido.

3.3 Representação gráfica do discurso do sujeito – professores da formação integral quanto às ações Educativas sobre a violência contra a mulher, na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados

A amostra abrange apenas os professores das áreas de Linguagem e de Ciências Humanas das turmas de 3º ano do curso de Administração da ECIT José Luiz Neto. Neste sentido, as perguntas do questionário objetivaram conhecer as percepções e opiniões dos participantes da pesquisa em relação ao tema violência contra a mulher e suas dificuldades.

O público-alvo de professores totaliza 08 (oito) e todos responderam ao questionário, tendo uma faixa etária diversificada de 30 a 59 anos, sendo composto de 50% homens e 50% mulheres. Todos os profissionais apresentam formação em suas áreas específicas: Letras, História, Geografia, Arte, Língua Inglesa, Filosofia, Educação Física e Ciências Sociais. Desse grupo, 50% têm apenas a graduação, enquanto 38% são especialistas e apenas 12% têm mestrado. Outro dado importante é que 37% possuem menos de três anos de vínculo institucional; 25% estão na escola entre 7 e 10 anos; 13% estão como docente nesta escola entre 11 e 14 anos; 13% superior a 15 anos e 12% entre 3 e 6 anos.

Sendo assim, trazemos os dados obtidos a partir dos questionamentos feitos aos professores, os quais indicaremos por tópicos e demonstraremos os resultados nos Gráficos que os acompanham.

Tópico 6: Violência de gênero na ECIT José Luiz Neto

Quando perguntados se já realizaram algum curso, treinamento ou capacitação sobre a violência contra a mulher, 100% dos professores afirmaram que não estudaram nenhum componente curricular na universidade ou fizeram algum curso, treinamento ou capacitação sobre a violência contra a mulher. Um Curso de Formação Profissional é definido pela CAPES como sendo um “conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação” (Brasil, 2019, p.38).

Neste ponto, temos um resultado preocupante que nos mostra a necessidade de termos formações e material disponível para os educadores voltados à temática, para que professores se sintam preparados para abordar o tema em sala de aula. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que, embora o Governo do Estado da Paraíba em 2024 tenha lançado uma Cartilha de orientação, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma espécie de jornada

formativa, a escola pesquisada, até o momento da aplicação dos instrumentos de dados desta pesquisa, ainda não havia recebido a formação e também desconhecia o referido material.

No tocante às lacunas na formação inicial do docente na seara dessa questão, convém destacar o que se apresenta na vigente CNE/CP n. 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Entre os doze princípios que norteiam a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, dispostos no Capítulo II, destacamos o inciso X que orienta sobre

o compromisso de que a formação dos profissionais do magistério busque contribuir para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, laica, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (Brasil, 2024).

O princípio descrito considera textualmente o “reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação”, dispositivo legal que contempla o foco desta pesquisa no processo de formação dos profissionais do magistério. Considerando a abertura das Diretrizes quanto ao questionamento de fenômenos associados a um sistema hegemônico, esperamos maior mobilização por parte das instituições formadoras em prol de articulação de conhecimentos científicos, pedagógicos, estéticos e ético-políticos voltados aos docentes que atuarão na Educação Básica, logo também na Educação Profissional, como é o caso do curso de Administração, foco deste trabalho.

Tópico 7: Como é trabalhada a prevenção da violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto?

Os pesquisados tiveram a oportunidade de opinar, por meio da questão aberta: “Na ECIT José Luiz Neto, há realização de prevenção de violência contra a mulher? Se sua resposta for sim, detalhe a ação”.

Nesta resposta houve contradição, pois 02 (dois) respondentes disseram que não há a realização de prevenção da violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto; no entanto 06 (seis) disseram que na escola há ações que se intitulam como prevenção, conforme citam três dos respondentes: “Trabalhamos a temática como palestras no Dia Internacional da Mulher”; “Durante o mês de combate a violência contra a mulher são realizadas palestras, acolhimentos

e rodas de conversa sobre a temática”. Os outros dois respondentes disseram que trabalham em forma de “debate e exposição de matérias de jornais em alusão ao tema”.

As respostas nos fazem compreender que o tema violência contra a mulher é lembrado simbolicamente em datas comemorativas, como no Dia Internacional da Mulher, sendo trabalhado com a ajuda de outros profissionais, razão pela qual entendemos que as discussões de gênero são instrumentos fundamentais para se pensar em campos muito importantes, desde a desigualdade salarial até o feminicídio.

Assumir a contenda pedagógica em relação às questões de gênero e compreender que elas vão além de uma pauta identitária é assumir, também, um compromisso político pelo fim de toda e qualquer forma de opressão. A luta pela emancipação das mulheres é também responsabilidade da escola, de modo que falar sobre gênero em seu espaço e propor formas pedagógicas de tratar a questão para as diferentes etapas da educação básica se faz necessário se almejamos enfrentar, de fato, a violência contra a mulher. Por isso se faz necessária uma formação com os profissionais da Educação para que se sintam preparados para trabalhar na prevenção à violência contra a mulher.

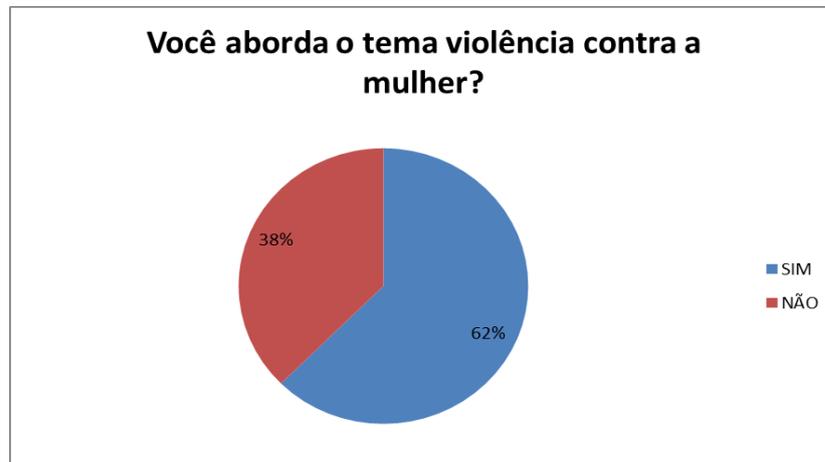
No âmbito do Brasil e no estado da Paraíba, em especial, temos as Lei 14.164/2021, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, e a Lei 12. 875/2023, respectivamente, que a exemplo da anterior, institui, no calendário anual das escolas paraibananas, a semana de combate à violência contra a mulher, bem como institui o conteúdo violência contra a mulher como conteúdo transversal e impulsiona a reflexão crítica dos estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate contra esse tipo de violência. Sendo assim, percebemos a importância de estudarmos sobre esse assunto, já que é imprescindível que as instituições de educação tenham políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência, bem como mecanismos para denúncia aos órgãos responsáveis, visando uma rápida intervenção nos casos de violência.

Continuando o Tópico, questionamos:

Em suas aulas, na ECIT José Luiz Neto, você aborda o tema Violência contra a mulher?

Obtivemos 08 respostas.

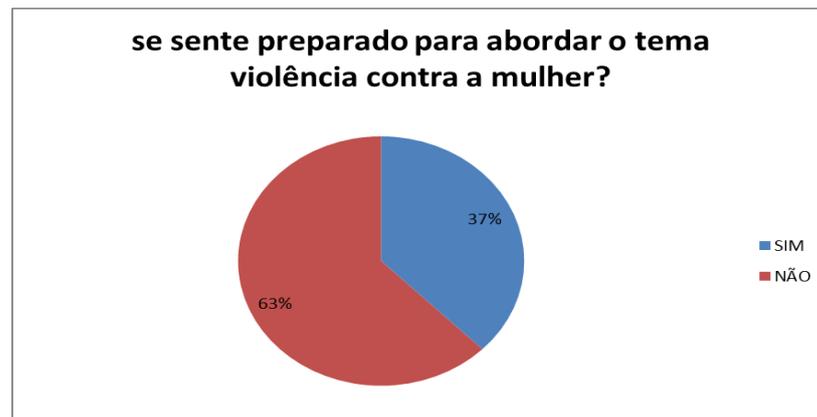
Gráfico 6 – Você aborda o tema violência contra a mulher em suas aulas?



Fonte: Autoria própria (2023).

Analisando a resposta sobre a abordagem do tema violência contra a mulher no espaço escolar, constatamos que 62% dos respondentes trabalham o tema em suas aulas e 38% afirmam não trabalhar o tema em suas atividades docentes.

Gráfico 7 – Se sente preparado para abordar o tema violência contra a mulher?



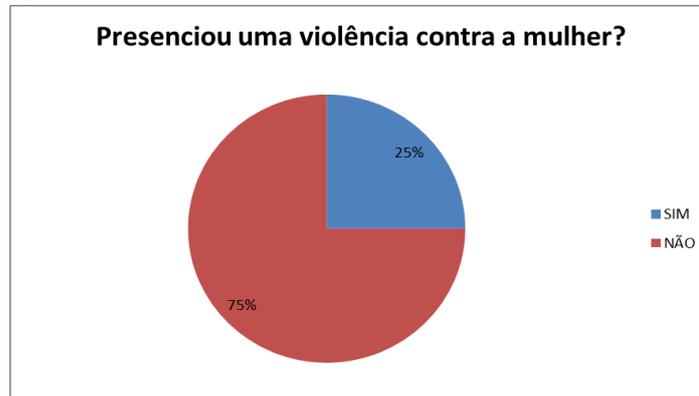
Fonte: Autoria própria (2023).

Diferente da pergunta anterior, na qual os professores dizem trabalhar o tema, nesta questão os respondentes sinalizam suas angústias. A prova disso é que 62% dos professores afirmam que não se sentem preparados para trabalhar a temática em sala de aula, e apenas 38% confirmam se sentir preparados para isso. Podemos inferir, por meio de suas respostas, que a temática violência de gênero/violência contra a mulher não é um conhecimento

trabalhado na formação dos professores, levando em conta a dificuldade em se trabalhar o tema com os seus alunos.

Os resultados comprovam a presença de os cursos de formação (nas universidades públicas ou institutos públicos e privados) inserirem essa temática em seus currículos, assim como ações por parte das escolas que subsidiem capacitação adequada para os profissionais de educação, pois a violência contra a mulher é um tema sensível e necessário para prevenção e enfrentamento das formas de violência, que afetam estudantes, mulheres e a comunidade escolar como um todo.

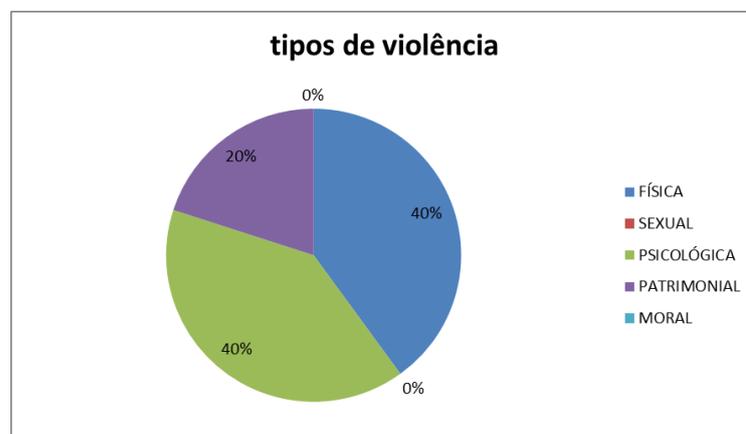
Gráfico 8 – Presenciou situação de violência contra a mulher?



Fonte: Autoria própria (2023).

Dando seguimento às indagações, questionados se os professores já haviam presenciado uma situação de violência contra a mulher, obtivemos 08 (oito) respostas, das quais 75% disseram que nunca presenciaram, e 25% afirmaram que já haviam presenciado algo desse tipo.

Gráfico 09 – Qual o tipo de violência?



Fonte: Autoria própria (2023).

Duas respostas foram registradas. Os respondentes podiam marcar mais de uma alternativa e, nessa dinâmica, o resultado aponta um empate técnico assim registrado: 40% afirmaram ter presenciado violência física e psicológica, 20% patrimonial. Ninguém testemunhou violência moral e ou sexual.

Em seguida fizemos a seguinte pergunta aberta: **“Você poderia relatar a situação vivenciada?”**, para a qual coletamos 04 respostas. Segue sua transcrição.

“Presenciei o padrasto de agredir fisicamente nossa aluna dentro da instituição, a mesma é sua enteada.”

“Um vizinho segurando a esposa com força. Senti-me mal, impotente. Não sei como o caso foi resolvido.”

“Um esposo exigindo que sua esposa se vestisse e se comportasse da forma que ele queria. Foi bastante constrangedor.”

“Um amigo agrediu verbalmente e fisicamente sua esposa.”

Observamos nas falas dos professores que a violência contra a mulher está dentro ou fora dos muros da escola e que precisamos estar preparados para ajudar e denunciar casos como os apontados. Temos observado a reserva das pessoas para denunciar os casos, seja por medo de se expor ou por negligência, sob a alegação de que em assunto de marido e mulher não se mete a colher, sendo assim são considerados omissos quando poderiam dispor de mecanismos de auxílio, inclusive legais.

Assim sendo, é fundamental que todos tenham acesso a informações sobre canais de denúncia em caso de violência contra a mulher. Na Paraíba, temos redes de atendimento e enfrentamento às violências contra as mulheres como: *Disque 190* da Polícia Militar; *Patrulha Maria da Penha*; *Disque 180* do centro de atendimento à mulher; *Disque 155* violação de direitos; *Serviço de saúde local*; *Assistência social*, além de alguns aplicativos, como o *PenhaS* e o *Mete a colher*, que auxiliam a mulher em situações de violência doméstica e oferecem todo o suporte necessário nessas situações.

Tópico 8: Criação de uma Proposta Didática de leitura de contos com o tema violência contra a mulher

Perguntados sobre se era importante à discussão do tema Violência contra a mulher para alunos do Ensino Médio, todos os respondentes afirmaram a necessidade de criação de uma proposta que venha ajudar na prevenção e diminuição de casos de violência contra a mulher, mas, para tanto, precisam de uma formação para ajudar a levar esse conhecimento para os alunos. Ainda na mesma pergunta, pedimos que justificassem suas respostas, para as quais obtivemos os seguintes resultados.

Um respondente chama a atenção para o crescimento dos casos de violência hoje em dia quando diz: “Atualmente os casos de violência tem crescido muito e precisamos trabalhar esse assunto em sala de aula”. Um segundo respondente confirma dizendo que “é importante devido ao aumento do feminicídio no Brasil”; e outro respondente denuncia, em sua fala, o aumento de casos: “Em especial pelo aumento dos casos de feminicídio em nossa região”. Os participantes não se esqueceram de citar as discussões de ódio que vivenciamos: “Em meio a discursos de ódio proferidos por gestores da esfera federal, a violência contra mulheres tem aumentado significativamente”. Outro respondente afirma que “Muitas mulheres não sabem identificar a violência que sofre”; outro argumenta que é necessário esse estudo, “para preparar e educar jovens para a situação de combate contra a violência feminina”. Finalizamos com um respondente que aborda a proteção: “A partir da discussão alunos e alunas podem ficar cientes de situações que ocorrem no seu dia a dia e se proteger”.

Dando seguimento, questionamos, em uma pergunta aberta, **“De que forma o tema poderia ser abordado na escola/sala de aula?”** Para essa indagação, surgiram muitas respostas, visando ao desenvolvimento de atividades, como “palestras”, “estudo de caso”, “convidando pessoas para desenvolver o tema”, mas uma em especial chamou a atenção por indicar uma forma similar ao que propomos no nosso Produto Educacional (Apêndice A), ou seja, a respondente propõe que devemos trabalhar o tema através de “uma oficina para professores que trouxesse textos que possamos identificar as formas de violência e que possamos aprender através da literatura como ensinar aos nossos alunos um tema tão importante”.

Percebemos ainda que a maioria dos professores gostaria de ter algum material para o trabalho em sala de aula, um material que trouxesse subsídios para abordar, com subjetividade, o tema violência contra a mulher e que também trouxesse textos que falam sobre a violência, para que eles possam falar sobre o tema de forma mais clara e objetiva.

Neste sentido, vale o destaque para a própria Cartilha de orientação, prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher feita pelo Estado da Paraíba em 2024. Nessa cartilha, consta, como norteadora para abordar o tema na sala de aula, a leitura de textos

literários que abordam o tema violência contra a mulher. Tal visão compactua com o nosso entendimento em propor o Produto Educacional envolvendo uma formação docente capaz de proporcionar uma reflexão crítica sobre a problemática em pauta.

Na sequência, perguntamos **“Você conhece textos da literatura que tematizam a violência contra a mulher? Cite-os”**.

50% responderam que conhecem textos da literatura que abordam o tema violência e citaram: “venha ver o pôr do sol, de Lygia Fagundes Telles”, “A casa de açúcar, de Silvina Ocampo” e “A cor púrpura, de Alice Walker”. Os outros 50% não conheciam textos que abordam o tema violência contra a mulher. Os dados mostram, dessa forma, que os professores precisam ampliar o seu repertório de leitura, condição indispensável aos que formam leitores.

3.4 O discurso da Docente de Língua Portuguesa e Literatura sobre as ações Educativas da violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto: Discussões e resultados

Ao analisar os documentos da ECIT José Luiz Neto, não obtivemos a resposta para nossa pergunta se na Escola era trabalhado o tema violência contra mulher. Em razão disso, convidamos a professora que ministra o componente curricular de Língua Portuguesa e Literatura do ano de 2023 do curso de Administração para participar da entrevista.

A entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2003) é o encontro entre pessoas para obtenção de informação sobre determinado assunto. Em se tratando da entrevista semiestruturada, aplicada neste contexto, deve ter roteiro predefinido com questões básicas e que permita haver acréscimos desvinculado das alternativas propostas (Manzini,1990).

Como já mencionado, o roteiro da entrevista aplicado foi previamente submetido à avaliação e validação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba-IFPB, nos termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde e aprovado sob o parecer nº 6.454.142.

Neste sentido, as perguntas da entrevista objetivaram conhecer as percepção e opinião do participante da pesquisa em relação aos documentos normativos da instituição, se o tema violência contra a mulher foi trabalhado a partir da leitura do texto literário e das práticas de leitura na escola e na sala de aula, bem como sobre o que a entrevistada conhece acerca do tema abordado e sua visão de como a literatura pode ajudar a prevenir a violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa.

Após preenchimento do TCLE, que também autorizava que o momento fosse gravado, recebendo uma via por e-mail, marcamos o nosso encontro que se realizou no mesmo dia. No momento da gravação, a professora se recusou, portanto fizemos a entrevista sem gravar – e fui anotando o que ela falava. O perfil da entrevistada poderá ser melhor compreendido com a descrição de sua função, tempo na instituição e titulação. A docente é professora contratada de Língua Portuguesa da ECIT José Luiz Neto, graduada em Letras; na ocasião da entrevista, já lecionava na Instituição havia quase 03 anos.

3.4.1 Ações Educativas sobre a violência contra a mulher na ECIT José Luiz Neto

Entendendo que a Educação é regida por documentos normativos e legais de forma que, se bem empregados, podem ressignificar a realidade, a entrevista se iniciou abordando como a respondente, em seu exercício profissional na Educação, visualizava como os documentos orientam a abordagem da leitura literária envolvendo o tema violência contra a mulher. Neste sentido, solicitamos que a entrevistada comentasse sobre o que foi solicitado, permitindo que as falas surgissem na perspectiva de sua experiência enquanto docente da ECIT José Luiz Neto.

Os documentos não foram apontados pela participante, contudo podemos observar que, apesar de não os nomear, a professora cita sucintamente uma abordagem da PNLD, como podemos observar em sua fala a seguir:

Após a abordagem de 2023 da PNLD que incentiva a retirada de trechos e discursos em livros que destacam negativamente a figura da mulher na sociedade. Diante disso já acontecia na sala de aula através dos debates que ocorriam principalmente nas datas voltadas para a temática.

Pedimos à entrevistada que citasse exemplos dos textos da literatura que ela trabalhou em sala que abordassem a temática violência, tendo em vista termos analisado o plano de aula de Língua Portuguesa e não termos encontrado nenhum texto.

Nesta instituição, em particular, ainda não foram trabalhadas obras literárias específicas, porém em outras oportunidades foram trabalhadas Lygia Fagundes Telles, Venha ver o pôr do sol.

Sendo assim, diante da fala da professora confirmamos que não foi trabalhado nenhum texto literário nas turmas de 3º ano que abordassem o tema.

Neste sentido, questionou-se à entrevistada sua opinião como docente de Língua Portuguesa e Literatura quanto à possibilidade ou necessidade de o currículo e o conteúdo de ensino do referido componente deveriam abordar “violência contra a mulher”; e pedimos a justificativa da resposta.

Sim, devido ao grande déficit existente nas séries do ensino médio, não só na leitura como em outras áreas do conhecimento, vendo isso, todo e qualquer conteúdo/assunto deve ser trabalhado e debatido para haver uma apropriação de conhecimento e assim ser mais abrangente em todos os percursos tanto de leitura como de escrita, e quando usamos assuntos de cotidiano, sejam eles bons ou não, sempre contribuem para esse aprendizado.

Como podemos notar, a professora é ciente da importância deste conhecimento no contexto da educação profissional e técnica, na formação de um sujeito íntegro e consciente da realidade e principalmente quanto esse conhecimento contribui para o aprendizado do aluno, mas não abordou o tema em sala de aula.

Seguindo perguntamos se, na visão da professora, de que maneira a literatura pode ajudar a prevenir a violência contra a mulher. Ela respondeu citando o conto como ponto de promoção de conhecimento, como podemos ver a seguir:

Promovendo conhecimento através dos “contos”, para que os alunos percebam a necessidade de identificar caso haja necessidade.

Alinhando nossa perspectiva para o Produto Educacional, confirmamos o conto como um dos gêneros literários possíveis para a exploração da temática, já que “um conto é uma verdadeira máquina literária de criar interesse” (Cortázar, 1993, 122-123). Perguntamos ainda que instrumento didático auxiliaria a ministrar/incluir nas aulas o tema violência contra a mulher.

Acredito que a didática utilizada fala muito sobre a aplicação de uma aula ou tema ministrado, por isso, dependendo do assunto e da turma, poucos instrumentos seriam necessários, um data show.

Vemos nas palavras da docente que para ela poucos instrumentos são necessários para incluir temas como violência contra a mulher nas aulas, mas até o momento não houve essa

inclusão. Por fim, perguntamos se ela tinha outras considerações a registrar sobre o tema, a partir de sua experiência como docente. Ela declara que é:

Um tema excepcionalmente necessário para ser abordado atualmente, nesse caso precisamos que as meninas compreendam que todo tipo de relacionamento tóxico, seja ele qual for, precisa identificar se está ou não sofrendo uma violência.

Nessa última fala, a professora faz referência à necessidade de as mulheres identificarem se estão em um relacionamento tóxico ou se estão sofrendo algum tipo de violência. Tal constatação confirma a necessidade de trabalhar a temática no contexto do Ensino Médio Integrado para que homens e mulheres entendam quanto o assunto é importante e para o enfrentamento da violência contra a mulher. Nessa perspectiva, o ensino médio integrado é concebido como

aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino –, mas que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012, p. 44).

Essa concepção de ensino, no qual se insere o curso de Administração da ECIT José Luiz Neto, inclui um movimento que visa à formação integral do ser humano, pois propicia, além de conhecimentos que contribuem para a superação da diferenciação entre trabalho manual e trabalho intelectual, o acesso à cultura e à modificação da visão de mundo do indivíduo, suas relações com sua própria vida e com o gênero humano.

Averiguadas ações educativas que situem a reflexão sobre a violência contra a mulher no contexto do Ensino Médio Integrado, a seguir, discutiremos possibilidades de práticas de leitura de textos literários com a temática violência contra a mulher, com vistas ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

4 A LITERATURA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: INSTRUMENTO DE ALERTA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL

Esta seção é destinada à discussão sobre como o ensino de literatura pode constituir um artefato de valorização de uma identidade coletiva que resista à opressão e promova a dignidade entre os sujeitos, independentemente de sua classe e gênero. O debate parte das concepções teórico-metodológicas de educação literária (Dalvi, 2018, 2019, 2021) e de como a literatura pode ser um instrumento capaz de contribuir para o enfrentamento desse grave problema que é o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher.

Combinada essa discussão à luz dos conhecimentos teóricos que embasam o ensino de literatura com o resultado dos dados da pesquisa dispostos na seção anterior, obtivemos subsídios para desenvolver uma oficina como proposta didática de leitura de textos literários sobre a violência contra a mulher a ser aplicada nas aulas de Língua Portuguesa, a qual foi detalhada também nesta seção.

4.1 Educação literária: para além da formação de leitores, uma formação humanista

Os casos de violência contra a mulher e feminicídio têm se tornado recorrentes na nossa sociedade, solicitando-lhe medidas urgentes e eficazes para o enfrentamento dessa problemática que afeta pessoas de todas as classes sociais, mas certamente com mais destaque para as mais desfavoráveis.

No que se refere ao contexto de formação escolar, precisamos fortalecer a construção de uma cultura de não violência que se desdobre em ações capazes de desenvolver sensibilidade e empatia nos jovens em formação, possível pelo viés do ensino de literatura. Uma conjuntura nada satisfatória de leitores em nosso país, conforme dados da última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil⁴, é coerente com o pensamento de Rezende (2013, p.111) que aponta razões para o conflito da leitura literária na escola.

Talvez um dos maiores problemas da leitura literária na escola – que vejo, insisto, como possibilidade – não se encontra na resistência dos alunos à leitura, mas na falta de espaço-tempo na escola para esse conteúdo que insere fruição, reflexão e elaboração, ou seja, uma perspectiva de formação não prevista no currículo, não cabível no ritmo da cultura escolar, contemporaneamente aparentada ao ritmo veloz da cultura de massa.

⁴ 5ª Edição – Retratos da Leitura no Brasil (2019) disponível em <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> Acesso em 30 set. 2024.

Na perspectiva do ensino de literatura, também coadunamos com o posicionamento de Colomer (2007, p. 68), para quem “é útil pensar a educação literária como uma aprendizagem de percursos e itinerários de tipo e valor muito variáveis. A tarefa da escola é mostrar as portas de acesso”.

A educação literária pode ter um papel fundamental no entendimento dessa realidade à medida que permite acesso a bens culturais para refletir sobre as diversas situações de violência enfrentadas pelas mulheres adultas, jovens e crianças, não somente permitindo aos agressores perceberem as violências praticadas e que são passíveis de penalidades, mas também conscientizando as mulheres das possibilidades de se defenderem de seus algozes. Sabendo que a concepção de linguagem interfere na concepção de leitura e na formação de leitores literários, a educação literária

contempla a educação escolar (no que inclui a educação superior), mas não se restringe a ela. Minha concepção de educação literária contempla a disciplina escolar de Língua Portuguesa ou o campo universitário dos Estudos Literários, mas também, igualmente, não se restringe a eles. Por isso, minha defesa da educação literária confirma a escola, a disciplina escolar e o professor de Literatura (seja na educação básica, seja no ensino superior) como partícipes privilegiados do processo de educação literária, mas não alija do processo outros partícipes sem os quais o literário e o processo educativo não acontecem, na amplitude da concepção de educação com que trabalho: formação omnilateral do ser humano pelo desenvolvimento crítico de sua inteligência, emoção e sensibilidade em diferentes campos artísticos, científicos e filosóficos, visando à participação ativa e consciente na transformação das condições de vida humanas, em um contexto histórico e social complexo. (Dalvi, 2018, p. 14).

Comungamos da ideia de que a educação literária, ao contemplar a educação escolar, aplica-se ao currículo do ensino de Língua Portuguesa e Literatura e ao professor que medeia as práticas de leitura juntos aos estudantes. Para além dos espaços formais escolares, a educação literária ampara um processo educativo amplo que engloba múltiplas estratégias e experiências de leitura no diálogo com as práticas sociais e as vivências individuais de cada estudante leitor, com vistas à formação omnilateral.

Neste sentido, a literatura pode ser um importante aliado para enfrentar as questões de realidade ali representadas como uma ferramenta que busca, por meio da linguagem simbólica, sensibilizar para as violências que são praticadas e ou reproduzidas em nosso meio social. Para Candido (2004), assim como são os bens que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, a literatura é,

[...] da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado (Candido, 2004, p. 16).

A perspectiva de Candido legitima a leitura como direito – fator de humanização, transformação social e cultural dos estudantes da EPT –, que favorece a subjetividade do leitor, assim como chama atenção para que a literatura concebida como erudita deixe de ser um privilégio de certos grupos para se transformar em um bem cultural com distribuição equitativa, assinalando, para tanto, a necessidade de organização da sociedade em um modelo estratificado como o nosso. Para ele, “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Candido, 2004, p. 193).

Ademais, o crítico aponta para a natureza da literatura que envolve muitas peculiaridades, que, partindo de sua produção materializada na construção de objetos autônomos com estrutura e significado, assume a sua recepção, ao manifestar a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; nesse aspecto, a literatura é um instrumento poderoso de instrução e educação, ou seja, uma forma de conhecimento do homem e da sociedade (Candido, 2004). Entre as criações de toque poético e ficcional descritas por Candido, situam-se obras de escritoras brasileiras e estrangeiras, a exemplo de Clarice Lispector, Marina Colasanti, Lygia Fagundes Telles e da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que se utilizaram da literatura como um meio para denunciar agressões sofridas por milhares de mulheres, dando vozes, em suas narrativas, a muitas delas silenciadas por imposições sociais e por uma cultura de desvalorização do gênero, posto o seu tratamento como mero objeto de satisfação dos desejos de uma sociedade contaminada pelo patriarcado.

A esse respeito, vale destacar a discussão, na esfera dos estudos sobre a narrativa brasileira, promovida por Regina Dalcastagnè (2007) que reflete sobre a mulher na literatura ao confrontar o obscurecimento do gênero tanto no que se refere às produções literárias quanto a personagens de ficção, em decorrência de uma hegemonia defensora de escritores (brancos) e personagens masculinos. Para a estudiosa, há um descompasso, em especial nas

obras masculinas, entre a posição e o espaço que as mulheres vêm conquistando na sociedade brasileira e a sua representação literária. Ainda segundo a pesquisadora,

as autoras se mostram mais receptivas à complexidade da condição feminina, que é, sempre, plural. Se é legítimo entender que as mulheres formam um grupo social específico, na medida em que a diferença de gênero estrutura experiências, expectativas, constrangimentos e trajetórias sociais, por outro lado a vivência feminina não é una. Variáveis como raça, classe ou orientação sexual, entre outras, contribuem para gerar diferenciações importantes nas posições sociais das próprias mulheres – e elas, ao buscarem fazer suas próprias escolhas, ao aderirem a conjuntos de crenças e valores diversos, vão também perceber-se no mundo de maneiras diferenciadas (Dalcastagnè, 2007, p. 134).

Na contramão da postura hegemônica (oriunda do termo gramsciano de hegemonia), concebida nesta pesquisa para além das relações de gênero, entender as concepções de Dalcastagnè, quando da perspectiva de um ensino técnico integrado a conhecimentos propedêuticos (relacionados aos conteúdos do Ensino Médio), é algo fundamental, pois desperta, no educador, a necessidade de ver o educando como um sujeito ativo, construtor de sua própria formação acadêmica e profissional; ao mesmo tempo, um ser formado de diversas dimensões as quais devem ser consideradas quando se pensa no material da aula a ser dada, na forma que esse material será aplicado, na expectativa de recepção dos educandos em suas mais diferentes situações sociais, econômicas, culturais etc.

Isso nos faz pensar nas concepções sociocultural e política que norteiam a educação integral na qual são estabelecidas relações entre a educação escolar e a formação da concepção de mundo, viabilizando “o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo” (Gramsci, 1982, p. 130). À luz desse pensamento, precisamos planejar ações educativas, no âmbito da EPT, de como conciliar as diversas formas de atividades de leitura literária, conectando o aluno-cidadão com as práticas curriculares, o mundo do trabalho e a sua vida social. Para tanto, sinalizamos algumas possíveis caminhos, tendo em vista o papel da escola em subsidiar adequadamente o processo de ensino de literatura na educação profissional, no que se relaciona ao professor de Língua Portuguesa e Literatura em sua condição de leitor e desprovido de preconceitos pedagógicos; às práticas de leituras relevantes para a formação humana e social dos estudantes; à sistematização metodológica para a abordagem do texto literário, ou seja, como os procedimentos adotados pelo docente em uma prática da leitura interferem no desenvolvimento da experiência de leitura literária do jovem leitor.

Apoiando-nos nesse percurso e reconhecendo a realidade do curso de Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada no município de Barra de Santa Rosa-PB, vimos a necessidade de criar mecanismos pedagógicos, a fim de ampliar a formação de em pensamento crítico e, de certa forma, determinante nos processos culturais e educacionais desses estudantes no que se refere às desigualdades de gênero. Nesse sentido, faz-se necessário construir um mapeamento de obras que tematizam essa questão, a fim de formar uma coletânea de textos literários como sugestão de leitura para que os professores apliquem em suas aulas com estudantes do Ensino Médio Integrado do referido curso, foco desta pesquisa, conforme apresentamos na seção 4.2 – Coletânea de textos literários sobre a violência de gênero: visibilidade à voz da mulher na sala de aula.

Entre os textos mapeados para compor essa coletânea, optamos notoriamente pelo gênero conto por ser uma narrativa curta, que propicia o desenvolvimento de sua leitura integral na sala de aula. Além disso, sendo parte de uma obra, pode favorecer a livre circulação do texto no contexto escolar, sem ferir os direitos autorais. Embora não seja propósito desta pesquisa discutir teorias acerca do conto, mesmo considerando não haver uma definição assumida com unanimidade, valemo-nos de Cortázar (1999), para quem não há leis sobre a especificidade do conto e sim pontos de vista. A escolha prioritariamente pelo conto não foi aleatória, haja vista a correspondência entre as possibilidades de desenvolver práticas de leitura desse tipo de texto e as condições sociais dos sujeitos da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, por proporcionar, por exemplo, o acesso ao texto por todos os estudantes e a leitura integral da narrativa na própria sala de aula.

A coletânea de textos literários faz parte do Produto Educacional denominado “Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher: oficina de leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica” (Apêndice A). Seguindo ainda o posicionamento de Cortázar (1999, p. 362), que dialoga com as nossas concepções teóricas, “não é favor algum ao povo propor-lhe uma literatura assimilável sem esforço, passivamente, como quem vai ao cinema ver filmes de caubóis. O que se deve fazer é educá-lo, e isto numa primeira etapa é tarefa pedagógica e não literária”.

Assim, para o desenvolvimento da segunda parte do Produto Educacional, que integra a proposta de oficina de leitura de textos literários sobre a violência contra a mulher, dada à tematização de temas sensíveis (feminicídio, estupro etc.), utilizamos como instrumento de mediação metodológica o Diário de leitura em sala de aula. A escolha pelo diário de leitura se deu razão de se mostrar um recurso didático propício para “[...] desenvolver a

competência estética do leitor, ou seja, sua aptidão para reagir ao texto, para estar atento às repercussões que a obra suscita nele mesmo e a exprimi-los” (Rouxel, 2014, p. 25).

Os procedimentos adotados no PE, além de proporcionar acesso às obras literárias, contribuem para educar os sentidos para a apreciação literária, aspectos favoráveis à formação e às condições pedagógicas para a atuação do professor com o tema em pauta.

O Produto Educacional foi idealizado para servir de referência à formação de professores, sendo, desse modo, um instrumento pedagógico educacional capaz de encorajar a reflexão que circunda as violências de gênero vividas na sociedade. Ademais, o PE também assume o papel de apresentar a escola, por meio de suas práticas pedagógicas, como espaço de referência e de apoio à comunidade acadêmica, com vistas ao confronto de um discurso naturalizado para certos comportamentos que violam a integridade física e psicológica dos indivíduos.

Como pressuposto teórico-metodológico para fundamentar a proposta para o ensino de literatura, utilizamos a leitura subjetiva (Rouxel, 2012, 2013, 2014), que considera o lugar do sujeito no processo da leitura, de modo a conceder espaço para o leitor (estudante da EPT) se colocar como sujeito da leitura. Para a estudiosa francesa:

Se desejamos formar leitores de literatura no ensino médio, convém sair do formalismo e reabilitar a subjetividade do leitor. Toda verdadeira experiência de leitura envolve a totalidade do ser [...]. O investimento subjetivo do leitor é uma necessidade funcional da leitura literária; é o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular (Rouxel, 2012, p. 278).

Dessa forma, a subjetividade favorece a construção de uma relação mais pessoal e próxima com a obra, tendo em vista que as situações narradas e vivenciadas/experienciadas nos textos com a temática violência contra a mulher exigem, por parte do leitor, empatia, acolhimento dos afetos para si e para o outro, pois, “se desejamos que a cultura literária seja efetiva ativa – (e não uma simples finalidade do ensino), importa que a leitura seja para o aluno um acontecimento. É necessário, portanto, acolher a subjetividade e não a censurar” (Rouxel, 2013b, p. 178, sic).

Assim sendo, o Diário de leitura constitui uma possibilidade de desenvolvermos a leitura na escola, a partir da expressão da subjetividade, para os leitores compartilharem as dores pelas quais já passaram ou vivenciaram de forma indireta, razão pela qual é

preciso encorajar as abordagens sensíveis das obras, atentar para a recepção dos alunos ou daquilo que eles aceitarão manifestar de sua experiência

estética. A dimensão social da leitura escolar pode ser um entrave à palavra dos alunos que são bem conscientes de que se revelam ao falar de suas leituras (Rouxel, 2012, p. 281).

Pedindo por empréstimo os versos poéticos de “Do velho ao jovem”, extraídos de *Poemas da recordação e outros movimentos*, de Conceição Evaristo (2008, p. 51), assim compreendemos a dimensão da subjetividade da leitura:

O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história.
Infinitas são as personagens...
Vovó Kalinda, Tia Mambene,
Primo Sendó, Ya Tapuli,
Menina Meká, Menino Kambi,
Neide do Brás, Cíntia da Lapa,
Piter do Estácio, Cris de Acari,
Mabel do Pelô, Sil de Manaíra,
E também de Santana e de Belô
e mais e mais, outras e outros

Sendo assim, a nossa coletânea de textos literários sobre a violência contra a mulher vem para subsidiar os professores nas suas práticas de leitura literárias com os alunos do curso técnico em Administração da ECIT José Luiz Neto, articulando a leitura de textos de autoria feminina como forma de prevenção à violência contra a mulher, em uma perspectiva de integração do ensino médio com o ensino técnico. Tal proposição parte da concepção de uma formação integrada, tendo em vista a superação do "ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar" (Ciavatta, 2012, p. 85). Neste sentido, apresentamos a coletânea de textos que mapeamos na subseção a seguir.

4.2 Coletânea de textos literários sobre a violência de gênero: visibilidade à voz da mulher na sala de aula

Figura 5 – Coletâneas de textos que tematizam a violência contra a mulher



Fonte: Editoras

A literatura é a porta para a sociedade discutir várias temáticas, entre elas a violência contra a mulher. Ao representar esse fenômeno por tantos vieses, a arte da escrita permite aos leitores, não somente às mulheres, passar por uma experiência que gera desordem interior, mas com a possibilidade de retornar à ordem, com todas as implicações de perdas e ganhos de uma vivência. Por intermédio de narrativas aparentemente simples, de casos singulares apresentados nos contos, as mulheres podem captar outras dimensões de efeitos e sentidos do

texto para vida. A coletânea de textos apresentada permite o empréstimo de vozes àquelas que já sofreram ou sofrem abusos, agressões e até foram vítimas de feminicídio.

A literatura pode agir como um grito de socorro, contribuindo de forma positiva como denúncia. Telles (1970) busca, com sua obra, evidenciar a realidade de milhares de mulheres que tiveram sua vida ceifada por aqueles com quem já mantiveram algum laço afetivo e nutrem falta de compreensão em razão do fim de seu relacionamento.

Em sua obra *Venha ver o pôr do sol*, Lygia Fagundes Telles (1970) aborda a temática violência contra a mulher. A história conta o reencontro de um casal de ex-namorados em um cenário que, embora seja um tanto estranho a nossos olhos, se justifica para a personagem, Ricardo que tinha uma finalidade romântica: mostrar a Raquel o mais belo pôr do sol.

Ele planeja o crime por não reconhecer a liberdade de sua ex-namorada. Ligado ao personagem há um ar de mistério e incerteza na potência do crime que está por vir. É nesse personagem que se esconde o tempo todo o mistério do conto. Raquel, por sua vez, mostra-se uma personagem feminina que desafia a lógica da fragilidade. Decidida e, já em outro relacionamento, tomando suas próprias decisões e seguindo sua vida, decide dar uma oportunidade de um último encontro e cai na armadilha de Ricardo, que não aceitava o fim do namoro e fez questão de dar-lhe uma morte atroz, assim como acontece a muitas mulheres de nossa realidade.

Em 1944, a autora Clarice Lispector lança o romance *Perto do Coração Selvagem*. A protagonista construía sua moral a partir do seu entendimento de certo ou errado, sendo precisa quando questionada acerca de atitudes suas que eram repugnadas pela sociedade e uma ameaça constante aos padrões sociais da época. A personagem questiona e parece rejeitar veementemente sua única posição, a de mulher casada, como podemos ver a seguir:

Julgava mais ou menos isso: o casamento é o fim, depois de me casar nada mais poderá me acontecer. Imagine: ter sempre uma pessoa ao lado, não conhecer a solidão. – Meu Deus! – não estar consigo mesma nunca, nunca. E ser uma mulher casada, quer dizer, uma pessoa com destino traçado. Daí em diante é só esperar pela morte. Eu pensava: nem a liberdade de ser infeliz se conservava porque se arrasta consigo outra pessoa. (Lispector, 1980, p. 159)

Nesse viés, acontecem as violências física e sexual, que precedem inúmeros casos de feminicídio, como podemos perceber na obra *Até me encontrar*, de Karina Azevedo (2020), que relata as violências vividas pela personagem Laura em seu casamento e como foi difícil sair deste convívio cheio de traumas e incertezas. Nesse livro, percebemos alguns tipos de violência sofridos por Laura e porque ela permaneceu tanto tempo em um casamento com

violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Assim ocorre a tantas Lauras, que muitas vezes não têm apoio, não têm como sobreviver sozinhas, têm vergonha do que estão vivendo e de pedir socorro e continuam no ciclo da violência. Outras, apesar das marcas, quando se encontram consigo mesmas, nunca mais voltam ao seu estado anterior, elas seguem e ajudam outras mulheres.

Na narrativa *A Moça Tecelã*, Marina Colasanti (2004) retrata o poder de uma mulher que escreve sua própria história e, como um relacionamento abusivo é capaz de aprisionar uma mulher. Em sua narrativa, a autora descreve a vida de uma moça que construía diariamente sua vida a partir do ato de tecer lãs. Ela era capaz de transformar sua realidade de acordo com sua vontade, nascendo em seu coração o desejo de ter um companheiro a quem ela faria todas as suas vontades. Em sua criação, depois de um tempo, o relacionamento que antes lhe parecia um sonho, torna-se um pesadelo por conta do comportamento abusivo por parte do homem com quem resolvera casar. Ao sentir que o autoritarismo por parte de seu companheiro ficou mais intenso e constante, a moça tecelã resolveu desmanchar tudo o que havia feito e voltar para sua antiga realidade. Nas palavras da autora: “e tecendo, ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio com todos os seus tesouros. E pela primeira vez pensou em como seria bom estar sozinha de novo.” (Colasanti, 2004). Assim o fez, desmanchou aquele homem de rosto barbado, corpo apumado e sapato engraxado que antes teceu e viu sua vida voltando para o que já fora, sem homem que lhe usurpasse o sossego. Esse conto pode ser entendido como uma metáfora da liberdade da mulher que se livra do homem opressor.

Percebemos como as autoras brasileiras conseguiram evidenciar a violência sofrida por mulheres dentro e fora de seus lares, abordando temáticas fortes e extremamente importantes, como a violência doméstica, o abuso sexual, estupro e o feminicídio bem como suas formas de violência que revelam a realidade. Não apenas como ficção, vemos relatos de várias mulheres que se uniram nessas obras para dar seu grito de libertação: “*Artemísias vozes de libertação*” (2021). “*Artemísias voces de liberación*” (Azevedo, 2022) traz vários contos que relatam a violência contra mulheres em suas diversas formas e faixas etárias.

Em “A língua do P”, escrito por Clarice Lispector, a personagem Cidinha viaja de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Durante o caminho, dois homens sobem no trem e sentam a sua frente, onde começam a falar em uma língua diferente, mas que lhe é familiar. Após alguns minutos observando, Cidinha consegue decifrar que eles estão falando sobre ela. Eles tramam um possível estupro, já que a jovem andava aparentemente desacompanhada e, para

eles, ela se encontrava desprotegida; planejam como matá-la, caso oferecesse algum tipo de resistência.

Cidinha sente-se constrangida e ameaçada com a situação, com medo de não chegar com vida ao seu destino. Percebendo, então, que seria violentada, a personagem considerou “se eu me fingir de prostituta eles desistem, não gostam de vagabunda” (Lispector, 1998, p. 69). Depois do comportamento tido como reprovável, Cidinha é expulsa do trem e entregue a polícia “foi levada ao xadrez e lá fichada. Chamaram-na dos piores nomes. E ficou na cela por três dias” (Lispector, 1998, p. 69). A autora mostra como ocorre a inversão de valores sociais, situações em que a vítima é vista como culpada, a quem se imputa responsabilidade por um comportamento tido como reprovável e impunidade àqueles que realmente cometeram o crime, uma típica violência de gênero.

Nesse conto, Lispector denuncia diversos aspectos da violência sexual contra a mulher, mas ressalta a falta de punição para o criminoso quando muda os papéis ao colocar a mulher assediada na cadeia e quando debate a simbolização cultural do estupro como vergonhoso para a mulher (Gomes, 2014, p. 15).

A violência é um dos principais temas da antologia de contos *Olhos d'Água* da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo (2016), em cujos seis contos de personagens femininas identificamos várias formas de violência. A partir do conto Maria, extraído de *Olhos D'água*, Azevedo et al (2023)⁵ refletem a desigualdade social nos alertando para a necessidade de refletirmos sobre a vulnerabilidade e as situações de violência trazidas no conto ao revelar a situação de uma mulher negra e pobre em uma sociedade onde a violência impera de diversas formas para esse grupo. A primeira violência trata-se do fato da protagonista trabalhar como empregada doméstica e não receber o que lhe é devido, configurando-se um trabalho análogo ao escravo, ao não desfrutar de seus direitos como trabalhadora. Ainda nesse estudo, (Azevedo et al., 2023), a partir de Chauí (1985), discutem como a violência consiste em uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com finalidade de dominar, explorar e oprimir. No que diz respeito à narrativa de Maria, os pesquisadores entendem que a ação violenta trata a mulher dominada como um objeto e não como sujeito, pois, ao ser silenciada, torna-se dependente e passivo em relação ao homem, perspectiva em que a mulher

⁵ Sobre o estudo em torno do conto Maria, consultar artigo de AZEVEDO, Karina de Oliveira *et al.* Entre lágrimas e denúncias: a violência contra a mulher negra no conto Maria, de Conceição Evaristo. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100898>. Acesso em: 16 set. 2024.

perde a sua “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (Chauí, 1985, p. 36)

Em comum, as personagens criadas por Conceição Evaristo, Ana Davenga, Duzu, Luamanda, Maria, Maria Agonia, Natalina e Salinda, caracterizam-se por sofrerem no corpo e na mente a violência que as inutiliza, elimina e oprime no ambiente violento da cidade. Elas têm a identidade cerceada por homens que as tratam com crueldade e as anulam. Elas são submetidas ao poder masculino que traz antigas marcas do poder patriarcal. Todas essas personagens de Conceição Evaristo – os traços que as irmanam são a condição de serem afrodescendentes e mulheres – servem, de certa forma, para contestar um mundo que insiste em não reconhecer a importância da mulher, e o reconhecimento se torna quase nulo – como a escritora bem mostra nestes contos – quando se soma à problemática de ser mulher o dilema da etnia e da condição social adversa.

Conceição Evaristo tem personagens com histórias marcadas pelas relações de poder e força da tradição patriarcal tão imposta pela sociedade. O livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) se compõe de treze contos marcados por histórias de violência, dor e sofrimento de mulheres.

Conceição deixa claro, já na introdução, que complementa e até inventa (ficção) histórias, que, somadas com as reais, resultaram no que ela chama de “escrevivência”. De modo geral, todas as mulheres apresentadas em seus contos passaram por situações de violência. Observa-se que, em todos os casos, houve um apelo muito forte, principalmente por parte das mães, para que essas mulheres seguissem aquilo que a sociedade espera de um ser feminino.

Em *Contos de amor rasgados* (1986), de Marina Colasanti, podemos observar a representação da violência em alguns momentos, onde a mulher é posta como pano de fundo, em outros, enfraquecida, sujeitada, passiva aos desejos de seu marido/amante, justificando parte da expressão “amor rasgado”, que metaforiza as relações de amor que não deram certo, metáfora confirmada enquanto os confrontos vão acontecendo nos contos.

Destacamos alguns dos contos, como *Prova de amor*, que retrata a violência psicológica; também presente a violência física no conto “Como se fosse na Índia”. Ambos trazem situações que rompem com os padrões ditos normais para a sociedade.

A violência contra a mulher, tão presente em nossa sociedade, também se vê em *Desconstruindo Una* (2018), obra que mostra que poucas mulheres denunciam os casos de abusos sofridos. Isso ocorre devido a vários fatores, como o medo de julgamentos, sentimento

de culpa e descrédito nas autoridades competentes⁶. As mulheres levam por anos o peso do silêncio, este é sentido como imposição e impotência diante dos abusos vividos.

O livro também tem o discurso de empoderamento e alerta para outras mulheres, fortalecendo-lhes a construção de identidade igualitária, promovendo a redução de violência de gênero. Apresenta, pois, a função de conscientização como meio acessível de combate a essa violência.

As obras citadas nos ensinam muito a respeito de violência contra a mulher e de gênero, sobre outros tipos de violência também, e nos preparam para lutar em prol de um mundo mais pacífico e de mais igualdade. Igualmente, percebe-se que, quanto à autoria, todas as escritoras são mulheres, haja vista “a importância da reflexão trazida sobre a violência contra a mulher nas relações conjugais, a partir de uma perspectiva de gênero, [que] permite destacar que as relações de gênero se apresentam como um dos fundamentos da organização da vida social” (Bandeira, 2013, p. 132). Neste sentido, reitero que o patriarcado contribui para a manutenção da violência, pois é uma característica cultural, a qual precisa ser ressignificada constantemente.

Essa coletânea continuará em construção para trabalhos futuros, pois precisamos catalogar textos femininos que abordem a temática violência de gênero e disseminá-los. Elencados exemplos de textos literários que tematizam a violência contra a mulher, a seguir, apresentamos possibilidades de desenvolver essa problemática em sala de aula, tomando como referência a modalidade de educação profissional de nível médio.

4.3 Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher: uma proposta de oficina de leitura de textos literários para a EPT

O que diferencia o Mestrado profissional do Acadêmico é principalmente a produção técnica/tecnológica. O Mestrado Profissional em Ensino tem por característica, além da dissertação, a apresentação de um Produto Educacional, resultando em um processo reflexivo da vivência cotidiana em sala de aula, perpassando pelo recurso didático, promovendo reflexão e fomentando a construção de um novo conhecimento que possa ser utilizado por professores e outros profissionais envolvidos com o ensino em espaços formais e não formais.

⁶ Cf. capítulo AGUIAR, H. F.; AZEVEDO, K. O.; FORMIGA, G. M. Para além da violência de gênero e abuso sexual: *Una*, uma obra dilacerante. In: Iguma, Andréia de Oliveira Alencar; Doná, Gabrielly; Souza, Renata Junqueira. (Org.). **Educação literária mudanças em movimento**: temas polêmicos. Ouro Preto-MG: Editora Educação Literária, 2024, v. 2, p. 391-399.

Observando algumas especificidades sobre o produto educacional, Sousa (2015, p. 4) define:

O produto educacional é resultado de um processo reflexivo e contextualizado que contém(sic) os saberes da experiência dos professores da Educação Básica. Tal produto não é mera exposição didática de uma escola para outra. Muito menos um material didático pronto para ser manipulado por professores e estudantes. Pelo contrário, é vivo, contém fluência, movimento e nunca está pronto e acabado, porque representa a dinâmica das aulas [...] vivenciada pelos estudantes.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) oferta o mestrado profissional da área de ensino da Capes, por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e, assim sendo, objetiva o desenvolvimento de produtos e processos educacionais que possam ter aplicabilidade, de acordo com a demanda de ensino do país, podendo ser implementado em salas de aula ou em espaços não formais de ensino (Brasil, 2019).

Nesta perspectiva, buscamos construir um Produto Educacional que, alicerçado em práticas integradoras no Ensino Médio Integrado contribua para a formação dos professores na construção de uma experiência de aprendizado, de mudança e enriquecimento sobre a violência contra a mulher, respondendo a uma pergunta/problema da prática profissional, identificada no decorrer da aplicação desta pesquisa. A esse respeito, como atestam Tunes e Barreiros (2023, p.28):

a formação continuada deve ir além das simples reflexões sobre a prática docente, argumenta-se que ela deve ser transformada em uma cultura institucional. Nesse contexto, é crucial investir em espaços de discussões contínuas, indo além de eventos esporádicos.

É certo que a existência de espaços propícios às discussões sobre formação docente contribui tanto para a formação de um sujeito ativo quanto para um professor reflexivo, “uma vez que a convivência com outros professores proporciona uma formação mútua, onde se aprende e se ensina e se ensina e se aprende, dando lugar para uma docência compartilhada” (Oliveira; Foerste, 2023, p. 19). Ademais, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2020:

a Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho (Brasil, 2020, p. 2).

Portanto, é imprescindível que essa instrução contínua faça parte do cotidiano dos professores na instituição de ensino na qual atuam.

O regulamento geral do ProfEPT 2020, em vigor para os mestrados com ingresso até o ano de 2022, determina que “o produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação em formato tradicional” (IFES, 2020, S/P).

Em conformidade com o exposto na regulamentação então vigente, esta seção descreve o percurso do Produto Educacional, desde a análise do público-alvo até a avaliação e validação realizada pelos participantes da pesquisa. Conforme explanado nesta dissertação, o PE, desenvolvido com base nos dados obtidos, está classificado, de acordo com a CAPES, como uma Oficina. Na subseção a seguir, descrevemos o percurso metodológico considerado para a construção do PE.

4.4 Tipologia do PE escolhido

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa como um dos requisitos para concluir o Mestrado Profissional na área de ensino, propomos, como Produto Educacional (Apêndice A), “*Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher: oficina de leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica*”, uma proposta de Oficina na modalidade presencial que visa auxiliar os professores das áreas de Linguagem e Ciências Humanas, como uma alternativa pedagógica para desenvolver práticas de leitura através de textos literários que possibilitem a discussão do fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”. Desse modo, o Produto Educacional aqui apresentado está inserido dentro das tipologias de produtos considerados pelo MEC, na categoria Proposta de ensino “(i) desenvolvimento de material didático e instrucional” (Brasil, 2019, p.11) estando, assim, em consonância com a lista de produtos educacionais sugeridos pela CAPES.

Escolhemos a Oficina pedagógica, visto que se trata de uma prática educativa que permite a experimentação de situações palpáveis e que adquirem um real significado para aqueles envolvidos. Desse modo, a escolha da oficina vem facilitar o acesso dos usuários que podem ter a informação de forma rápida, tirar suas dúvidas presencialmente enfatizar e refletir um ensino com significado, colocando em ênfase a ação, sem deixar de lado a teoria.

Figueiredo (2002) apresenta a oficina como espaço para vivência, viabilizando a reflexão e um entendimento melhor daquilo que foi apresentado/abordado/trabalhado. Dessa forma, uma oficina pedagógica tem a ver com um espaço de construção coletiva e criativa do conhecimento, de análise crítica da realidade, de trocas de experiências.

Vieira e Volquind (2002) complementam dizendo que oficinas são momentos de produção de conhecimentos que partem de uma realidade, fatos concretos que são discutidos, e o conhecimento produzido é transferido para essa realidade com o objetivo de transformá-la.

Ao pensarmos a oficina pedagógica enquanto estratégia de aprendizagem, vemos que Anastasiou e Alves (2009, p. 96) ressaltam que há diversas formas de evidenciar o pensamento e que essas formas podem ser evidenciadas por meio de dinâmicas, como podemos conferir:

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva.

Na oficina, há possibilidades de abordar a interdisciplinaridade, oportunizar encontros de diversas áreas, utilizar materiais específicos e refletir sobre a integração teórica e prática, visando a uma aprendizagem significativa.

A organização do Produto Educacional foi operacionalizada a partir da própria pesquisa, cuja estruturação foi feita da seguinte forma.

4.5 Estruturação do PE: fases do planejamento

A estruturação de um Produto Educacional no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é de suma importância por várias razões. Conforme Freitas (2021), entre estas razões estão:

- a Função Didática, ou seja, sua finalidade deve ser facilitar a aprendizagem através de metodologias específicas;
- a importância dos Elementos Constituintes, isto é, a organização didática e a estruturação do Produto Educacional devem ser condizentes com o propósito a que se destinam.

- além disso, são necessárias ferramentas que promovam a autonomia, seja ela do professor ou aluno na busca de conhecimento, contribuindo para a aprendizagem significativa.

Conforme posto, o Produto Educacional (PE) consistiu em uma oficina pedagógica presencial sobre a violência contra a mulher, uma proposta de ensino desenvolvida com docentes das áreas de Linguagem, notadamente, e de Ciências Sociais da ECIT José Luiz Neto, como possibilidade de ferramenta metodológica para formar não somente um perfil leitor dos alunos do Ensino Médio Integrado mas funcionando como um instrumento capaz de ampliar as discussões sobre a prevenção contra as diversas formas de opressão infligida às mulheres para a desconstrução da cultura patriarcal. Por meio dessa proposta, esperamos que os sujeitos envolvidos possam transformar a natureza, a realização do seu trabalho e o autoconhecimento em uma dimensão integral, como requer a compreensão dialética da práxis pedagógica, cujo objetivo é favorecer ao leitor a compreensão de múltiplas determinações da realidade (Saviani, 2008).

A Proposta Didática de leitura de textos literários: Em violência contra a mulher a literatura é a(colher): oficina de leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica, foi desenvolvida através de textos que trazem a temática “violência contra a mulher”. E o processo de concepção do produto educacional se apresentou da seguinte forma, como podemos ver na figura 6 abaixo:

Figura 6 – Processo de concepção do produto educacional



Fonte: Adaptação do Grupo de Trabalho sobre Qualidade Educacional e Doutorado Profissional na área de Ensino. Seminário de Meio-termo (2019) – CAPES.

Inicialmente foi realizada uma Preconcepção da pesquisa/produto – abordagem com um questionário sobre o que entendem do assunto (para alunos e professores). Dessa forma, entendemos qual o conceito geral que os alunos e professores têm a respeito do conteúdo.

Logo depois, fizemos uma base da pesquisa, estudamos o que diz o PPC sobre o tema, o referencial teórico, público alvo e analisamos e sintetizamos, organizando-se, assim, as informações coletadas, conectando com os requisitos e parâmetros do produto e, a partir disso, fizemos a prototipação do produto – a oficina de leitura de textos literários: *Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher: oficina de leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica* que foi articulada com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica: formação integral, politécnica e omnilateral do estudante, tratando os temas de forma transversal, conforme o que se recomenda na BNCC. Por fim, pronta a Proposta didática, fizemos a aplicação e avaliação do produto que foi avaliada pelos professores participantes da pesquisa e, após a avaliação, fizemos uma análise da aplicação do produto e revisão do produto, obtendo o produto final, conforme explicitado nas etapas a seguir:

Quadro 01 – Etapas do Produto Educacional (PE)

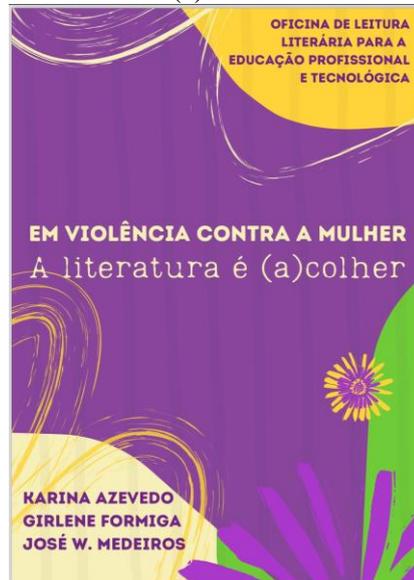
ETAPAS	PROCEDIMENTOS	
1 ^a	Coleta de dados	Reunião de informações com os sujeitos, no campo empírico da pesquisa.
2 ^a	Estruturação do material	Organização e tratamento analítico-interpretativo dos resultados, e produção de materiais de elaboração das linhas de raciocínio empregadas na Oficina.
3 ^a	Execução	Realização da Oficina, com base nos conteúdos demarcados, seguindo as especificações obtidas através dos dados do estudo preliminar.
4 ^a	Avaliação	Fase de avaliação do PE, a partir do senso crítico dos próprios participantes.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com as etapas do produto prontas, fizemos o esboço da capa e o design da Proposta Didática em forma de Oficina, de modo que proporcionou a ressignificação de informações importantes em uma linguagem gráfica adequada e contemporânea, além de cuidados com a compreensão da informação através da organização e hierarquia de elementos.

Vejamos o esboço do design para a capa da proposta didática na figura abaixo:

Figura 7 – Design para a capa da Proposta Didática de oficina de leitura de textos literários para EPT: Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher.



Foi utilizada uma forte identidade gráfica, elementos tipográficos, formas e cores, além de um estilo de ilustração identificado com o tipo do produto educacional e o universo visual compatível com o público a que se destina. Para este fim, recorreremos ao Canva, que é uma ferramenta gratuita de design gráfico online para dar maior visibilidade ao produto.

Inserimos vários textos com vários gêneros literários como o conto, que abordam a violência contra a mulher como temática, e, como forma de discutir esses textos, trouxemos os passos do diário de leitura que também visa ao compartilhamento da experiência de leitura.

Vale ressaltar que ministramos a oficina aos professores que validaram o Produto Educacional através de um questionário.

Durante o processo interventivo, foram utilizados os seguintes recursos didáticos: Datashow, notebook, xerox e diário de leitura. Foram abordados apenas textos literários escritos por mulheres que abordam o tema: Violência contra a mulher e de gênero.

Após a elaboração inicial do PE, pensando em uma construção colaborativa, convidamos os docentes das áreas de Linguagem e Ciências Humanas da ECIT José Luiz Neto, sendo eles professores de: Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Educação Física, História, Geografia, Filosofia e Sociologia, totalizando 08 (oito) docentes para apreciação da Proposta Didática Oficina: *Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher: oficina de*

leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica, em razão da possibilidade de sua adoção nas demais turmas do Ensino Médio, de modo que essa ferramenta cumpra com a sua natureza: a sustentabilidade pedagógica dos produtos educacionais. Com o aceite por parte dos docentes, enviamos, por e-mail e link no WhatsApp pessoal de cada um, o Produto Educacional e, ao final da Oficina ministrada, eles avaliaram, através de questionário impresso, o Produto Educacional. Embora houvesse a opção do questionário no Google Forms, todos, unanimemente escolheram fazer a avaliação através do questionário físico. Este foi composto por 09 (nove) questões (Apêndice I), incluindo uma questão aberta, para poderem realizar sua apreciação, sugerir mudanças, tecer críticas ou comentários ao produto.

Para que o produto educacional alcançasse a sua relevância, se fez necessário passar por testes, avaliações, comprovações, validações; isto é, o público-alvo da pesquisa foi considerado em todo o processo.

Nessa construção, os docentes avaliaram aspectos inerentes à aplicabilidade do PE, o uso de imagem, ilustração, expressão considerada ofensiva, tipo de linguagem utilizada, viabilidade do produto, destacando-se as contribuições para o processo de ensino e aprendizagem e para as ações educativas que situem a reflexão pedagógica sobre o tema violência contra mulher e gênero, visando ao aperfeiçoamento da ferramenta educacional.

A Proposta Didática visou contribuir com o aprimoramento e ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, à formação proativa dos docentes e, conseqüentemente, a uma mudança positiva no sentido de o docente saber trabalhar o tema sensível – a violência contra a mulher – e ajudar na diminuição dos casos de violência de gênero. Um dos resultados que alcançamos com a pesquisa foi o de contribuir com o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente teve acesso à Oficina e poderá replicar em sua sala de aula. De modo geral, essa pesquisa incitou significativas discussões tanto para a educação quanto para a sociedade, visto que promoveu e continuará promovendo, com ajuda dos docentes, um debate em torno das questões de violência contra mulher e gênero, o que ajudará os alunos não apenas a enfrentarem o mundo do trabalho, mas principalmente a vida em todas as suas nuances. No que diz respeito à modalidade da educação profissional, a proposição apresentada foi sistematizada com base na concepção da formação humana, que visa garantir "o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política" (Ciavatta, 2012, p. 85).

Outros resultados esperados são a ampliação do vocabulário, melhora do senso crítico por meio de uma proposta didática que aborda o tema em discussão, fazendo com que os

estudantes tenham acesso a um aprendizado mais justo, igualitário e que possa ajudar na diminuição de casos de violência contra a mulher, através da ampliação de discussões e reflexões acerca deste assunto tão urgente atualmente e que provoca impacto direto na sociedade e no direito de autonomia da mulher. Nesse aspecto, cabe destacar o potencial da literatura que favorece ao leitor encontrar “palavras que lhes permitam dominar seus medos, sentirem-se menos sozinhos, encontrar respostas às perguntas que os atravessam. Palavras que permitam a expressão daquilo que ficava em segredo” (Petit, 2013, p. 110).

E, por fim, a pesquisa pronta, fizemos a devolutiva para os participantes, entregando o resultado em forma de um resumo de relatório que foi encaminhado por e-mail, cujo endereço foi solicitado aos participantes. Esse e-mail foi encaminhado via mala direta, com cópia oculta, garantindo a distribuição coletiva dos resultados, porém preservando o sigilo de todos os participantes. Também enviaremos pós-defesa para o mesmo e-mail o link do repositório onde constará a dissertação completa.

4.6 Aplicação do Produto Educacional: descrição da oficina

O Produto Educacional, intitulado: Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher: oficina de leitura literária para a Educação Profissional e Tecnológica (Apêndice A), foi aplicado com os professores da área de Linguagem e Ciências sociais do 3º ano do curso de Administração da ECIT José Luiz Neto, uma escola de Ensino Médio Integral e Educação Profissional da cidade de Barra de Santa Rosa/PB.

A aplicação do Produto Educacional aconteceu em dois momentos, conforme explicitado a seguir:

MOMENTO 1

Na sala dos professores da ECIT José Luiz Neto, iniciamos a Oficina de leitura literária para Educação Profissional e Tecnológica: “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”, coordenada pela professora e mestranda ProfEPT/IFPB Karina de Oliveira Azevedo. Na sala dos professores reuniram-se os oito participantes da pesquisa. No primeiro instante, como feedback aos próprios sujeitos da pesquisa, foram apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba – ProfEPT, que originou o Produto Educacional.

A mestranda Karina Azevedo após a acolhida do público, mostrou os resultados da pesquisa, fazendo também um breve relato sobre a conjuntura da violência de gênero em nosso país, situou conceitos de violência contra a mulher fundamentados nas concepções teóricas elencadas nesse trabalho e destacou leis que as protegem.

Além da Lei Maria da Penha n.º 11.340, instituída em 2006, alterada pela Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023, apresentou as Leis 14.164 de 10 de junho de 2021 e 12.874 de 15 de novembro de 2023 que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher no âmbito do Estado da Paraíba e dispõe sobre a inclusão do tema “Prevenção da violência contra a mulher” como conteúdos transversais no currículo escolar das escolas públicas do estado da Paraíba. Nessa mesma ocasião, os professores conheceram a lei que inclui conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação básica e a instituição da semana escolar de combate à violência contra a mulher.

Durante a explanação, houve uma excelente interação entre os participantes e a mestranda. Os participantes dialogaram de forma produtiva sobre o tema e refletiram sobre a formação continuada de professores, que é um desafio necessário para o crescimento profissional ao longo da atuação docente e principalmente quando vem suprir uma necessidade de preparação específica de professores para EPT como é o tema abordado violência contra a mulher como conteúdo do currículo escolar, pois sabemos da importância de trabalhar o tema em sala de aula como prevenção e combate e da dificuldade para algumas pessoas reconhecerem esse tipo de violência e saber o que fazer quando necessária alguma providência.

Discutimos a violência de gênero acrescentando sua relação com o trabalho e educação para formação integral do estudante, resultando em uma formação humana e ética. Diante dessa discussão, os professores consideraram a iniciativa da oficina muito importante para escola e, conseqüentemente, para a comunidade escolar, pois preencheu uma lacuna em sua formação inicial e supriu a necessidade de preparação específica de professores para EPT ao incluir a temática violência contra a mulher em seu currículo escolar, bem como afirmaram que não conheciam as leis apresentadas.

A seguir, falou-se sobre a importância da formação do leitor na Educação Profissional e Tecnológica, onde há a necessidade de formar leitores reais, que osem criar e recriar a partir de si, que reflitam sobre as obras. Abordamos o diário de leitura como uma nova experiência, já que, a partir do diário de leitura, cada leitor pode imprimir sua história, combinando a experiência com as emoções e deixando impresso o que pensam e sentem.

Apresentamos em seguida a literatura de vozes femininas que quebram a imposição do silêncio e compartilham da mesma voz que reivindica espaço e seu lugar de fala. Mulheres empoderadas de idades diferentes, que estão conectadas não só pela sororidade mas também pela dororidade de outras mulheres que trazem o tema violência, algumas por terem passado pela dor, outras por saberem a importância e necessidade de falar abertamente sobre a temática e reivindicar a eliminação de práticas violentas e discriminatórias existentes contra as mulheres. Apresentamos as mulheres que trouxemos neste Produto Educacional e seus textos literários que abordam a violência contra a mulher em situações diversas.

Ainda sobre a mesma discussão, os professores conheceram cada escritora e as obras que abordam situações diversas de violência contra as mulheres, trazidas neste Produto Educacional e, ao socializar os textos literários, abordamos quanto é importante trabalhar esse tema com sutileza, com isso apresentamos o diário de leitura e a subjetividade defendida por Anne Rouxel. Para a dimensão subjetiva do ler, tomamos como base um ensino fundado na implicação do leitor, que assim defende: “para escapar dos demônios didáticos do formalismo, é preciso levar mais em conta a dimensão subjetiva da leitura e as realizações efetivas dos sujeitos leitores, alunos, estudantes e professores” (Rouxel; Langlade, 2013, p. 23).

Neste instante, a reflexão voltou-se à necessidade de conhecer o diário de leitura, as instruções e orientações de compartilhamento para que os professores pudessem replicar em suas aulas.

MOMENTO 2

No segundo momento da oficina, que ocorreu no mesmo dia, às 13 horas, acolhemos os participantes da pesquisa exibindo o videoclipe interpretado pela grande Elza Soares, com a música: Maria da vila Matilde. Uma música que narra a temática violência contra a mulher e fez com que os participantes pudessem refletir ainda mais sobre a violência que as mulheres sofrem e como denunciar os casos.

Após a exibição do videoclipe, foi feita uma revisão sobre o diário de leitura, as instruções e orientações de escrita e socialização.

A seguir, foi feita a leitura do texto *Para que ninguém a quisesse*, de Marina Colassanti, e, em seguida, a leitura do texto *Belinha*, de Iaranda Barbosa. Foi entregue para cada participante um diário de leitura onde cada um registrou suas impressões sobre o texto lido e o que sentiu.

Cada participante fez o seu registro. Em seguida, houve o compartilhamento da leitura do diário de leitura e formou-se um debate. É certo que essa ferramenta contribui para repensar as práticas de leitura, tendo em vista a compreensão e os sentidos que estabelecem entre o texto e o leitor. Dessa forma, influencia na formação de um leitor crítico que constrói sentidos e os relaciona com a sua vida e com o mundo numa perspectiva de formação integral.

Por fim, a professora Karina Azevedo, que mediou o debate, finaliza sua fala afirmando que as escolas e a sociedade poderão desempenhar um papel significativo na prevenção da violência contra mulheres e que é importante, dentro da Educação Profissional Técnica, a formação voltada para temas que muitas vezes o professor não está preparado para ministrar.

Diante do transcurso da oficina, intitulada “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”, a etapa seguinte correspondeu à avaliação do produto educacional aplicado aos docentes, cujos dados encontram-se a seguir descritos.

4.7 Avaliação do PE

Um processo de avaliação é o principal condutor para verificar o Produto Educacional em seu campo de atuação. Desta forma, a avaliação deste Produto Educacional se inspira nos critérios propostos por Rizzati *et al* (2020), como sugestão para avaliação de PE pela CAPES.

Os critérios em questão são: complexidade, registro, impacto, aplicabilidade, aderência e inovação, e se referem, respectivamente, à profundidade do processo de elaboração e desenvolvimento do PE; ao detalhamento de informações disponíveis pela catalogação do produto; ao efeito real do produto educacional como resultado de sua aplicação, observando a sua área de atuação; à facilidade do acesso e aplicação, e replicação do PE; à origem e fidelidade do PE às áreas de pesquisa em que foi aplicado; e à variedade de métodos e conhecimentos novos ou pouco explorados que são empregados na execução do PE (Rizzati *et al.*, 2020).

Após elaboração do produto educacional e sua aplicação, partimos para o momento da avaliação/validação do Produto Educacional. Para avaliação, foi considerada a presença dos docentes participantes da oficina. Posto isso, os momentos vivenciados durante a aplicação da oficina pedagógica possibilitaram a validação desse produto educacional que se deu a partir de um breve formulário, composto por dez perguntas, fechadas e abertas e foram respondidas por oito professores do Ensino Médio Técnico-integrado e integral da ECIT José Luiz Neto, logo após a aplicação da oficina no dia 16 de maio de 2024.

A primeira pergunta correspondeu à didática e clareza dos conteúdos socializados na oficina, cujos resultados proferidos foram os seguintes:

Gráfico 10 – Sobre a didática e clareza dos temas apresentados na oficina “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”.

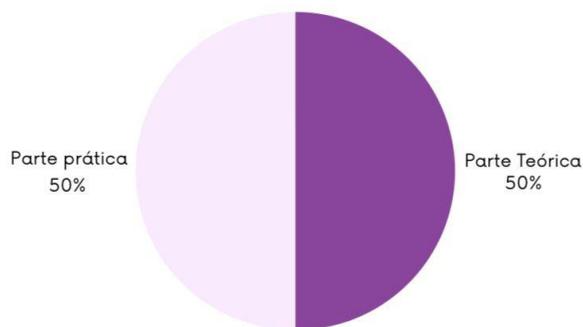


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Conforme posto, em relação à didática e clareza dos temas apresentados, obtivemos a aprovação de 88%.

Questionamos sobre qual dos dois momentos da oficina os participantes mais gostaram e obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 11 – Momento de que mais gostou na oficina.

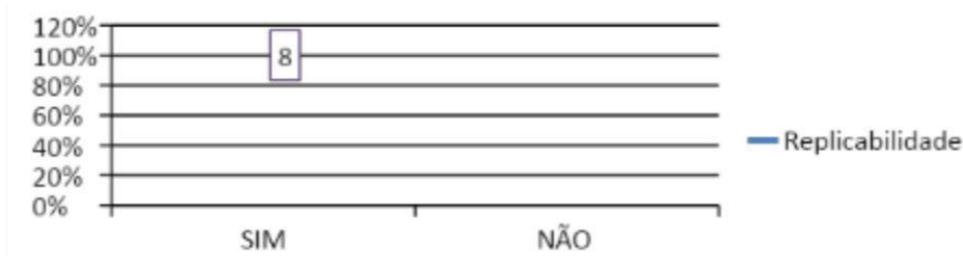


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos dados coletados, referente aos dois momentos da oficina de que os participantes mais gostaram, foi constatada uma distribuição equilibrada entre os dois momentos. A apresentação de conteúdos obteve 50% de aquiescência, empatada com a parte prática relacionada ao diário de leitura. Sinal de uma construção equilibrada e assertiva.

Em relação à **replicabilidade** dos conhecimentos adquiridos durante a oficina, tivemos o seguinte resultado:

Gráfico 12 – Sobre a replicabilidade em sala de aula do material aplicado na oficina.

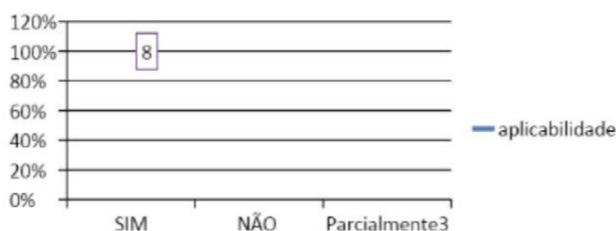


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

100% dos professores afirmam que todo material usado na oficina pode ser replicado em sala de aula, conclusão que pudemos perceber também na roda de conversa, situação em que os professores aparentaram se sentir felizes por terem um material que poderiam replicar com os seus alunos de forma dinâmica e sensível como o tema pede.

A seguir, perguntamos aos professores sobre a **aplicabilidade** cotidiana dos conhecimentos adquiridos na oficina. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 13 – Sobre a aplicabilidade do conhecimento adquirido na oficina para o cotidiano

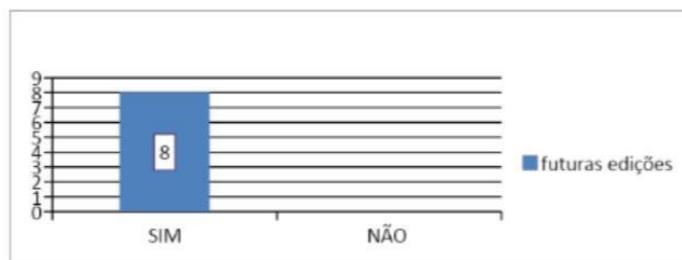


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos resultados postos, é possível constatar um resultado positivo, 100% dos professores afirmam que conseguiriam aplicar os conhecimentos adquiridos na oficina em sua vida cotidiana.

Em síntese, tais resultados demonstram que a maioria dos participantes considera os conhecimentos adquiridos relevantes. Em vista disso, os resultados seguintes são referentes ao interesse por parte dos sujeitos da pesquisa em participar de futuras edições da oficina na escola relacionados à temática violência contra a mulher.

Gráfico 14 – Pretensão em participar de futura oficina sobre violência contra a mulher.



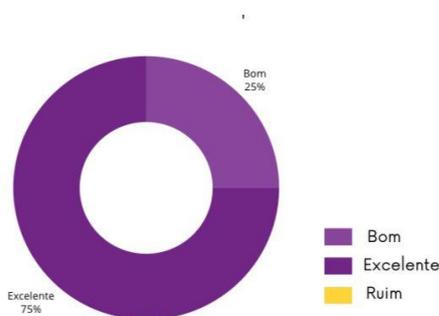
Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Com base nos resultados, o percentual de interesse das pessoas em participar de futuras edições da oficina sobre violência contra a mulher alcançou 100%, o que expressa um forte interesse em continuar participando de iniciativas que fomenta o debate sobre um assunto tão importante.

Tais resultados sugerem um alto nível de engajamento e receptividade dos sujeitos da pesquisa pela temática violência contra a mulher, indicando uma demanda significativa por iniciativas educacionais contínuas, como política escolar e de gestão pedagógica por parte da escola e do governo.

Os resultados seguintes trazem o que os professores pensam sobre o conteúdo aplicado:

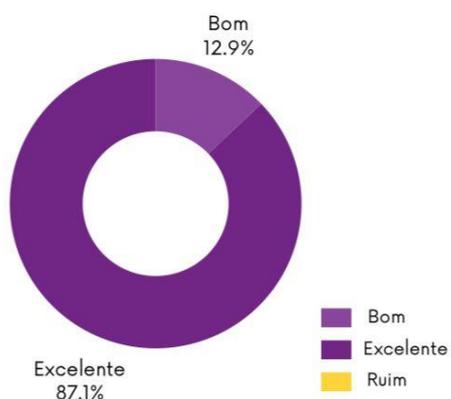
Gráfico 15 – Sobre o conteúdo apresentado.



O nível de satisfação em relação ao conteúdo apresentado na oficina obteve um resultado de 75% excelente; 25% dos participantes consideraram bom, indicando uma resposta positiva em relação aos conteúdos abordados.

Já em relação à estética do material apresentado na oficina, obtivemos:

Gráfico 16 – Sobre a estética do material

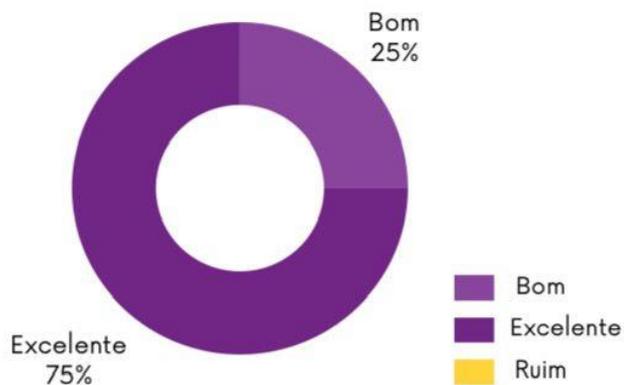


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A estética do material apresentado teve uma satisfação positiva, com 88% dos respondentes afirmando que o material é excelente e 12% confirmam ser um material bom.

Esses dados refletem uma organização de material que também foi avaliado como:

Gráfico 17 – Sobre a organização do material apresentado.

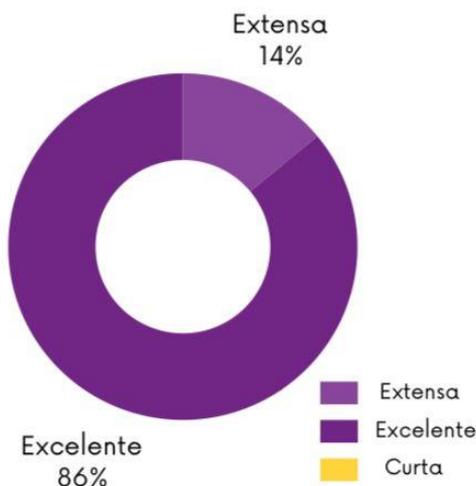


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A organização do material obteve uma avaliação de 75% excelente e 25% bom, o que é totalmente positivo.

Na avaliação, inquiriu-se sobre o nível de satisfação em relação à carga horária da oficina, cujo resultado dispõe a seguir:

Gráfico 18 – Sobre a carga horária da oficina.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos dados expostos sobre a carga horária ministrada, o nível de satisfação da maioria dos respondentes representada por 86% expressou um alto nível de satisfação com a carga horária ministrada; apenas 14% indicaram uma leve insatisfação à extensão da carga horária.

Estes dados refletem uma resposta globalmente positiva à oficina como iniciativa instigante e necessária para o debate aberto sobre a violência contra a mulher na escola, já que a grande maioria dos participantes expressou alta satisfação com a oficina, indicando que essa atividade foi bem recebida pelo público-alvo.

Em complemento, foi promovido um espaço para que os sujeitos se expressassem livremente sobre sua avaliação e sugestões sobre a oficina como produto educacional, cujas narrativas dos resultados foram as seguintes:

Quadro 02 – sobre a avaliação da oficina

CATEGORIA EMPÍRICA	NARRATIVA DOS/DAS RESPONDENTES
OFICINA	A oficina foi muito boa, explicativa e me fez entender mais sobre a violência que tantas mulheres passam em nossa sociedade e me fez querer estudar mais sobre o tema.
OFICINA	Sugiro contemplar no material ou durante a expansão da oficina vozes masculinas, não como algo central, mas como complemento.
OFICINA	A oficina me ajudou a entender mais sobre a temática trabalhada e trouxe um olhar diferenciado dentro do diário de leitura para trabalhar com os alunos o tema de forma subjetiva. Foi excelente.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Em última análise, conforme registros, as narrativas revelam apreciação/validade pela aplicação do PE. Isso sugere que a oficina atingiu seus objetivos ao proporcionar uma experiência educacional única. A oficina “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”, teve uma acolhida e avaliação positiva e propositiva. Em suma, a didática das ideias e a clareza dos conteúdos socializados na oficina foram elogiadas, e a maioria dos/as participantes avaliou a aplicabilidade direta em suas vidas cotidianas. Destacou-se também a satisfação das pessoas com o evento, com o material apresentado, conteúdo ministrado e a carga horária. O evento reforça, portanto, o impacto e relevância no panorama atual das discussões sobre a violência contra a mulher e nos mostra quanto ainda temos que avançar nas políticas públicas de proteção as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver práticas de leitura de textos literários sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher, com docentes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa-PB.

Entendemos que a construção e a resignificação da prática do ensino de leitura literária, por meio da leitura e discussão dos textos literários escritos por mulheres que abordam o tema violência contra a mulher no Ensino Médio Integrado (EMI), conduz para a formação integral. Acreditamos ser cabível uma intervenção pedagógica a partir de oficina aos professores, para que eles tenham uma formação devida para trabalhar o tema dentro da perspectiva da formação integral do sujeito-estudante. Também cremos que a aplicação da oficina, *a priori* direcionada aos professores da área de Linguagem e Ciências Sociais, possa ser empreendida com sucesso por professores das demais áreas e por outros atores escolares – coordenadores, gestores, bibliotecários –, pois é função da escola encontrar caminhos que trabalhem a prevenção contra a violência de gênero como parte de sua formação humana, omnilateral e emancipatória.

Desse modo, a leitura literária com textos femininos se incluiu como uma prática curricular integradora, compreendida como parte da formação do leitor de literatura autônomo e crítico, capaz de colaborar para a prevenção e participação dos processos da vida em sociedade, construindo sujeitos para uma cidadania ativa, preparados para perceber, questionar e transformar a realidade que os cerca. A violência contra a mulher é uma problemática existente desde os primórdios, por meio da dominação do gênero masculino sobre o feminino. Esse fato vem aumentando cada vez mais, chegando a ser normalizado e muitas vezes passando despercebido até entre os familiares das vítimas. Procuram-se respostas para explicar esses comportamentos, tanto do agressor – que vê a companheira como propriedade – quanto da vítima – que se anula e submete-se à moldura em que o cônjuge/companheiro a coloca, sem forças para discordar ou procurar ajuda.

Sendo assim, a violência, como discutimos ao longo desta dissertação, não está materializada apenas nos sinais que enxergamos diretamente e externamente através de marcas corpóreas, mas também nas palavras e ações que manipulam, humilham, expõem, impedem ou reproduzem discursos que nos limitam a aceitar o lugar de vítima. Compreender a violência contra a mulher neste trabalho se fez e se faz necessário para entendermos qual o lugar da escola no enfrentamento dessas questões, compreendendo que ela não possui o papel

unicamente de resolver problemas intelectuais e de formação acadêmica ou profissional, mas para pensarmos qual sociedade queremos construir.

Neste sentido, buscamos analisar como a Escola Cidadã Integral José Luiz Neto trabalha o tema violência contra a mulher à luz de seus documentos institucionais que orientam a Formação Integral na Educação Profissional de Nível Médio, precisamente, o Plano Pedagógico (PP) e o Plano de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura das turmas investigadas nesta pesquisa. Também elaboramos e aplicamos um questionário para investigar se o tema violência contra a mulher/violência de gênero era trabalhado nas turmas de 3º ano da ECIT José Luiz Neto – aplicamos com os alunos e oito professores da turma estudada. Por fim, realizamos uma entrevista com a docente de Língua Portuguesa, para entendermos as percepções e opiniões em relação ao tema na Formação Integral, a partir de textos literários com o tema violência contra a mulher/violência de gênero, e quais foram suas práticas de leituras com essa temática nas turmas de 3º ano da ECIT José Luiz Neto.

Após analisarmos o discurso dos documentos institucionais sobre a leitura literária com o tema violência contra a mulher/violência de gênero bem como o resultado dos questionários e das respostas da entrevista, chegamos às seguintes conclusões: (i) as orientações educacionais vigentes nos documentos institucionais da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto não fazem menções explícitas de práticas de prevenção contra a violência contra a mulher. (ii) o perfil dos discentes trouxe registros de sujeitos preocupados com a violência de gênero presente na sociedade e que compartilharam o desejo de aprender mais sobre o assunto, bem como a maioria pontuou não ter estudado a temática na escola. (iii) o relato da docente na entrevista colabora para o entendimento de que o tema só é trabalhado no Dia Internacional da Mulher, por algum profissional externo; de sua fala também se entendeu que, no ano de 2023, não houve, de sua parte, a aplicação de textos literários voltados ao tema pesquisado.

Compreendemos que a escola possui limites, que professores não têm a formação devida para trabalhar o tema e que, com este trabalho, não defendemos que sozinhos são capazes de enfrentar essa realidade, mas que a sua contribuição com as discussões das questões de gênero faz com que o ambiente escolar se torne um local no qual os sujeitos possam se formar a partir de uma reflexão sistemática sobre o significado de respeito e igualdade entre os gêneros. Essa formação dos sujeitos pode transformar aos poucos as relações de gênero na sociedade. Para isso, os sujeitos precisam aprender que é possível projetar outro modo de relação social e que todos podem ser transformados. Para isso, no entanto, é preciso atuar coletivamente.

Embasados nas investigações, propomos uma ferramenta a ser utilizada por docentes de Língua Portuguesa e Literatura da Educação Profissional e Técnica (EPT) denominada “*Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher, oficina de leitura literária para a educação profissional e tecnológica*”, Oficina correspondendo ao Produto Educacional exigido no Mestrado Profissional. Essa ferramenta foi idealizada tendo por base os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa, e com a finalidade de servir de apoio didático para fins de orientar e incentivar docentes de Língua Portuguesa e demais profissionais que gostam do tema e atuam na Educação Profissional e Tecnológica. Se assim se verem, podem executar ações de promoção à prevenção à violência contra a mulher, com atividades da leitura literária de textos com essa temática, escritos por mulheres. Todo esse empenho é de contumaz importância, uma vez que uma prática educativa que visa à conscientização social tende a contribuir para uma mudança positiva no sentido de diminuição de casos de violência contra a mulher, sendo este o principal motivo para decidirmos trabalhar a temática aqui explorada.

Ademais, esperamos que, mediante a proposta do Produto Educacional (PE), possamos contribuir para tornar a leitura literária aliada a temas sociais, uma prática cada vez mais comum, colaborando com a formação dos professores e, conseqüentemente, dos alunos, os tornando críticos sociais e conscientes de que, juntos, podemos construir uma sociedade segura, igualitária e respeitosa para com todas as mulheres. Esperamos que o nosso Produto Educacional venha cooperar com sua humanização para participação da vida em sociedade, bem como ajudar professores a se inspirarem em novas práticas para dialogar, analisar e difundir um tema que é tão essencial nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Hellen Jacqueline Ferreira de Souza Dantas; AZEVEDO, Karina. Oliveira; FORMIGA, Girlene. Marques. Para além da violência de gênero e abuso sexual: Una, uma obra dilacerante. In: *Iguma*, Andréia de Oliveira Alencar; Doná, Gabrielly; Souza, Renata Junqueira. (org.). **Educação literária mudanças em movimento**: temas polêmicos. Ouro Preto - MG: Editora Educação Literária, 2024, v. 2, p. 391-399.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (org). **Processos de Ensinagem na Universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 8. ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2009.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – (2006). – São Paulo; FBSP, 2024.
- ARAÚJO. Clebianne Vieira de. **A leitura literária como prática integradora na formação técnica de ensino médio**: o leitor em suas múltiplas dimensões. Orientadora: Girlene Marques Formiga. 2022. Dissertação (Mestrado Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFPB – João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/2618/1/Dissertacao%20-%20CLEBIANNE%20-%20vers%C3%A3o%20final%20-%20ok.pdf> Acesso em: 02 fev. 2023.
- ASSIS, Simone Gonçalves de (org.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. / organizado por Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. – Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010.
- AZEVEDO, Karina de Oliveira. **Até me encontrar**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.
- AZEVEDO, Karina de Oliveira *et al.* Entre lágrimas e denúncias: a violência contra a mulher negra no conto Maria, de Conceição Evaristo. **Anais IX CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100898>. Acesso em: 16 set. 2024.
- BACHEGA, Denise; BELLINI, Daniela Mara Gouvêa; Galli, Ernerto Ferreira; MELLO, Roseli Rodrigues. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 278-292, jan./abr. 2019.
- BANDEIRA, Lourdes. Comentário da Sessão 2 – Violências contra as mulheres. Reflexões e casos de intervenção. In: Almeida, Tânia; Penso, Maria (Org.). **Direitos e conflitos psicossociais: ações e interfaces disciplinares**. São Paulo: Roca, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2007.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2008.
- BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em:

https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1379. Acesso em 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** (2006). Lei Maria da Penha e Legislação Correlata. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

BRASIL, CAPES. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, 2019b.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 89.460**, de 20 de março de 1984. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89460-20-marco_1984-439601-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.377**, de 13 de setembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL, **Lei nº 13.104** de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/1112650.htm. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRASIL, **Lei nº 12.845**, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm. Acesso em 26 de fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.737**, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Política para as Mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.html Acesso em 03 jul. 2022.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 14.994**, de 9 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14994-9-outubro-2024-796445-publicacaooriginal-173328-pl.html>

BRASIL. Resolução CNE/CP. Nº 4. 29 DE MAIO DE 2024. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/legislacao/resolucao_cne_cp_4_2024.pdf Acesso em 03 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1 de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.103-106, 29 out. 2020.

BRASIL, Governo da Paraíba, Secretaria de Educação – ECIT José Luiz Neto – **Projeto Pedagógico**, - PP – 2023. Barra de Santa Rosa – PB, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. ECIT José Luiz Neto. **Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Administração** – Língua Portuguesa e Literatura. Barra de Santa Rosa: 2023

BORIN, Thaisa Belloube. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas**, 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-30092008-125835/.../Thaisa.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-193.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2004, vol. 57, n.5, pp.611-614. ISSN 1984-0446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Acesso em: 02 jan. 2024.

CHAKIAN, Silvia. **A construção dos direitos das mulheres: histórico, limites e diretrizes para uma proteção penal eficiente**. Imprensa: Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2021**. Daniel Cerqueira *et al.*, São Paulo: FBSP, 2021.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2024**. Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 83-106, 2012.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre Mulher e Violência. In.: FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C. e HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher** 4. São Paulo, Zahar Editores, 1985.

COLASANTI, Marina. **Contos de Amor Rasgados**. São Paulo: Círculo do livro, 1986.

COLASANTI, Marina. **Um espinho de Marfim**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

COLASANTI, Marina. **A moça tecelã**. 1. ed. São Paulo. Global Editora, 2004.

COLASANTI, Marina. Porém igualmente. In: Colasanti, Marina. **Um espinho de Marfim & outras histórias**. Porto Alegre: L&PM, 1999. p. 44.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: CORTÁZAR, Julio. **Obra crítica**, v. 2. Tradução: Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CORTÁZAR, Julio. **Valise de cronópio**. Tradução: Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Perspectiva, 1993.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Imagens da mulher na narrativa brasileira**. O Eixo e a Roda, [s.l.], v. 15, p. 127-135, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/28045. Acesso em: 14 set. 2024.

DALCASTAGNÈ, Regina. Ilusão e referencialidade: tendências da narrativa brasileira contemporânea. **Signótica**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 125–141, 2007b. DOI: 10.5216/sig.v19i1.2848. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/2848>. Acesso em: 27 fev. 2024.

DALVI, Maria Amélia; Rezende, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (org.). **Leitura literária na escola**. São Paulo: Parábola, 2013.

DALVI, Maria Amélia. Formação de leitores e educação literária: uma base que desaba. In. **Revista Voz da Literatura**. n. 7. nov. 2018. Disponível em <https://www.vozdaliteratura.com/post/forma%C3%A7%C3%A3o-de-leitores-e-educ%C3%A7%C3%A3o-liter%C3%A1ria-uma-base-que-desaba>. Acesso em: 10 out. 2020.

DALVI, Maria Amélia. Contextos, tensões e práticas em educação literária. In. DALVI, Maria Amélia *et al.* (org.) **Literatura e educação: contextos, tensões e práticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

DALVI, Maria Amélia. Educação, literatura e resistência. In: MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. (org.) **A função da literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2021.

DAVIS, Angela. (1994) **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiano. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURÃO, Fabio Akcelrud. **Metodologia de pesquisa em Literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. Coleção Vozes da Diáspora Negra, v. I.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: Rosa, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREIRE. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Rúbia Quaresma de. A importância da tecnologia assistiva na autonomia escolar de pessoas com deficiência. **Repositório.ifpb.edu.br**, 9 jun. 2020. Disponível em: < <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1005> >. Acesso em: 9 abril. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise N. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Carlos Magno; SANTOS, Maria Juliana de Jesus. A violência doméstica na literatura brasileira. **Anais do IV Fórum Identidades e Alteridades**, Itabaiana/Se, p. 1-8, nov. 2013.

GOMES, Carlos Magno. O femicídio na ficção de autoria feminina Brasileira. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 781-794, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300004>.

GONSALVES, Elisa. Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2001. p. 67.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Manual de Entrevista. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. Procedimentos básicos, Pesquisa bibliográfica, projeto. Relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Aline Teixeira da Silva. **Quando o amor rima com dor**: representações da violência conjugal na literatura contemporânea. Orientadora: Cíntia Schwantes. 2022. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, UNB, Brasília, 2022. Disponível em:

http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/44272/1/2022_AlineTeixeiradaSilvaLima.pdf
Acesso em: 03. Fev. 2023.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do coração selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.

LISPECTOR, Clarisse. “A língua do p”. In: LISPECTOR, Clarisse. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, Anna Raquel. **O diário de leituras**: A introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Anna Raquel. Diário de Leituras: a construção de diferentes diálogos em sala de aula. In: **Linha d’água**, v. 18, nº 1, pp.61-80. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo. Atlas, 2010.

MANZINI, José Eduardo. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990.

MEDEIROS, Amira Rose *et al.* **Artemísias vozes de libertação**. 1. ed. Recife: Selo Mirada, 2021.

MEDEIROS, Amira Rose *et al.* **Artemísias voces de liberación**. 1. ed. Recife: Selo Mirada, 2022.

MEDEIROS, Rosimeire Gomes. **Lei “Maria da Penha”** – origem e representação. 2016. Disponível em: <https://rgm650.jusbrasil.com.br/artigos/356787626/lei-maria-da-penha->

origem-e-representacao. Acesso em: 05 abr. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Líbia Mafra Benvindo de; VIANA, Masilene Rocha. Discutindo gênero e violência: uma análise sobre o patriarcado e a heteronormatividade. **VIII Jornada internacional de políticas públicas**, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/discutindogeneroeviolenciaumaanalisasobreopatriarcadoeaheteronormatividade.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso: em: 02 jul. 2022.

NEPONUCENO, André Fernandes; FREITAS, Fernanda Santos; GARCIA, Patrícia Helena Mirandola. **Proposta de uma Cartilha Educativa a Respeito da Evolução Urbana de Três Lagoas para o auxílio nas aulas de Geografia**. Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em: o=.resíduos/artigos/trat_lixo.html. Acesso em 15 fev. 2023

OLIVEIRA, Josiléia Curty; FOERSTE, Erineu. A formação docente no cenário da educação brasileira: traços históricos e desafios da contemporaneidade. **Revista Leia Escola**. v. 23, n.2, p. 25-42, ago. 2023.

ONU MULHERES BRASIL. **Conferências Mundiais da Mulher**. [2018?]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 02 ago. 2019.

PARAÍBA. **Lei nº 12. 875 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023**. Dispõe sobre a inclusão do tema “prevenção da violência contra a mulher” como conteúdo transversal no currículo escolar das escolas públicas no Estado da Paraíba e dá outras providências. Paraíba, 2023. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/16434_texto_integral Acesso em: 27 jan. 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 12. 874 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023**. Institui a Semana Escolar de Combate à Violência a Mulher, no âmbito do Estado da Paraíba. Paraíba, 2023. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/16433_texto_integral Acesso em: 27 fev. 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 12. 914 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023**. Dispõe sobre a incumbência das escolas públicas e privadas de ensino do Estado da Paraíba, de disponibilizarem formulário para denúncia de violência doméstica e familiar, no ato da matrícula do aluno, e dá outras providências. Paraíba, 2023. Disponível em http://sapl.al.pb.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/116480_texto_integral Acesso em: 27 fev. 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 12. 916 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023**. Institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher e dá outras providências. Paraíba, 2023. Disponível em:

<http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/16482_texto_integral> Acesso em: 27 fev. 2024.

PARAÍBA. **Lei nº 12.724** DE 04 DE JULHO DE 2023. Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de campanhas contra assédio ou importunação sexual contra mulheres, campanha “Não é Não”, em shows, festas ou eventos que sejam realizados e/ou que tenham patrocínio do Governo do Estado da Paraíba. Paraíba, 2023. Disponível em: <http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/16237_texto_integral> Acesso em: 28 fev. 2024.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paul: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf . Acesso em: 2 out. 2023.

RAMOS, Marise. **História e política da educação profissional**. 1 ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**. Versão ampliada de exposição no seminário sobre ensino médio (Mossoró, RN), 2007. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf> . Acesso em: 04 abr. 2023.

RAMOS, Ana Margarida; VERNON, Richard. Das dores de crescimento à dor de existir: representações literárias de adolescências feridas. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 37, n. 3, p. 287-295, 1 jul. 2015. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/26211>

RIBEIRO, Ricardo. O Trabalho como Princípio Educativo: algumas reflexões. **Saúde e Sociedade**, v. 18, supl. 2, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/25574/31441> . Acesso em 04 de abr. 2023.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ROSENBERG, Harold. **Objeto ansioso**. Cosac & Naify: São Paulo, 2004.

ROUXEL, Annie. Ensino da Literatura: experiência estética e formação do leitor. *In*: ALVES, José Hélder Pinheiro. (org.). Memórias da Borborema 4. Campina Grande: **Abralic**, 2014.

p.19-35. Disponível em: <https://abralic.org.br/downloads/livros-produzidos-pela-gestao/04-MEMORIAS-DA-BORBOREMA.pdf>. Acesso em 13 ago. 2023.

ROUXEL, Annie. Autobiografia de leitor e identidade literária. In: Rouxel, Annie; LANGLADE, Gerárd; Rezende, Neide Luzia. (orgs.). **Leitura subjetiva e ensino de literatura**. Tradução Amaury C. Moraes *et al.* São Paulo: Alameda, 2013a.

ROUXEL, Annie. Apropriação singular das obras e cultura literária. *In:* Rouxel, Annie; LANGLADE, Gerárd; REZENDE, Neide Luzia. (orgs.). **Leitura subjetiva e ensino de literatura**. Tradução de Amaury C. Moraes *et al.* São Paulo: Alameda, 2013b.

ROUXEL, Annie. O advento dos leitores reais. In. Rouxel, Annie; LANGLADE, Gerárd; REZENDE, Neide Luzia de (org.). **Leitura Subjetiva e ensino de Literatura**. Coordenação de 92. edição brasileira. Neide Luzia Rezende. Tradução: Amaury C. Moraes *et al.* São Paulo: Alameda, 2013c.

ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? Tradução: Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira. **Cadernos de Pesquisa**. v. 42, n. 145, p. 272-283. jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/15.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em perspectiva. v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Atual. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p.443-461, 2º semestre de 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, 2002, Vol. 13, Nº 2, 27-48. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/> Acesso em: 22 ago. 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

SAVIANI, Demerval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicol. Esc. Educ.** Maringá, v. 21, n.3, p.653-662, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300653&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 02 de jul. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SECATO, Isis Gabrielli. **A formação do leitor crítico como mecanismo de problematização da violência contra a mulher** / Secato. [livro eletrônico] – 2020. Linhares, ES: 2020.

SECATO, Isis Gabrielli; Delmaschio, Andréia Penha. **Em violência contra a mulher a gente mete a colher** [livro eletrônico]: atividades de práticas de leitura e escrita para turmas de 8º ano à 3ª série. -- 1. ed. -- Linhares, ES: 2020.

SENADO FEDERAL. **Senado Notícias**. Lobby do Batom: marco histórico no combate a discriminações, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Caroline Fernanda Santos; MORAES, Andrielle Rodrigues; ROCHA, Katia Glashorester da Silva Rocha. Violência de gênero no contexto escolar: refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v.22, n.2, p. 157-169, JUL-DEZ, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/11339>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SILVA, Letícia Ferreira da; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 94 257-279, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/download/21942/16123>. Acesso em: 22 ago. 2022

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; COSTA E SILVA, Silvia Helena de Santos. O curso de Engenharia Elétrica do IFPB no cenário da expansão da Educação Superior no Brasil e os desafios para uma Formação Humanística. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. v. 9; n. 16; p. 280- 296, Jul/Dez. 2015.

SOUZA, Iraci Kátia Saueressig. **O uso da cartilha digital**: “Nosso Capibaribe: conhecendo para preservar”, como instrumento de educação ambiental. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco. 2019.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. ROTERS, Geni Alberini. **Leitura literária e livro didático**: uma parceria possível? São Paulo, 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/772_761.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

TELLES, Lygia Fagundes. **Venha ver o pôr do sol**, 1970. Disponível em: www.institutogalileu.com.br Acesso em: 11 jul. 2024.

TELLES, Lygia Fagundes. “**Venha ver o pôr do sol**”. In: TELLES, Lygia Fagundes. **Antes do baile verde**. 16. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 123-131.

TUNES, Elisane Ortiz; BARREIRO, Cristhianny Bento. Formação inicial e continuada de professores da educação profissional no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Leia Escola**, v.23, n.2, p. 25-42, ago. 2023.

UNA. **Desconstruindo Una**. Tradução: Carol Christo. São Paulo: Nemo, 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERIDIANO, Amanda Stafanato. **Gênero e enfrentamento à violência contra a mulher na educação: uma articulação entre levante popular e juventude e escola**. Orientador: Davis Moreira Alvim. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades, IFES, Vitória, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1948/DISSERTA%20G%20aano_Viol%20ancia_Mulher_Juventude_Escola.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 02. jun. 2023.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. **Oficinas de ensino: o quê? por quê? Como?** 4 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramar ou a odisseia**. São Paulo: Todavia, 2021.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SITES

https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impreso_D1_CD1.pdf

¹ FOLHA DE S. PAULO. **Estado de SP tem recorde de feminicídios no 1º tri; capital tem menor número de homicídios da história**. São Paulo, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/estado-de-sp-tem-recorde-de-feminicidios-no-1o-tri-capital-tem-menor-numero-de-homicidios-da-historia.shtml>. Acesso em: 26 abr. 2023.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>

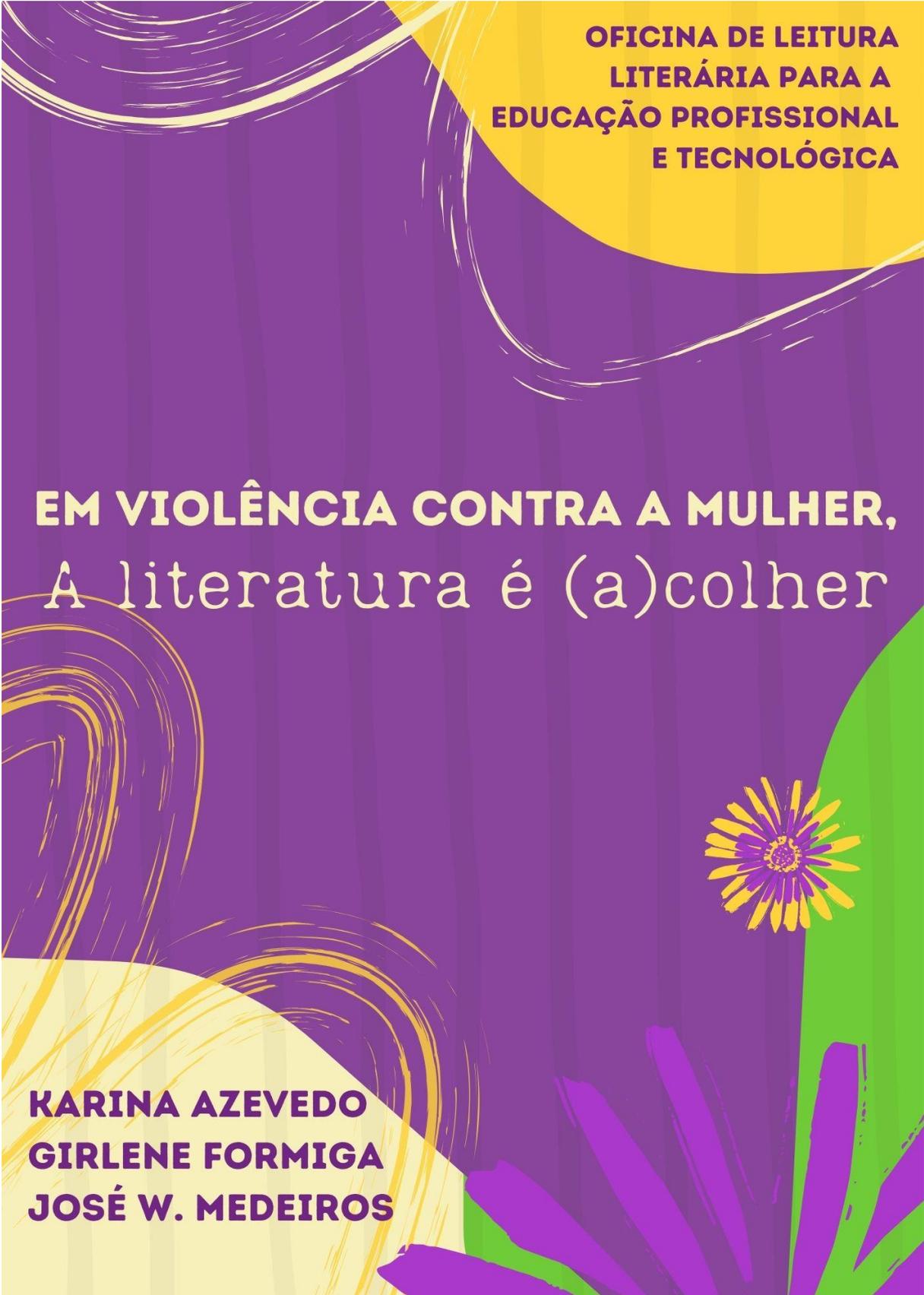
<https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/2022/06/28/casos-de-estupro-crescem-290-na-paraiba-em-um-ano> Acesso: 06 jul. 2022 às 9h:40

Violência contra a mulher triplicou no Brasil em 2021 e em 2022 houve um feminicídio a cada 8 dias no RN (saibamais.jor.br)

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9144dashboardviolenciamulherfinal-1.pdf>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192

<https://profept.ifes.edu.br/iasmapa/2-uncategorised/16460-regulamentoi>

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

**OFICINA DE LEITURA
LITERÁRIA PARA A
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

**EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,
A literatura é (a)colher**

**KARINA AZEVEDO
GIRLENE FORMIGA
JOSÉ W. MEDEIROS**



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AUTORES
Karina de Oliveira Azevedo
Girlene Marques Formiga
José Washington de Morais Medeiros

PRODUTO EDUCACIONAL DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher

PÚBLICO ALVO
Professores de Língua Portuguesa/Literatura e mediadores de leitura

REGISTRO DO PRODUTO/ANO 2024

PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO
Letícia Vitória Santos Mendes
Alberto Leal da Paixão

IMAGENS
Adobe Stock
Canva
Google Imagens

REVISÃO DO TEXTO
Joselí Maria da Silva

OFICINA DE LEITURA LITERÁRIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.



SUMÁRIO

- 01 FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
 - 02 APRESENTAÇÃO
 - 03 ENSINO DE LITERATURA: EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 - 04 FORMAÇÃO CONTINUADA: ação necessária do/a professor/a na e para EPT para atuação nas dimensões do processo formativo
 - 05 TEXTOS LITERÁRIOS DE VOZES FEMININAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SUBJETIVIDADE VIA DIÁRIO DE LEITURA
 - 06 VOZES FEMININAS NA SALA DE AULA
 - 07 O DIÁRIO DE LEITURA: EXPRESSÃO DAS SUBJETIVIDADES MÚLTIPLAS DOS DIFERENTES SUJEITOS LEITORES
 - 08 INSTRUÇÕES PARA ESCRITA NO DIÁRIO DE LEITURA
 - 09 ORIENTAÇÕES PARA O COMPARTILHAMENTO DOS DIÁRIOS DE LEITURA
 - 10 PROPAGAÇÃO DA OFICINA COMO FORMAÇÃO CONTINUADA DE ENSINO DE LITERATURA SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
 - 11 IDEAÇÃO DO PE COMO FORMAÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO-INTEGRADO E INTEGRAL
 - 12 OFICINA
 - 13 AVALIANDO A OFICINA “Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher”
 - 14 CONSIDERAÇÕES FINAIS
 - 15 REFERÊNCIAS
- ANEXOS
- 

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Convite de divulgação

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Mestranda Karina Azevedo dialogando com os sujeitos da pesquisa

Foto 2 - Leis 14.164 de 10 de junho de 2021 e 12.874 de 15 de novembro de 2023

Foto 3 - Vozes femininas na sala de aula

Foto 4 - O diário de leitura: instruções de escrita e orientações de compartilhamento

Foto 5 – Exibição do videoclipe Maria da Vila Matilde

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha técnica do Produto Educacional (PE)

Quadro 2 – Sobre a avaliação da oficina.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Sobre a didática e clareza dos temas apresentados na oficina “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”.

GRÁFICO 2 – Momento que mais gostou na oficina.

GRÁFICO 3 – Sobre a **replicabilidade** em sala de aula do material aplicado na oficina.

GRÁFICO 4 – Sobre a aplicabilidade do conhecimento adquirido na oficina para o cotidiano.

GRÁFICO 5 – Pretensão em participar de futura oficina sobre violência contra a mulher.

GRÁFICO 6 – Sobre o conteúdo apresentado.

GRÁFICO 7 – Sobre a estética do material apresentado.

GRÁFICO 8 – Sobre a organização do material apresentado.

GRÁFICO 9 – Sobre a carga horária da oficina.

01 FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

FICHA TÉCNICA	
INDEXAÇÃO	DESCRIÇÃO
Título do PE	Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher
Autoria	Karina de Oliveira Azevedo Girleene Marques Formiga José Washington de Moraes Medeiros
Origem	Pesquisa de Mestrado
Título da Dissertação	"As falas silenciadas explodem": A LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO
Instituição	Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Programa de Pós-graduação	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)
Area Capes	Ensino
Categoria	Material Didático Pedagógico
Tipologia	Oficina Pedagógica
Idioma	Português
País	Brasil
Cidade	João Pessoa-PB
Acesso	Irrestrito
Modalidade	Presencial
Disponibilidade	Virtual (Online)
Licenciamento	Creative Commons – Atribuição não comercial 4.0 internacional
URL	http://educapes.capes.gov.br

FICHA TÉCNICA	
INDEXAÇÃO	DESCRIÇÃO
Conteúdo transversal	Violência contra a mulher, gênero e diversidade
Avaliação	Docentes do Ensino Médio Técnico-Integrado
Validação	Pela Banca Examinadora
Possibilidades de relações interdisciplinares	Linguagens e suas tecnologias: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura
	Ciências Humanas e suas tecnologias: Sociologia, História, Filosofia
Público-alvo	Docentes
Nível formativo	Ensino Médio
Unidade seriada	3º ano
RESUMO	
<p>Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher é um produto educacional cuja idealização consiste em um roteiro de “Oficina pedagógica” promovida ao público docente (Linguagens e Ciências Humanas) do Curso Técnico Integrado de Administração da ECIT José Luiz Neto – Barra de Santa Rosa-PB, subsidiada pela leitura literária de textos femininos que conduz o tema “violência contra a mulher”, trabalhada em diário de leitura. É uma alternativa para aplicação da Lei 12.875 de 14 de novembro de 2023, que prevê que escolas da Rede Pública do Estado da Paraíba irão incluir a temática da prevenção da violência contra a mulher como conteúdo de seu currículo escolar, e da Lei 14.164 de 10 de junho de 2021, que institui a semana de combate à violência contra a mulher. Sendo assim, o produto educacional articula-se como ferramenta metodológica alternativa e pretende auxiliar no debate sobre temas transversais para o Ensino Médio Técnico Integrado, a exemplo de violência contra a mulher, violência de gênero etc.</p>	
Palavras-chave	Ensino de Literatura; Contos; Práticas de Leitura Literária; Violência contra a mulher.
Revisão linguística	Joselí Maria da Silva
Projeto gráfico e arte final	Letícia V. S. Mendes e Alberto Leal da Paixão



02 APRESENTAÇÃO

Caro(a) leitor(a).

A produção deste material educativo, compreendido como produto educacional, cumpre o objetivo de desenvolver práticas de leitura literária sobre o fenômeno histórico e sociocultural violência contra a mulher, definido na dissertação de mestrado intitulada **“As falas silenciadas explodem”: A literatura contra a violência de gênero**, realizada por Karina de Oliveira Azevedo, sob a orientação da professora Dra. Gírlene Marques Formiga e Coorientação do professor Dr. José Washington de Moraes Medeiros. Inserida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa-PB, esta produção foi desenvolvida no espaço formal do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, localizada em Barra de Santa Rosa-PB.

Em Violência contra a mulher, a literatura é (a)colher é uma proposta de oficina de leitura literária, voltada para professores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que articula a leitura de textos de autoria feminina como forma de prevenção à violência contra a mulher, a fim de contribuir com a Lei 14.164 de 10 de junho de 2021, encarregada de instituir a semana de combate a esse tipo de violência, e a Lei 12.875 de 14 de novembro de 2023, que orienta as escolas da Rede Pública do Estado da Paraíba para incluírem a temática da prevenção da violência contra a mulher como conteúdo de seu currículo escolar. Para além do espaço da EPT, o material apresentado poderá ser utilizado por educadoras e educadores e/ou outros agentes, tendo em vista a sua colaboração quanto às interlocuções sobre os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos envolvendo o tema nos diversos espaços onde se desenvolvem os processos formativos.

Neste sentido, a oficina pedagógica **Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher**, como produto educacional (PE), foi elaborada com o intuito de promover um espaço de diálogo coletivo sobre o tema violência contra a mulher, notadamente, nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica.





Dessa forma, o Produto Educacional apresentado, busca, entre outras questões, evidenciar a importância da literatura de autoria feminina que aborda o tema em destaque como estratégia de apoio pedagógico para que possibilite aos professores mediar práticas de leitura de textos literários em sala de aula, pelo viés da subjetividade leitora (Rouxel, 2012, 2013, 2014), utilizando-se, para tanto, do instrumento Diário de Leitura. Assim, o material pretende contribuir com educadoras e educadores de Língua Portuguesa (e/ou outros agentes) ao sugerir esta proposta como alternativa para aplicação das Leis 14.164/2021 e 12.875/2023.

Acreditamos que este Produto seja uma estratégia metodológica adequada ao contexto de ensino em foco, tendo em vista os destinatários – docentes e demais profissionais da educação – que compreendem a formação integral na omnilateralidade dos sujeitos que se encontram no processo formativo no Ensino Médio Técnico Integrado. Ademais, este PE foi devidamente aplicado e avaliado pelos sujeitos envolvidos, fato que o valida apropriadamente no que se refere ao atendimento da proposta em pauta como um chamado não só da Educação mas de toda a sociedade no que tange a minimizar os altos índices de violência contra mulher, desafio que assola não apenas o nosso estado mas todo o território nacional.

Isto posto, leitor e leitora, e especialmente docentes que acreditam que a leitura literária deve abordar temas sensíveis com intenção de trazer reflexão e prevenção em torno dessa problemática, este produto é para você. Desejamos, pois, que lhes seja de utilidade a sua (re)aplicação.

Boa leitura!



03 ENSINO DE LITERATURA: EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O desinteresse dos jovens pela literatura se explica, em parte, por lacunas na prática da própria leitura, entre elas a de não se constituir uma experiência estética capaz de reconhecer o leitor enquanto sujeito. Desse modo, o ensino de literatura deve seguir seu percurso quanto ao privilégio de permitir a experiência singular leitora que também pode sustentar uma formação integral (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012) de leitores críticos e conscientes do seu lugar no mundo, relacionando a leitura a outros tipos de conhecimentos e à prática social.

Nessa visão, os textos precisam de uma interpretação mais reflexiva que traga ao leitor luz sobre algo, que, na obra, implica sua sensibilidade, memória, valores e sua visão de mundo (Rouxel, 2014). De modo que convém perguntar: **Qual leitor queremos formar?**

Precisamos urgentemente de uma mudança para formar leitores sensíveis, envolvidos, sem engessamento, leitores reais que ousem ler a partir de si, a reagir e a refletir sobre os efeitos da obra sobre si mesmos. Formar sujeitos leitores, que tenham uma aventura interpretativa, com seus riscos, suas instabilidades, suas contradições, suas surpresas, suas descobertas e também seus sucessos. A leitura literária assim pensada se apoia nas experiências de leituras particulares dos alunos a partir das quais o texto toma vida e significação.



Dessa forma, é urgente o caminhar para formarmos leitores reais, que ousem ler, criar, recriar a partir de si, que reflitam e se permitam reações provocadas por esses passos. Nessa intenção, a partir do diário de leitura, conseguimos promover essa experiência, considerando que esse instrumento permite que cada leitor é capaz de imprimir sua história, sua memória, seus valores e sua personalidade, combinando uma experiência de leitura com emoção, sensações e criatividade.

04 **FORMAÇÃO CONTINUADA:** **Ação necessária do/a professor/a na e para EPT para** **atuação nas dimensões do processo formativo**

Mesmo com os avanços significativos no campo de formação de professores, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/1996 (Brasil, 1996), ainda permanecem os problemas de caráter político e social das estruturas formativas de docentes. Conteúdos e metodologias continuam a provocar indagações sobre a formação inicial e também continuada dos professores (Gatti, 2016) , principalmente sobre a especificidade para atuação em contextos marcados pela diversidade, como os das escolas públicas brasileiras e os das que ofertam a modalidade Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esta oficina é importante para o desenvolvimento profissional e humano dos professores exigido para esse segmento educacional, pois visa suprir a necessidade de preparação específica desses profissionais para a EPT. Nesse processo, se inclui a temática "violência contra a mulher", como conteúdo a ser desenvolvido na prática pedagógica, partindo da prática social de educadores e educandos, situada no interesse da classe trabalhadora (Saviani, 2008). Discutir a violência de gênero no contexto da EPT é algo salutar, pois acrescenta conhecimento da relação trabalho e educação para a formação integral do estudante – no caso de nossa pesquisa, o do curso de Administração –, resultando, desta forma, em uma formação ética e humana.

Como o conhecimento muda constantemente, as situações educativas são marcadas pela imprevisibilidade, e as diferentes relações contextuais assumem incontornável fluidez. Torna-se exigência que professores se assumam como agentes reflexivos e se apoiem em atividades de formação continuada que ajudem a responder e a orientar as inevitáveis transformações. Tais saberes só podem ser construídos a partir de uma oferta de formação inicial e continuada que dê sentido às experiências profissionais, individuais e coletivas dos professores, levando em conta uma formação que integre teoria e prática, condição assaz necessária à autonomia para a leitura crítica da realidade quando se deseja uma formação emancipatória. A formação continuada, neste sentido, é um desafio constante para o crescimento profissional ao longo da atuação docente, podendo proporcionar um novo sentido à prática pedagógica, e, por consequência, ressignificando sua atuação docente. Trazer novas questões didático-pedagógicas e buscar compreendê-las sob o enfoque da teoria posta em própria prática permite articular novos saberes na construção da docência, dialogando com os envolvidos no processo que envolve a formação (Imbernón, 2006), a exemplo do que apresentamos, a seguir, para o desenvolvimento da leitura com textos literários tematizando a violência contra a mulher.

05 TEXTOS LITERÁRIOS DE VOZES FEMININAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SUBJETIVIDADE VIA DIÁRIO DE LEITURA

Conceição Evaristo, Clarice Lispector, Karina Azevedo, Lygia Fagundes Telles, Martha Batalha e Marina Colasanti são vozes femininas que quebram a imposição do silêncio e compartilham da mesma voz que reivindica espaço e lugar de fala. Mulheres empoderadas, de idades diferentes, estão irmanadas não só pela sororidade mas também pela dororidade daquelas que trazem o tema violência contra a mulher, algumas por terem passado pela dor, outras por saberem a importância e necessidade de falarmos abertamente sobre a temática e reivindicar a eliminação de práticas violentas e discriminatórias existentes na rotina do feminino.

As vozes que atravessam a produção literária se entrelaçam nas dores sofridas e nas marcas da violência. Assim, corajosamente, essas vozes femininas erguem-se para enfrentar o descompasso, em especial nas obras masculinas, entre a posição e o espaço que as mulheres vêm conquistando na sociedade brasileira, a partir também da sua representação literária (Dalcastagnè, 2007). Simultaneamente, compartilham também da subjetividade semelhante que perpassa pela dor de ser mulher em uma sociedade patriarcal.

É importante que essas autoras sejam lidas em sala de aula e que essas vozes femininas ecoem por meio da leitura e do debate com estudantes. A sala de aula é também um lugar onde essas vozes fortes podem se materializar, para que jovens leitoras possam se enxergar representadas e encorajadas para também libertar seu grito contra a opressão; se não se virem como vítimas, é importante que tenham conhecimento da existência desse malefício social, a fim de que não o reproduzam. Qualquer que seja sua situação, toda mulher deve saber identificar as marcas da violência contra suas irmãs fraternas e denunciar tal fenômeno quando for preciso.

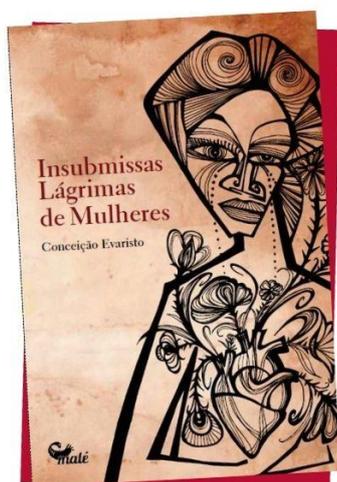
06 VOZES FEMININAS NA SALA DE AULA

SOBRE A ESCRITORA CONCEIÇÃO EVARISTO

Escritora, doutora em Letras pela UFF, publicou pela Editora Malê os livros: *Insubmissas lágrimas de mulheres*, *Histórias de leves enganos e parecenças* e *Poemas da Recordação* e outros movimentos. Participou das coletâneas *Do Índico ao Atlântico*, *Olhos de Azeviche* e *Amor e outras revoluções*.



SOBRE A OBRA INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES



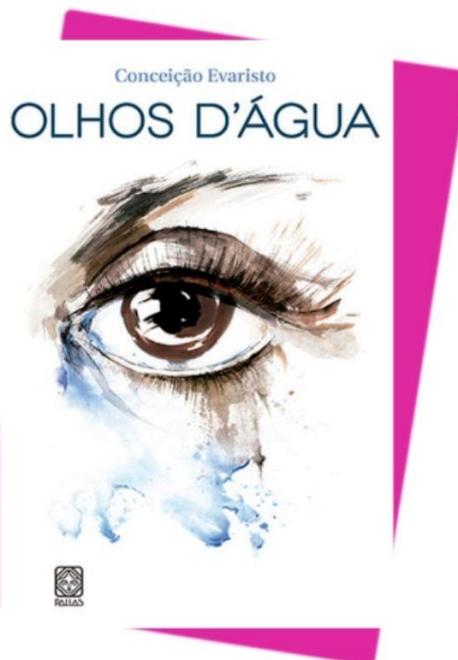
O elo fundido com técnica literária irrepreensível e grande força de sentimentos apresentado em “*Insubmissas lágrimas de mulheres*” se revela um retrato de solidariedade e afeição feminina, por tocar no que é essencial, no que move, no que aproxima e une mulheres e, em especial, mulheres negras.

Os afetos, reflexões e deslocamentos que os contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* nos causam são frutos que só a boa literatura, a que salva, pode nos trazer, reafirmando o lugar de destaque ocupado por Conceição Evaristo na literatura brasileira.

SOBRE A OBRA OLHOS D'ÁGUA

A violência é um dos principais temas da antologia de contos "Olhos d'Água" (2015) da escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, em cujos seis contos de personagens femininas identificamos as várias formas de violência.

Em comum, Ana Davenga, Duzu, Luamanda, Maria, Maria Agonia, Natalina e Salinda trazem marcas de sofrimento no corpo e na mente, violência que as inutiliza, elimina-as e as oprime no ambiente violento da cidade. Elas têm a identidade cerceada por homens que as tratam com crueldade e as anulam. Elas são submetidas ao poder masculino, mostram antigas marcas do poder patriarcal. Todas essas personagens de Conceição Evaristo – os traços que as irmanam são a condição de serem afrodescendentes e mulheres – servem, de certa forma, para contestar um mundo que insiste em não reconhecer a importância da mulher; esse reconhecimento se torna quase nulo – como a escritora bem mostra nestes contos – quando se soma a problemática de ser mulher ao dilema da etnia e da condição social adversa.



SOBRE A ESCRITORA CLARICE LISPECTOR

Clarice Lispector (1920-1977) foi um dos maiores nomes da literatura brasileira do Século XX. Com seu romance inovador e com sua linguagem altamente poética, sua obra se destacou diante dos modelos narrativos tradicionais. Seu primeiro livro, "Perto do Coração Selvagem", recebeu o Prêmio Graça Aranha. Clarice Lispector nasceu na aldeia de Tchetchelnik, na Ucrânia, em 10 de dezembro de 1920. Era filha de Pinkouss e Mania Lispector, casal de origem judaica que fugiu de seu país para o Brasil diante da perseguição aos judeus durante a Guerra Civil Russa.



SOBRE A OBRA A VIA CRUCIS DO CORPO



Em "A língua do p" escrito por Clarice Lispector, a personagem Cidinha viaja de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Durante o caminho, dois homens sobem no trem e sentam a sua frente, onde começam a falar em uma língua diferente, mas que lhe é familiar. Após alguns minutos observando, Cidinha consegue decifrar que eles estão falando sobre ela. Eles tramam um possível estupro, já que a jovem andava aparentemente desacompanhada, e para eles ela se encontrava desprotegida, além disso, planejam como matá-la caso oferecesse algum tipo de resistência.

Cidinha sente-se constrangida e ameaçada com a situação, com medo de não chegar com vida ao seu destino. Percebendo então que seria violentada, a personagem considerou "se eu me fingir de prostituta eles desistem, não gostam de vagabunda" (Lispector, 1998, p. 69).

Depois do comportamento tido como reprovável, Cidinha é expulsa do trem e entregue a polícia "foi levada ao xadrez e lá fichada. Chamaram-na dos piores nomes. E ficou na cela por três dias" (Lispector, 1998, p. 69). A autora mostra

como ocorre a inversão de valores sociais: a vítima é vista como culpada, a quem se imputa responsabilidade por um comportamento tido como reprovável; aos que realmente cometeram o crime, a impunidade – uma típica violência de gênero.

SOBRE A ESCRITORA KARINA AZEVEDO

Karina de Oliveira Azevedo sempre gostou da literatura e por influência de sua mãe, que era professora, formou-se em Letras pela UEPB e em Pedagogia pela Uniasselvi. Trabalha como professora da rede pública de ensino em Damião-PB. Por ter passado por situações de violência e, para ajudar outras mulheres, dedicou-se a estudar o tema desde 2020, além de escrever dois livros que abordam a temática: *Até me Encontrar* (2020) e *Artemísias vozes de libertação* (2021), que foi traduzido para Espanhol em 2022, intitulado: *Artemisias voces de liberación*. Em 2023, escreve seu primeiro livro infantil intitulado "Valú, a princesa cacheada".



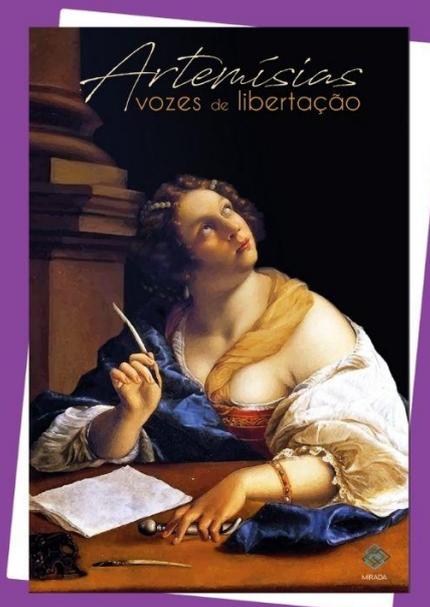
SOBRE A OBRA *ATÉ ME ENCONTRAR*



A obra "*Até me encontrar*" (2020), de Karina Azevedo, relata as violências vividas pela personagem Laura em seu casamento e como foi difícil sair deste convívio cheio de traumas e incertezas. Nesse livro, percebemos alguns tipos de violência sofridos por Laura e porque ela permaneceu tanto tempo em um casamento com violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Assim ocorre a tantas Lauras, que muitas vezes não têm apoio, não têm como sobreviver sozinhas, têm vergonha do que estão vivendo e de pedir socorro. Apesar das marcas, quando se encontram consigo mesmas, nunca mais voltam ao seu estado anterior; elas seguem e ajudam outras mulheres.

SOBRE A OBRA ARTEMÍSIAS VOZES DE LIBERTAÇÃO

Percebemos como as autoras brasileiras conseguiram evidenciar a violência sofrida por mulheres dentro e fora de seus lares, abordando temáticas fortes e extremamente importantes, como a violência doméstica, o abuso sexual, estupro e o feminicídio, bem como suas formas de violência que revelam a realidade. Não apenas como ficção, vemos relatos de várias mulheres que se uniram nessas obras para dar seu grito de libertação: "Artemísias vozes de libertação" (2021). "Artemísias voces de liberación" (2022) traz vários contos que relatam a violência contra mulheres em suas diversas formas e faixas etárias.

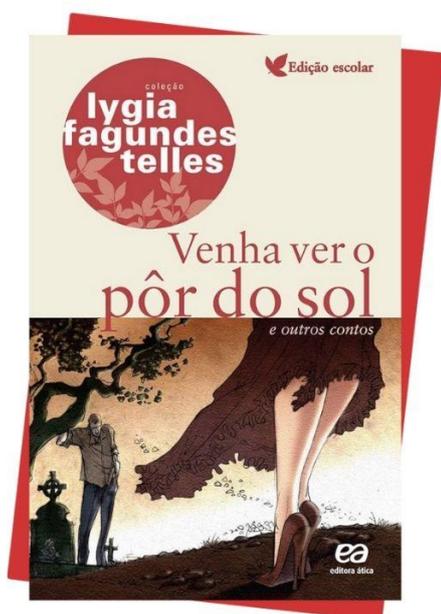


SOBRE A ESCRITORA LYGIA FAGUNDES TELLES

Lygia Fagundes Telles nasceu em São Paulo, no dia 19 de abril de 1923. Uma das grandes escritoras brasileiras, romancista e contista, sendo a grande representante do movimento Pós-Modernista, foi membro da Academia Paulista de Letras, da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa.



SOBRE A OBRA VENHA VER O PÔR DO SOL



Em sua obra “Venha ver o pôr do sol” (1970), Lygia Fagundes Telles aborda a temática violência contra a mulher. A história conta o reencontro de um casal de ex-namorados em um cenário que, embora seja um tanto estranho a nossos olhos, se justifica para a personagem Ricardo, que tinha uma finalidade romântica: mostrar a Raquel o mais belo pôr do sol. Ele planeja assassinar a moça, por não reconhecer a liberdade de sua ex-namorada. Ligado ao personagem, há um ar de mistério e incerteza na potência do crime que está por vir. Raquel, por sua vez, mostra-se uma personagem feminina que desafia a lógica da fragilidade. Já em outro relacionamento, tomando suas próprias

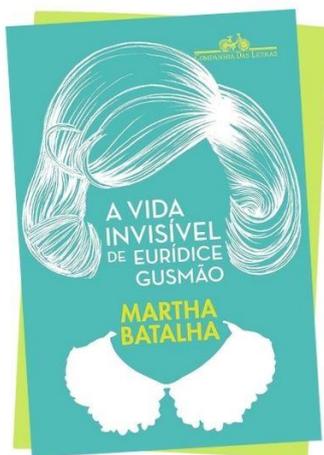
decisões e seguindo sua vida, decide dar uma oportunidade de um último encontro e cai na armadilha de Ricardo, que não aceitava o fim do namoro e fez questão de dar-lhe uma morte atroz, assim como acontece a muitas mulheres de nossa realidade.

SOBRE A ESCRITORA MARTHA BATALHA

Nascida em 1973 em Recife e criada no Rio, trabalhou como jornalista nos principais jornais cariocas e criou a editora Desiderata, hoje parte da Ediouro. Em 2008, mudou-se para Nova York para fazer um mestrado em edição e passou a atuar no mercado editorial dos Estados Unidos. Deixou o emprego de editora para se tornar autora e já vendeu os direitos de sua obra para o cinema e diversas editoras estrangeiras.



SOBRE A OBRA A VIDA INVISÍVEL DE EURÍDICE GUSMÃO



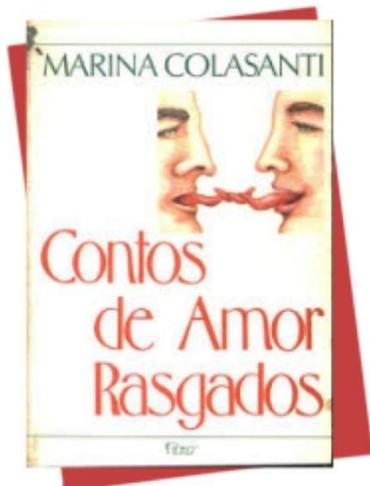
A vida invisível de Eurídice Gusmão traz uma situação de violência doméstica ambiente onde uma mulher agredida, por alguma razão, não cogita a possibilidade de se separar do cônjuge abusivo. Eurídice apresenta um conformismo no que tange à violência de que é vítima, se atendo ao silêncio disciplinador forçado pelo agressor, a fim de que a esposa se mantenha submissa a ele.

SOBRE A ESCRITORA MARINA COLASSANTI

Nasceu em 26/09/1937, na cidade de Asmara, na Eritreia. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde vive até hoje. Ela estudou na Escola Nacional de Belas Artes, escreveu textos para alguns periódicos e trabalhou como entrevistadora e apresentadora de programas televisivos. É cronista, ensaísta, poeta, contista, além de escrever livros de sucesso para o público infanto-juvenil. Suas obras são caracterizadas pela presença de protagonistas femininas, realismo fantástico, crítica social e elementos referentes aos contos de fadas. Com uma carreira literária bem-sucedida, Colasanti já recebeu vários prêmios literários.



SOBRE A OBRA CONTOS DE AMOR RASGADOS



Em "Contos de amor rasgados" (1986), de Marina Colasanti, podemos observar a representação da violência em alguns momentos, onde a mulher é posta como pano de fundo; em outros, aparece enfraquecida, sujeitada, passiva aos desejos de seu marido/amante, justificando parte da expressão "amor rasgado", que metaforiza as relações de amor que não deram certo, metáfora confirmada enquanto os confrontos vão acontecendo nos contos. Destacamos alguns dos contos como "Prova de amor", que retrata a violência psicológica; também presente a violência física no conto "Como se fosse na Índia". Ambos trazem situações que rompem com os padrões ditos normais para a sociedade.

07

O DIÁRIO DE LEITURA: EXPRESSION DAS SUBJETIVIDADES MÚLTIPLAS DOS DIFERENTES SUJEITOS LEITORES.

Para o propósito do ensino da literatura, não podemos confundir o diário de leitura com o diário íntimo – gênero privado em que o produtor, no espaço individual, registra revelações íntimas e sentimentos pessoais. O diário de leitura faz parte da esfera educacional. É um gênero público com elementos do diário íntimo (Bronckart, 1998).

O Diário de leitura figura como uma possibilidade de desenvolvermos a leitura na escola, a partir da expressão da subjetividade, para os leitores compartilharem as dores pelas quais já passaram ou vivenciaram de forma indireta, razão pela qual é

preciso encorajar as abordagens sensíveis das obras, atentar para a recepção dos alunos ou daquilo que eles aceitarão manifestar de sua experiência estética. A dimensão social da leitura escolar pode ser um entrave à palavra dos alunos que são bem conscientes de que se revelam ao falar de suas leituras (Rouxel, 2012, p. 281).

O desenvolvimento do diário de leitura requer um encorajamento da leitura subjetiva, uma vez que possibilita, também, registrarmos nele “nossas emoções, e julgamentos subjetivos sobre os conteúdos e sobre a forma como são expressos” (Machado, 2005, p. 65).

Dessa forma, a subjetividade favorece a construção de uma relação mais pessoal e próxima com a obra, tendo em vista que as situações narradas e vivenciadas/experenciadas nos textos com a temática violência contra a mulher exigem, por parte do leitor, empatia, acolhimento dos afetos para si e para o outro, pois, “se desejamos que a cultura literária seja efetiva ativa – (e não uma simples finalidade do ensino), importa que a leitura seja para o aluno um acontecimento. É necessário, portanto, acolher a subjetividade e não a censurar.” (Rouxel, 2013b, p. 178). Assim, é imprescindível, nas aulas de literatura, ativar o sujeito-leitor, de modo a acolher o seu envolvimento pessoal com a obra lida, e considerar que o ato de interpretação esteja ancorado no texto lido.

Enfatizemos, então, que, apesar de ser uma prática geralmente individual, o diário de leitura também possibilita realização compartilhada. (Cosson, 2014, p. 122). Uma delas é o “diário a dois” – que pode ter a escrita compartilhada por duas pessoas. Temos também o “diário de predição” – onde o leitor registra suas expectativas com comentários do que pode acontecer na história e deixa sua predição para o capítulo posterior.

Também há o “diário de leitura da turma” – professores e alunos escrevem os registros semanais de suas leituras em painel na sala de aula ou em blog na internet, de modo que todos partilham seus comentários sobre a leitura exposta. E há ainda o “diário de leitura coletiva”, este sendo o mais complexo em sua organização. Nesse gênero, faz-se a leitura de um único livro. O diário particular de cada participante circula na turma, de modo que todos escrevem no diário dos colegas, registrando suas impressões sobre o livro lido. No final, o diário de cada aluno contém entradas de todos os colegas.

O docente pode orientar os alunos a registrarem no diário de leitura: a) o que o julgamento deles indicar como mais relevante no texto, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo; b) suas impressões, reações e diferentes tipos de sensações; c) suas dúvidas, questionamentos, discordâncias, ou seja, posicionamentos diante do que o texto propõe; d) relação entre as informações da leitura e os diferentes tipos de conhecimentos que eles já têm, suas diferentes experiências; e) interlocução com o texto lido, refletindo sobre o que é lido e produzir o diário sabendo que ele se tornará público, alvo de uma discussão entre ele (aluno), o professor e os colegas (Machado, 1998).

O diário de leitura tem características dialógicas e permite ao aluno leitor desenvolver suas capacidades de posicionamento, questionamento e discordância. É um instrumento rico de aprendizagem e instaura novos papéis para o professor e para o aluno nas aulas de leitura, reconfigurando a concepção de que o professor é detentor da “boa” e “única” interpretação.

O objetivo do uso do instrumento na escola é fazer com que, a partir de leituras literárias, os estudantes desenvolvam habilidades de leitor e de autor de textos escritos, de modo que consigam assimilar e interpretar o que leem e escrevem.

08 INSTRUÇÕES PARA ESCRITA NO DIÁRIO DE LEITURA

O professor deve orientar os alunos a lerem a narrativa e, à medida que forem lendo, expressarem em primeira pessoa sua interpretação sobre o texto. É importante que os alunos escrevam durante a leitura, mas o registro também pode ser realizado após a conclusão da leitura. Indicamos que a produção seja feita, de preferência na sala de aula, no sentido de evitar interferências externas.

É importante mencionar aos alunos que as escritas serão socializadas na turma e serão alvo de discussão entre o aluno, o professor e os colegas. Para a escrita, podem ser dadas as instruções a seguir:

- ✿ Registre o que o texto lhe trouxe de importante, no que se refere ao conteúdo. Sinta-se livre para escrever o que despertou a sua atenção;
- ✿ Anote possíveis dúvidas sobre o que leu. Comente sobre o que não compreendeu. Manifeste a concordância ou discordância de algum ponto da história. Sinta-se livre para comentar aquilo com que concorda ou do qual discorda em relação ao texto lido.

Ao ler o texto, que sentimentos, impressões e sensações ele despertou em você?

- ✿ Fale sobre suas reações à leitura e dê exemplos da história; mencione passagens que chamaram sua atenção e o que elas causaram em você;
- ✿ Relacione o texto lido com suas vivências, com outras leituras, seu conhecimento de mundo e experiências.

RECOMENDAÇÃO

Importante deixar claro que os alunos também podem construir o seu próprio roteiro e que o diário de leitura também pode ter ilustrações criadas por eles próprios apoiadas no texto lido.

Sensibilizar os alunos para que eles se sintam livres para expor suas interpretações e reações às leituras; para criar seus diários e mostrar que a produção do diário de leitura é uma atividade didática integrada ao processo de ensino aprendizagem - sem atribuição de notas ou conceitos. Também explicar que eles não devem se preocupar em produzir um texto acabado e de imediato; esclarecer que não devem se preocupar com o “certo” ou “errado”.

Após alguns registros no diário de leitura, é importante o professor também dar instruções específicas conforme os textos escolhidos. Vejamos algumas sugestões neste sentido:

Reinterpretar a história lida; Reestabelecer conexões entre a narrativa e uma música/filme; Pesquisar sobre o autor(a) e ver se as demais obras se correlacionam; Criar um final novo para a história e compartilhar a causa/motivo da mudança. Dizer que sentimentos a leitura do texto lhe causa.

Realizar a leitura em voz alta/compartilhada ou silenciosa e individual.





09 ORIENTAÇÕES PARA O COMPARTILHAMENTO DOS DIÁRIOS DE LEITURA

O Diário de leitura constitui uma possibilidade de desenvolvermos a leitura na escola, a partir da expressão da subjetividade, para os leitores compartilharem as dores pelas quais já passaram ou vivenciaram de forma indireta, razão pela qual

desejamos formar leitores de literatura no ensino médio, convém sair do formalismo e reabilitar a subjetividade do leitor. Toda verdadeira experiência de leitura envolve a totalidade do ser [...]. O investimento subjetivo do leitor é uma necessidade funcional da leitura literária; é o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular (Rouxel, 2012, p. 278).

Assim sendo, para um melhor aproveitamento, o docente:

Deve estar atento à organização do espaço de discussão. Sugere-se um formato de organização dos alunos de modo que todos tenham visão uns dos outros, favorecendo um diálogo face a face;

Necessita evidenciar que o compartilhamento das experiências leitoras deve ser espontâneo, sendo também livre a maneira de socialização, seja lendo o texto produzido, seja fazendo um comentário daquilo que é relevante para a discussão;

É o mediador da atividade que lança questionamentos, provocações, informações complementares etc., de modo a proporcionar um espaço de discussão em torno dos registros dos alunos;

Deve ampliar o conhecimento sobre o texto literário por meio dos próprios comentários, bem como valorizando os comentários dos alunos (escritos ou orais);

Precisa intervir quando observar que a discussão está perdendo o foco do texto lido com assuntos adjacentes.

**10**

PROPAGAÇÃO DA OFICINA COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE LITERATURA SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Inicialmente, para o planejamento da oficina, foi necessário pensar sobre a logística do evento referente aos seguintes fatores:

Divulgação do evento: Convite

Local: Sala dos professores da ECIT José Luiz Neto

Data: 16 de maio de 2024;

Público-alvo: docentes do Ensino Médio técnico-integrado e integral, participantes da pesquisa

Quantitativo de participantes: 08 docentes;

Duração da oficina: 08 horas

Recursos disponíveis: TV, notebook, smartphone com internet, folhas de papel ofício e canetas



No que concerne à propagação/divulgação do evento aos participantes, foi criado um convite, com o intuito de disseminar a comunicação sobre a oficina. O convite foi impresso e fixado na sala dos professores, uma semana antes do evento. Além disso, o convite foi enviado no whatsapp individual de cada participante, como forma de precisar, situar e personalizar a comunicação. O convite de divulgação está apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Convite de divulgação



Fonte: dados da pesquisa

No Convite acima, é possível perceber a precisão nas informações sobre o evento. Posto isso, nas páginas que se seguem, abordaremos os desdobramentos dos momentos da oficina.

**11**

IDEAÇÃO DO PE COMO FORMAÇÃO PEDAGÓGICA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO-INTEGRADO E INTEGRAL

A ideia central foi elaborada com a finalidade de promover um espaço de diálogo coletivo sobre o tema violência contra a mulher, na Educação Profissional e Tecnológica.

Dessa forma, buscamos evidenciar a importância da literatura de autoria feminina que aborda o tema “violência contra a mulher”, como estratégia de apoio pedagógico para que possibilite professores mediar prática de leitura de textos literários em sala de aula, pelo viés da subjetividade leitora (Rouxel, 2012; 2013; 2014), utilizando, para tanto, do instrumento diário de leitura. Assim, o material contribui com educadoras e educadores de Língua Portuguesa (e/ou outros agentes) ao sugerir esta proposta como alternativa para aplicação das Leis 14.164/2021 e 12.875/2023.

Assim, a oficina surge como instrumento que visa não apenas transmitir conhecimentos mas também como forma de contribuir para uma construção de uma sociedade mais igualitária e que lute pela erradicação da violência contra a mulher.

Neste contexto, destacamos que a EPT vai além da preparação para o mercado de trabalho, preparando pessoas para exercerem profissões de forma crítica e autônoma, destacando que o objetivo da EPT

não é, sobretudo, a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais. A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida, por um lado, como uma necessidade social e, por outro lado, como meio pelo qual a categoria trabalho encontre espaço na formação como princípio educativo (Ramos, 2014, p. 117).

Podemos enxergar, no entanto, o trabalho como princípio educativo, capaz de transformar pessoas e mudar realidades.



MOMENTO 1

No dia 16 de maio de 2023, às 8h00, na sala dos professores da ECIT José Luiz Neto, iniciou-se a Oficina de leitura literária para Educação Profissional e Tecnológica: “Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher”, coordenada pela professora e mestranda ProfEPT/IFPB Karina de Oliveira Azevedo. Este momento reuniu os 8 professores participantes da pesquisa.

No primeiro momento, como feedback aos próprios sujeitos da pesquisa, foram apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba – ProfEPT, que originou o Produto Educacional.

Foto 1 – Mestranda Karina Azevedo dialogando com os sujeitos da pesquisa

A mestranda Karina Azevedo, após acolher o público e mostrar os resultados da pesquisa, fez um breve relato sobre a violência de gênero e situou conceitos de violência contra a mulher e algumas leis que as protegem.



Fonte: dados da pesquisa

Apresentou as Leis 14.164 de 10 de junho de 2021 e 12.874 de 15 de novembro de 2023 que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher no âmbito do Estado da Paraíba e dispõe sobre a inclusão do tema “Prevenção da violência contra a mulher” como conteúdos transversais no currículo escolar das escolas públicas do estado da Paraíba. Nessa ocasião, os professores conheceram a lei que inclui conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação básica e a instituição da semana escolar de combate à violência contra a mulher.

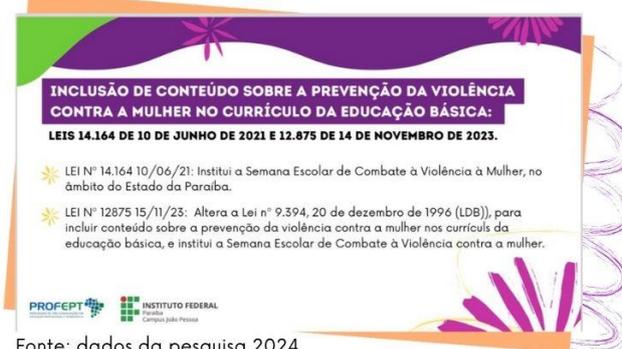
Durante a explanação, houve boa interação entre os participantes e a mestranda. Os participantes dialogaram de forma produtiva sobre o tema e refletiram sobre a formação continuada de professores, que é um desafio necessário para o crescimento profissional ao longo da atuação docente e principalmente quando vem suprir uma necessidade de preparação específica de

professores para EPT, a exemplo da discussão sobre tema aqui abordado, figurando como conteúdo do currículo escolar. Essa abordagem em sala de aula se faz necessária, uma vez que é difícil para algumas pessoas reconhecerem esse tipo de violência e, ao estarem diante de algo dessa natureza, saberem o que devem fazer.

Discutimos a violência de gênero acrescentando sua relação com o trabalho e educação para formação integral do estudante, resultando em uma formação humana e ética. Os professores participantes consideraram a iniciativa da oficina muito importante para escola e, conseqüentemente, para comunidade escolar, pois preencheu uma lacuna em sua formação inicial e supriu a necessidade de preparação docente específica para a EPT ao incluir a temática violência contra a mulher em seu currículo escolar. Eles também afirmaram que não conheciam as leis apresentadas.

A seguir, falamos sobre a importância da formação do leitor na Educação Profissional e Tecnológica, espaço formativo no qual precisamos forjar leitores reais, que ousem criar e recriar a partir de si, que reflitam sobre as obras. Aí abordamos o diário de leitura como uma nova experiência, já que a partir do diário de leitura cada leitor pode imprimir sua história, combinando a experiência com as emoções.

Foto 2 – Leis 14.164/2021 e 12.874 /2023



Fonte: dados da pesquisa 2024

Apresentamos a literatura de vozes femininas que quebram a imposição do silêncio e compartilham da mesma voz que reivindica espaço e seu lugar de fala. Mulheres de idades diferentes, que estão irmanadas não só pela sororidade, mas também pela dorridade de mulheres que trazem o tema violência contra a mulher, algumas por terem passado pela dor, outras por saberem a importância e necessidade de falarmos abertamente sobre a temática e reivindicar a eliminação de práticas violentas e discriminatórias existentes contra as mulheres. Apresentamos as mulheres que trouxemos neste Produto Educacional e seus textos literários que abordam a violência contra a mulher em situações diversas.

Ainda sobre a mesma discussão, os professores conheceram cada escritora e as obras que abordam situações diversas de violência contra as mulheres, trazidas neste Produto Educacional.

Ao socializarmos os textos literários, abordamos quanto é importante trabalhar esse tema com sutileza. Com esse alerta, apresentamos o diário de leitura e a subjetividade trazida por Anne Rouxel.

Foto 3 – Vozes femininas na sala de aula



Fonte: dados da pesquisa 2024

Foto 4 - O diário de leitura



Fonte: dados da pesquisa 2024

Neste instante, a reflexão voltou-se à necessidade de conhecer o diário de leitura, as instruções e orientações de compartilhamento para que os professores pudessem replicar em suas aulas.

MOMENTO 2

Na segunda parte da oficina que ocorreu no mesmo dia, às 13 horas, acolhemos os participantes da pesquisa exibindo o videoclipe interpretado pela grande Elza Soares, com a música: Maria da Vila Matilde. Abordando a temática aqui apresentada, a música fez com que os participantes refletissem sobre a violência que as mulheres sofrem e como denunciar os casos.

Após a exibição do videoclipe, foram revisadas as informações sobre o diário de leitura, as instruções e orientações de escrita e socialização.

A seguir, foi feita a leitura do texto Para que ninguém a quisesse, de Marina Colassanti, e, em seguida a leitura do texto Belinha de Irandira Barbosa. Foi entregue para cada participante um diário de leitura onde cada um registrou suas impressões sobre o texto lido e o que sentiram.

Cada participante fez o seu registro e, depois disso, houve o compartilhamento da leitura do diário de leitura, seguido de um debate.

Por fim, a professora Karina Azevedo que mediou o debate finaliza sua fala, afirmando que as escolas e a sociedade poderão desempenhar um papel significativo na prevenção da violência contra mulheres e que é importante dentro da Educação Profissional Técnica a formação voltada para temas que muitas vezes o professor não está preparado para ministrar.

Diante do transcurso da oficina, intitulada "Em violência contra a mulher a literatura é a(colher)", a etapa seguinte correspondeu à avaliação do produto educacional aplicado aos docentes, cujos dados se encontram a seguir.

Foto 5 – Exibição do videoclipe Maria da Vila Matilde



Fonte: dados da pesquisa 2024

Foto 6 – Registro no diário de leitura



Fonte: dados da pesquisa 2024

12 OFICINA

Em Violência contra a mulher, a literatura é a (colher): Oficina de leitura literária para Educação Profissional e Tecnológica.

-  **OBJETIVO GERAL**
Oportunizar aos professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica estratégias metodológicas de ensino de literatura sobre o tema violência contra a mulher.
-  **ÁREA**
Ensino
-  **FORMA DE OFERTA**
Presencial
-  **CARGA HORÁRIA/PERIODICIDADE**
08 horas / anual
-  **METODOLOGIA**
Discussão que conduz à reflexão crítica de questões de caráter político, cultural e social sobre a violência de gênero. Leitura de textos literários com o tema violência contra a mulher. Debates em grupo e atividades individuais a partir do diário de leitura.
-  **RECURSOS**
Computador, caixa de som, microfone, data show, smartphone com internet, folhas de papel ofício e canetas.
-  **AVALIAÇÃO**
Questionário para fins de verificação dos resultados obtidos e dos conhecimentos adquiridos sobre o tema proposto.



MOMENTO 1

- Contextualização da pesquisa.
- Leis 14.164 de 10 de junho de 2021 e 12.874 de 15 de novembro de 2023
- Formação Continuada.
- Compreender a formação continuada como permanente exercício de ações necessárias à atuação no desenvolvimento de conhecimento de técnicas, conhecimento de mundo, produção cultural e de relações humanas.
- Ensino de Literatura: experiência e formação do leitor na Educação Profissional e Tecnológica.
- Textos Literários de vozes femininas: mulheres em situações diversas de violência.
- O diário de leitura: expressão das subjetividades múltiplas dos diferentes sujeitos leitores.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as leis 14.164 de 10 de junho de 2021 e 12.875 de 15 de novembro de 2023, que asseguram a inclusão do conteúdo violência contra a mulher nos currículos de Educação Básica e instituem a semana escolar de combate à violência contra a mulher.
- Conceber o ensino de literatura como instrumento favorável ao debate do tema violência contra as mulheres e a reflexão crítica dos sujeitos para o enfrentamento desse problema social.
- Conhecer obras literárias que abordam situações diversas de violência contra as mulheres.
- Utilizar o diário de leitura como procedimento didático para apropriar-se da leitura subjetiva de textos literários cujos temas tratam da violência contra mulher.



PASSOS METODOLÓGICOS

PASSO 01 – Contextualização da pesquisa.

PASSO 02 – Explicação sobre a inclusão do conteúdo e a prevenção da violência contra a mulher no currículo da educação básica: Leis 14.164 e 12.875 e os desafios da formação continuada.

PASSO 03 – Leitura e debate do texto “Ensino de literatura: experiência e formação do leitor na Educação Profissional e Tecnológica”.

PASSO 04 – Socialização de textos literários de vozes femininas que retratam situações de violência e explicação de como o diário de leitura pode auxiliar na escuta do texto do leitor da Educação Profissional Tecnológica.

PASSO 05 – Prática de leitura do texto literário por meio da leitura subjetiva, contemplando a escrita e socialização de diários de leitura.



MOMENTO 2

- Música – Maria de Vila Matilde – Elza Soares.
- Discussão sobre o Diário de leitura: a expressão pessoal sobre a escuta do texto.
- Instruções e orientações para escrita e socialização do Diário de leitura.
- Atividade: Registro da experiência de leitura a partir dos textos: Para que ninguém a quisesse, de Marina Colassanti, e Belinha, de Laranda Barbosa.
- Registro no Diário de leitura.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ver o videoclipe Maria de Vila Matilde
- Informar-se sobre o que é o diário de leitura, sua escrita e socialização.
- Conhecer o diário de leitura como estratégia para explorar a temática sensível na literatura violência contra a mulher em contexto de EPT.
- Ler os textos: “Para que ninguém a quisesse” e “Belinha”.
- Registrar suas impressões no diário de leitura.
- Debater as impressões escritas no diário de leitura.



PASSOS METODOLÓGICOS

PASSO 1 – Exibição do videoclipe Maria de Vila Matilde, de Elza Soares.

PASSO 02 – Explicação sobre o diário de leitura.

PASSO 03 – Instruções e orientações para escrita e socialização do diário de leitura.

PASSO 04 – Leitura do texto “Para que ninguém a quisesse”, de Marina Colassanti.

PASSO 05 – Leitura do texto “Belinha”, de Laranda Barbosa.

PASSO 06 – Registro das impressões no diário de leitura.

PASSO 07 – Compartilhamento e debate dos registros do diário de leitura: uma avaliação do processo.

PASSO 08 – Avaliação da oficina por meio de questionário.

13

AVALIANDO A OFICINA “EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A LITERATURA É (A)COLHER”

Para conferir o alcance dos resultados desejados pela aplicação do produto educacional na escola, delineamos a avaliação da oficina “Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher”, com base nos critérios propostos por (Rizzatti et al, 2020).

Em função disso, a avaliação deu-se a partir de um breve formulário, composto por dez perguntas, fechadas e abertas, e foram respondidas por oito professores do Ensino Médio Técnico Integrado e integral da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, logo após a aplicação da oficina, no dia 16 de maio de 2024.

A primeira pergunta correspondeu à didática e clareza dos conteúdos socializados na oficina, cujos resultados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 1 – Sobre a didática e clareza dos temas apresentados na oficina “Em violência contra a mulher a literatura é (a)colher”.

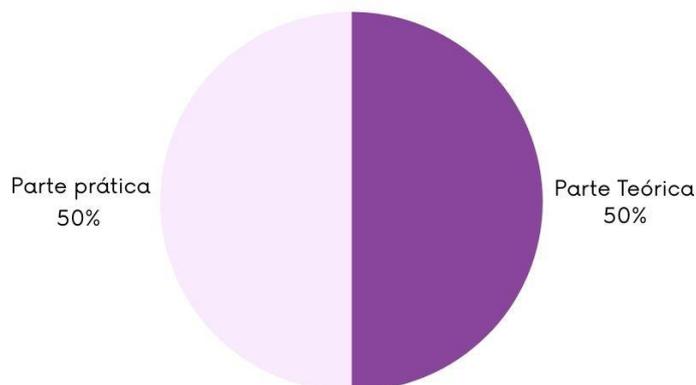


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Conforme posto, em relação à didática e clareza dos temas apresentados, obtivemos a aprovação de 88%.

Questionamos sobre qual dos dois momentos da oficina os participantes mais gostaram e obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 2 – Momento que mais gostou na oficina.

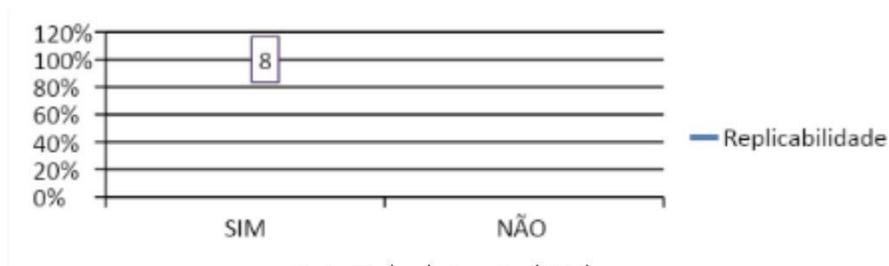


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos dados coletados, referentes aos dois momentos da oficina de que os participantes mais gostaram, foi constatada uma distribuição equilibrada entre os dois momentos. A apresentação de conteúdos obteve 50% empatada com a parte prática relacionada ao diário de leitura.

Em relação à **replicabilidade** dos conhecimentos adquiridos durante a oficina, tivemos o seguinte resultado:

Gráfico 3 – Sobre a replicabilidade em sala de aula do material aplicado na oficina.

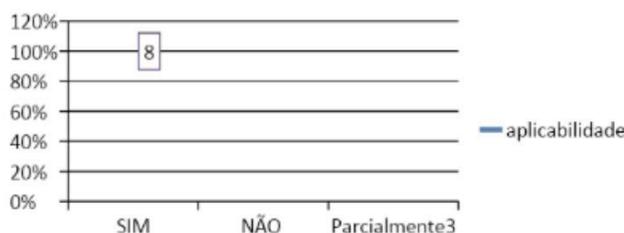


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

100% dos professores afirmam que todo material usado na oficina pode ser replicado em sala de aula.

A seguir, perguntamos aos professores sobre a **aplicabilidade** cotidiana dos conhecimentos adquiridos na oficina. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 4 – Sobre a aplicabilidade do conhecimento adquirido na oficina para o cotidiano.

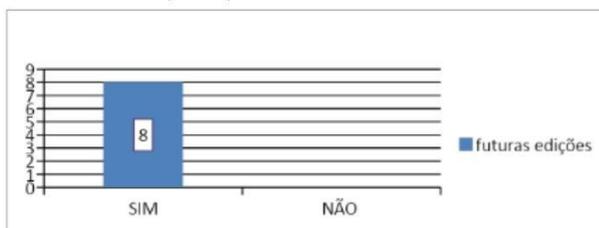


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos resultados postos, é possível constatar um resultado positivo, 100% dos professores afirmam que conseguiriam aplicar os conhecimentos adquiridos na oficina em sua prática profissional cotidiana.

Em síntese, tais resultados demonstram que a maioria dos participantes considera os conhecimentos adquiridos relevantes. Em vista disso, os resultados seguintes são referentes ao interesse por parte dos sujeitos da pesquisa em participar de futuras edições da oficina na escola relacionados à temática violência contra a mulher.

Gráfico 5 – Pretensão em participar de futura oficina sobre violência contra a mulher.



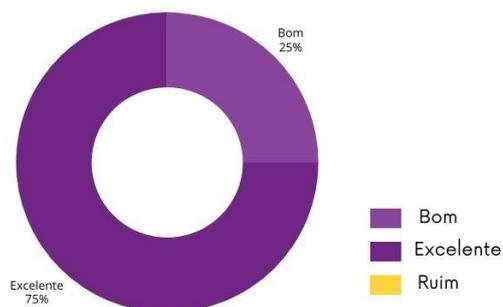
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nos resultados, o percentual de interesse das pessoas em participar de futuras edições da oficina sobre violência contra a mulher alcançou 100%, o que expressa um forte interesse em continuar participando de iniciativas que fomentem o debate sobre um assunto tão importante.

Tais resultados sugerem um alto nível de engajamento e receptividade dos sujeitos da pesquisa pela temática violência contra a mulher, indicando uma demanda significativa por iniciativas educacionais contínuas, como política escolar e de gestão pedagógica por parte da escola e do governo.

Os resultados seguintes trazem o que os professores pensam sobre o conteúdo aplicado:

Gráfico 6 – Sobre o conteúdo apresentado.

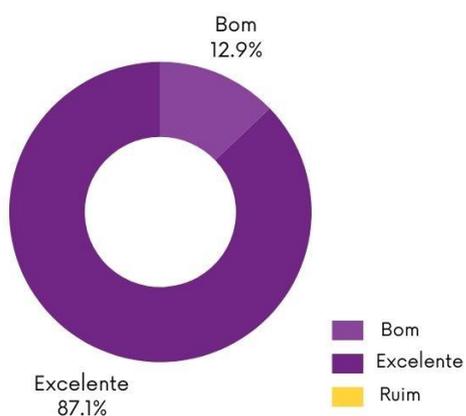


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O nível de satisfação em relação ao conteúdo apresentado na oficina obteve um resultado de 75% avaliando como Excelente e 25% dos participantes considerando Bom, indicando uma resposta positiva em relação aos conteúdos abordados.

Já em relação à estética do material apresentado na oficina, obtivemos:

Gráfico 5 – Pretensão em participar de futura oficina sobre violência contra a mulher.

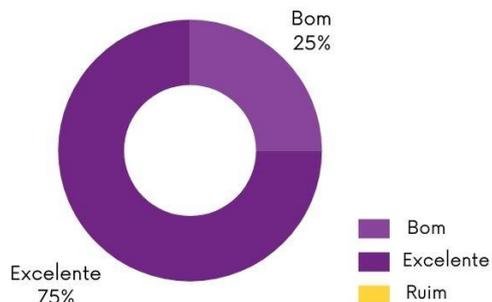


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A estética do material apresentado teve uma satisfação positiva, com 88% dos respondentes afirmando que o material é excelente e 12% confirmando ser um material bom.

Esses dados refletem uma organização de material que também foi avaliada como:

Gráfico 8 – Sobre a organização do material apresentado.



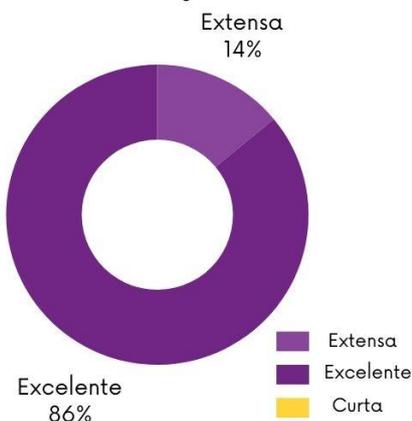
Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A organização do material obteve uma avaliação de 75% considerando-a Excelente e 25% Bom, o que é totalmente positivo.

Na avaliação, inquiriu-se sobre o nível de satisfação em relação à carga horária da oficina, cujo resultado se dispõe a seguir:

Com base nos dados expostos sobre a carga horária ministrada, o nível de satisfação da maioria dos respondentes, representada por 86%, expressou um alto nível de satisfação com a carga horária ministrada; apenas 14% indicaram uma leve insatisfação à extensão da carga horária.

Gráfico 9 – Sobre a carga horária da oficina.



Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Estes dados refletem uma resposta globalmente positiva à oficina como iniciativa instigante e necessária para o debate aberto sobre a violência contra a mulher na escola, já que a grande maioria dos participantes expressou alta satisfação com a oficina, indicando que essa atividade foi bem recebida pelo público-alvo.

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção desta Proposta de Oficina de Leitura de textos literários femininos trazendo o tema violência contra a mulher constitui a materialização de um dos objetivos específicos de uma dissertação de mestrado: sair da atmosfera acadêmica e teórica para adentrar as salas de aula, e contribuir com as relações pedagógicas. Dessa maneira, este material, longe de ser autoritário e normativo, pretende ser útil como sugestão e/ou inspiração para que profissionais da Educação Básica, sobretudo do componente curricular de Língua Portuguesa, possam utilizar a literatura de vozes femininas na sala de aula como uma estratégia para a aplicação das Leis 14.164/21 e 12.874/23. Espera-se, que esse produto educacional possa contribuir com a formação de Professores e, conseqüentemente, de alunas (os) críticos, autônomos e conscientes dos processos sociais, econômicos e históricos. Ao fazer parte do currículo escolar, o tema em questão bem como a prevenção da violência contra a mulher, propiciam aos estudantes a manifestação de seu direito a uma educação emancipadora, verdadeira e de qualidade que visa à conscientização social, tendendo, portanto, a contribuir para uma mudança positiva no sentido de diminuição de casos de violência contra a mulher, sendo este o principal motivo para decidirmos trabalhar a temática aqui explorada. Assim, a leitura de literatura, mediada pelo diário de leitura permite aos alunos ampliar sua compreensão sobre o assunto, dar sua opinião, debater questões importantes usando a linguagem em situações concretas e de interação.

Ademais, iremos encaminhar essa proposta para a Secretaria de Educação do Governo do Estado da Paraíba como forma de contribuir com a Lei 12.874 de 15 de Novembro de 2023 que, em seu art. 2º, diz que "Os professores serão habilitados, por intermédio de procedimentos de formação continuada, a trabalhar com o tema mencionado no artigo anterior, promovendo a transversalidade do mesmo" (sic). Sendo assim, essa proposta pode tornar a educação mais humanizada e poderá ajudar professores a se inspirarem em novas práticas para discutir com os estudantes sobre um tema que é tão essencial nos dias atuais.

13 AUTORIA

KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO

Graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Graduada em Pedagogia pela Uniasselvi; Especialista em EJA (UFPB); Educação Infantil (CINTEP); Gestão, Supervisão e Orientação Escolar (CINTEP) e cursando Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) Campus João Pessoa. Escritora, Docente de Língua Portuguesa e Inglesa com lotação efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Damião - PB. Por ter passado pela violência contra a mulher, dedicou-se a estudar o tema desde 2020 e escreveu dois livros que abordam a temática para ajudar outras mulheres.

Contatos: karina_deoliveira@yahoo.com.br/
instagram: @karinaazevedo__



GIRLENE MARQUES FORMIGA

Doutora na área de Cultura e Literatura (2009), Mestra em Letras na área de Linguagem e Ensino (2004) e Licenciada em Letras, pela Universidade Federal da Paraíba. É também Especialista em Educação Tecnológica pela UFPB (2001) e em Gestão em Educação a Distância pelo IFPR (2016). Bacharela em Direito pela UFPB (1994). Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. É docente na Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, orientando pesquisas principalmente na área de Ensino e Literatura. É líder do grupo de pesquisa LLEF - Leitura, Literatura, Ensino e Processos Formativos (CNPq/IFPB) e integra o Grupo de Pesquisa Tecnologias colaborativas no ensino e redes aprendentes na educação profissional (CNPq/IFPB).





JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS

Doutor em Educação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Professor do Instituto Federal da Paraíba (IFPB - Campus João Pessoa). Tem interesse em eixos, como educação, racionalidade, gênero, ensino, gestão, informação, comunicação, articulados às nuances da sociedade em rede. É professor titular do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFPB), e por dez anos foi professor colaborador do Programa de Pós-graduação Gestão em

Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (PPGOA/UFPB). É líder do Grupo de Pesquisa "Tecnologias colaborativas no ensino e redes aprendentes na educação profissional" (IFPB/CNPq), e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (LogunGen). Atualmente, é Coordenador de Pesquisa no Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos (DIPPED/IFPB), Campus João Pessoa.

14 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Karina de Oliveira. **Até me encontrar**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

BATALHA Martha. **A vida invisível de Eurídice Gusmão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRONCKART, Jean-Paul Michel. Prefácio. In: MACHADO, Anna Rachel. **O diário de leituras**: A introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

COLASANTI, Marina. **Contos de Amor Rasgados**. São Paulo: Círculo do livro, 1986.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Contexto, 2014.

DALCASTAGNÈ, Regina. Ilusão e referencialidade: tendências da narrativa brasileira contemporânea. **Signótica**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 125-141, 2007b. DOI: 10.5216/sig.v19i1.2848. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/2848>. Acesso em: 27 fev. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise N. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI, B. A.; **Formação de professores**: condições e problemas atuais. Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 1, p. 161-171, 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LISPECTOR Clarice. A Língua do P. In. LISPECTOR, Clarice. **A Via Crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MACHADO, Anna Raquel. **O diário de leituras: A introdução de um novo instrumento na escola.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Anna Raquel. Diário de Leituras: a construção de diferentes diálogos em sala de aula. In: **Linha d'água**, v. 18, n° 1, pp.61-80. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RAMOS, M. **História e política da educação profissional.** 1 ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ROUXEL, Annie. Ensino da Literatura: experiência estética e formação do leitor. In: ALVES, José Hélder Pinheiro. (org.). Memórias da Borborema 4. Campina Grande: **Abralic**, 2014. p.19-35. Disponível em: <https://abralic.org.br/downloads/livros-produzidos-pela-gestao/04-MEMORIAS-DA-BORBOREMA.pdf>. Acesso em 13 ago. 2023.

ROUXEL, Annie. Apropriação singular das obras e cultura literária. In: Rouxel, A.; Langlade, G.; Rezende, N. L. (org.). **Leitura subjetiva e ensino de literatura.** Tradução de Amaury C. Moraes et al. São Paulo: Alameda, 2013b.

ROUXEL, Annie. O advento dos leitores reais. In: Rouxel, Annie; Langlade, Gerárd; Rezende, Neide Luzia de (org.). **Leitura Subjetiva e ensino de Literatura.** Coordenação de 92 edição brasileira Neide Luzia Rezende. Tradução Amaury C. Moraes et al. São Paulo, Alameda, 2013.

ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? Tradução Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira. **Cadernos de Pesquisa.** v. 42, n. 145, p. 272-283. jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/15.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TELLES, Lygia Fagundes. "Venha ver o pôr do sol". In: Telles, Lygia Fagundes. **Antes do baile verde.** 16. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 123-131.

SITES:

<https://www.miradajanela.com/2021/08/artemisia-vozes-de-libertacao.html>. Acesso: 09 fev. 2024 às 15h00

<https://www.youtube.com/watch?v=6JDaygqls3k>

<https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2023/novembro/diario-oficial-15-11-2023-ass.pdf>. Acesso: 09 fev.2024 às 17h26

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm. Acesso: 09 fev. às 17h40

APÊNDICE I
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)
Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Mestranda: Karina de Oliveira Azevedo

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA OFICINA: EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A LITERATURA É A (COLHER).

Este questionário de avaliação é referente ao Produto Educacional, estruturado como Oficina, intitulado Em violência contra a mulher, a literatura é (a)colher, ministrada por Karina de Oliveira Azevedo, discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba (ProfEPT/IFPB).

- 1 - Como você avalia a forma como os temas foram APRESENTADOS, considerando a **DIDÁTICA** e a **CLAREZA** durante a Oficina?
 (Em uma escala de 1 a 5. Onde 1 é péssimo e 5 excelente)

OFICINA	
CONTEÚDOS	PRÁTICA
(1)	(1)
(2)	(2)
(3)	(3)
(4)	(4)
(5)	(5)

- 2 - Qual o momento da Oficina que você mais gostou?

Apresentação dos conteúdos
 A parte prática relacionada ao diário de leitura

- 3 - O material usado na Oficina (textos, vídeo, música, slide...) podem ser **REPLICADOS** em sala de aula?

Sim Não

- 4 - Você consegue identificar a **APLICABILIDADE** dos conhecimentos adquiridos durante a Oficina em sua vida?

Sim Não Parcialmente



5 - Você teria interesse em participar de **FUTURAS EDIÇÕES** da Oficina na Escola sobre a violência contra a mulher?

Sim Não

6 - Sobre o **CONTEÚDO** apresentado:

Bom Ruim Excelente

7 - Sobre a **ESTÉTICA** do material apresentado:

Bom Ruim Excelente

8 - Sobre a **ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL** apresentado:

Bom Ruim Excelente

9 - Sobre a **CARGA HORÁRIA** da oficina (08h), você considera que foi:

Extensa Curta Excelente

10 - Caso queira, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer comentário ou sugestão no espaço abaixo:

Muito obrigada!!!



TEXTOS UTILIZADOS NA OFICINA

LEI Nº 12.874 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Institui a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher, no âmbito do Estado da Paraíba. Dispõe sobre a inclusão do tema: "Prevenção da violência contra a mulher" como conteúdo transversal no currículo escolar das escolas públicas no estado da Paraíba e dá outras providências.

Link: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2023/novembro/diario-oficial-15-11-2023-ass.pdf>.

LEI Nº 14.164, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Altera a lei nº 9.394 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da Educação básica, e institui a semana escolar de combate à violência contra a mulher.

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm

PARA QUE NINGUÉM A QUISESSE - MARINA COLASANTI

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as jóias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos. Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela. Esquiva como um gato, não mais atravessava praças. E evitava sair. Tão esquiva se fez, que ele foi deixando de ocupar-se dela, permitindo que fluísse em silêncio pelos cômodos, mimetizada com os móveis e as sombras. Uma fina saudade, porém, começou a alinhar-se em seus dias. Não saudade da mulher. Mas do desejo inflamado que tivera por ela. Então lhe trouxe um batom. No outro dia um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos. Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas, nem pensava mais em lhe agradar. Largou o tecido numa gaveta, esqueceu o batom. E continuou andando pela casa de vestido de chita, enquanto a rosa desbotava sobre a cômoda.

In: Colasanti, Marina. Contos de amor rasgados. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 111-2

BELINHA - IARANDA BARBOSA

Que saudade de Belinha. A gente brincava o dia todinho e dizia que era gêmeas separadas, igual às torres onde a gente morava. Bora, Belinha, lá pra cobertura ficar olhando o rio, o mangue, o mar, a ponte, o shopping, os prédios pequenos, as casinhas quadradinhas em cima de uns pedaços de pau. O pessoal chama de palafita, um nome engraçado, e que na nossa brincadeira era quatro palitos colados numa caixa de fósforo. Nos contos de fadas só podia existir uma princesa para cada torre, eu gritei primeiro que era a Rapunzel porque minha mãe fazia uma trança bem grande no meu cabelo. Belinha sempre foi princesa porque assim era como o pai chamava ela. Minha princesa. A princesa Bela não podia ser outra porque na casa dela tinha a Fera. Quando o pai dela entrava no quarto pra dar um copo de leite e contar histórias pra dormir, a vista de Bela tremia, ela ficava com sono e não sabia se era sonho, pesadelo ou realidade quando a Fera colocava ela no braço pra dançar. Mas ardia quando a Fera ajeitava o forro do vestido. Era segredo. Bela me contou. No parquinho do condomínio, quando a gente brincava no balanço, vi uma mancha na perna de Bela. Hematoma. Ela me disse. Outro nome engraçado. Agora era palafita e hematoma. Igual a trombadinha. Assim a mãe de Bela chamava os meninos lá do Cais de Santa Rita. Igual a mentecapto e pernóstico. Esses daí eu ouvi a minha mãe falar com o pai de Bela, mas não sei o que é. Eu acho que é alguém que mente e tem perna grande. O hematoma de Belinha era outro segredo. A Fera disse que ela não podia contar para ninguém. Mas aí apareceu outro nas costas e outro no braço e outro na barriga e eu não podia ir mais na casa de Bela nem ela na minha. E ninguém disse por quê. Só que tava proibido. Pro-i-bi-do, entendeu? Só podem brincar no parquinho comigo ou com a babá. E eu balancei a cabeça pra minha mãe, obedecendo. Agora pronto! A gente não pode mais ver as palafitas nem o mar nem o rio nem o mangue nem a ponte nem o shopping nem os prédios pequenos só por causa de um hematoma.

Belinha chegou no parquinho muito triste. Quando eu dei um abraço ela estava quente. Peguei ela pela mão pra gente se balançar ou brincar na gangorra. Ela disse que não podia. Então bora pro escorrego eu vou primeiro e te espero lá embaixo. Desci na maior velocidade e esperei minha amiga sentada na areia. Belinha subiu e ficou em pé lá no alto. O cabelo voando parecia que ia enganchar nas nuvens, o azul do céu se misturou com o azul do olho dela. Ela sorriu me mostrando a janelinha dos dentes de leite. Deve ter colocado embaixo do travesseiro. Belinha sentou, escorregou e caiu ao meu lado com os olhos fechados, deixando no escorrego uma mancha vermelha.

Agora eu acho que Belinha virou outra princesa. A Bela Adormecida. Porque ela estava deitada, muito pálida, arrodada de flores, com um vestidinho branco. Queria que o príncipe chegasse logo, mas ele não chega. Nem ele nem a Fera nem a fada nem ninguém que faça minha amiga acordar. Não sei pra onde levaram Belinha. Acho que ela foi pra um reino encantado.

In: <https://www.miradajanela.com/2021/08/artemisia-vozes-de-libertacao.html>

MARIA DA VILA MATILDE CANÇÃO DE ELZA SOARES

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito péguix
Eu quero ver você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cadê meu celular? Eu vou ligar pro oito zero
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito péguix
Eu quero ver você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

E quando o samango chegar
Eu mostro o roxo no meu braço
Entrego teu baralho teu bloco de pule teu dado chumbado
Ponho água no bule
Passo e ainda ofereço um cafezin'
'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar

Eu solto o cachorro
 E, apontando pra você
 Eu grito péguix guix guix guix
 Eu quero ver você pular, você correr
 Na frente dos vizinhos
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

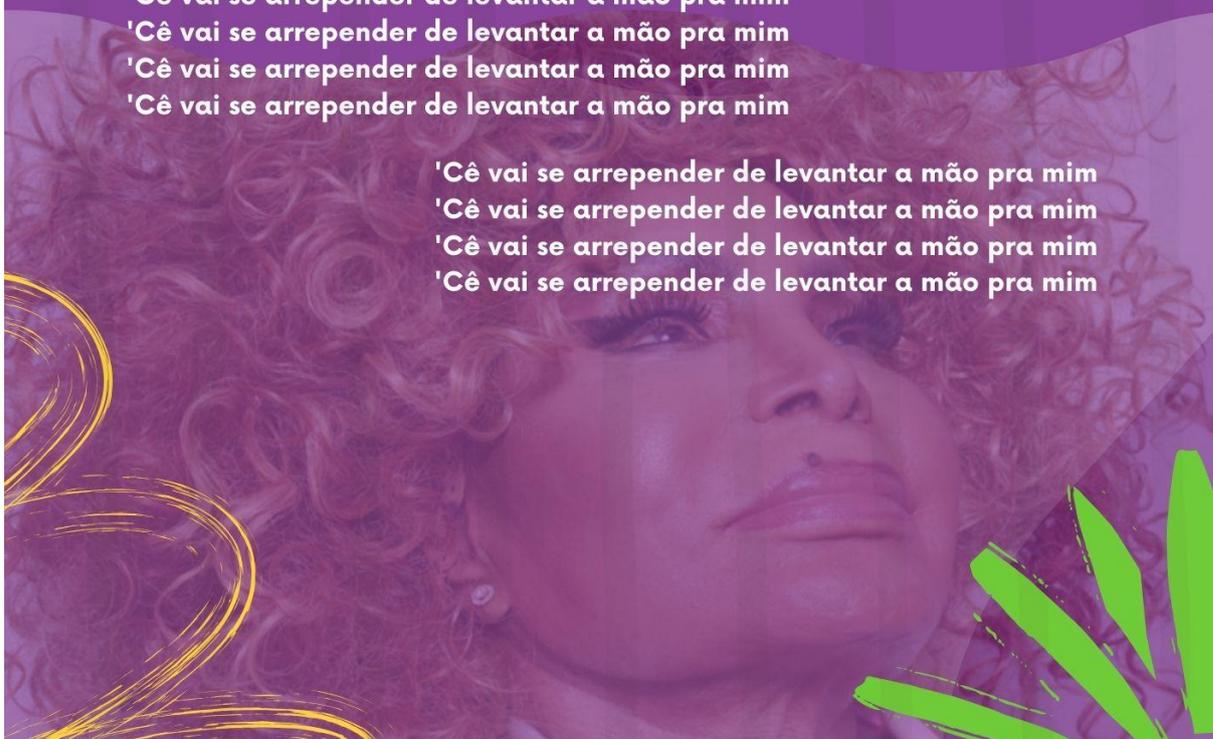
E quando tua mãe ligar
 Eu capricho no esculacho
 Digo que é mimado que é cheio de dengo mal acostumado
 Tem nada no quengo
 Deita, vira e dorme rapidin'
 'cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

Mão, cheia de dedo
 Dedo, cheio de unha suja
 E pra cima de mim? Pra cima de muá? Jamé, mané

'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim

'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 'Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim



**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(PAIS DOS ALUNOS)**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

Prezados pais ou tutor (a):

Solicito a autorização para a participação de seu/sua filho (a)/ tutorado (a) em uma pesquisa intitulada “As falas silenciadas explodem”: A literatura contra a violência de gênero, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Karina de Oliveira Azevedo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Marques Formiga e o Coordenador Drº José Washington de Moraes Medeiros. O objetivo geral da pesquisa é desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB e Identificar a tematização da “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada.

Solicitamos a colaboração dos discentes a participarem do questionário. Também solicitamos a autorização para uso de recursos audiovisuais se precisarmos fazer uma entrevista, também para usar esse material e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. . Ao final do estudo, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que essa pesquisa oferece risco à saúde física ou mental, podendo causar desconforto se acionado algum gatilho, bem como causar desconforto o discente não saiba

responder alguma pergunta da entrevista ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal e se algum discente tiver algum gatilho pela temática ser forte, neste caso se houver necessidade poderá entrar em contato imediato conosco pelo contato deixado neste termo para encaminharmos ao psicólogo da IFPB ou mesmo um particular.

Esclarecemos que a participação do discente é voluntária e, portanto, seu/sua filho (a)/tutorado (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esclarecemos, ainda, que o presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido e esta pesquisa estão de acordo com o que preconiza a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em situações contempladas por essa resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

E por fim, a pesquisa pronta, faremos a devolutiva do estudo para os participantes entregando o resultado através de um resumo em forma de relatório que será encaminhado através do e-mail que será solicitado no questionário, este e-mail será encaminhado via mala direta com cópia oculta, garantindo que a distribuição coletiva dos resultados preserve o sigilo de todos os participantes, bem como enviaremos no mesmo e-mail o link do repositório onde constará a dissertação completa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o (a) senhor (a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

A participação de seu/sua filho (a) /tutorado (a) é muito importante, pois trará contribuição em relação ao tema abordado tanto para os participantes do estudo como também para o ensino e a pesquisa.

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a participação do meu/minha filho (a) neste estudo. Além disso, estou ciente que ele (a) receberá, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização dos dados referentes à participação dele (a) em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a sua identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do pai/mãe ou responsável

Nome do(a) aluno(a) participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Karina de Oliveira Azevedo, telefone (83) 9188-9945, e-mail: karina.azevedo@academico.ifpb.edu.br

**APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
(MENOR)**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

Prezados discentes,

Gostaria de convidar você para participar de uma pesquisa intitulada “As falas silenciadas explodem”: A literatura contra a violência de gênero, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Karina de Oliveira Azevedo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Marques Formiga e o Coorientador Drº José Washington de Moraes Medeiros. O objetivo geral da pesquisa é desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB e Identificar a tematização da “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada.

Solicitamos a colaboração dos discentes a participarem do questionário. Também solicitamos a autorização para uso de recursos audiovisuais se precisarmos fazer uma entrevista, também para usar esse material e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Ao final do estudo, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que essa pesquisa oferece risco à saúde física ou mental, podendo causar desconforto ou ser acionado gatilho, bem como causar desconforto caso o discente não saiba

responder alguma pergunta da entrevista ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal e se algum discente tiver algum gatilho pela temática ser forte, neste caso se houver necessidade poderá entrar em contato imediato conosco pelo contato deixado neste termo para encaminharmos ao psicólogo da IFPB ou mesmo um particular.

Esclarecemos que a participação do discente é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Esclarecemos, ainda, que o presente termo de Assentimento Livre e Esclarecido e esta pesquisa estão de acordo com o que preconiza a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em situações contempladas por essa resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

E por fim, a pesquisa pronta, faremos a devolutiva do estudo para os participantes entregando o resultado através de um resumo em forma de relatório que será encaminhado através do e-mail que será solicitado no questionário, este e-mail será encaminhado via mala direta com cópia oculta, garantindo que a distribuição coletiva dos resultados preserve o sigilo de todos os participantes, bem como enviaremos no mesmo e-mail o link do repositório onde constará a dissertação completa.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o (a) senhor (a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a minha participação neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização

dos dados referentes à minha participação em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a minha identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante menor de idade

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Karina de Oliveira Azevedo, telefone (83) 9188-9945, e-mail: karina.azevedo@academico.ifpb.edu.br

**APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(MAIORES)**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

Prezados discentes,

Gostaria de convidar você para participar de uma pesquisa intitulada “As falas silenciadas explodem”: A literatura contra a violência de gênero, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Karina de Oliveira Azevedo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Marques Formiga e o Coorientador Drº José Washington de Moraes Medeiros. O objetivo geral da pesquisa é desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB e Identificar a tematização da “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada.

Solicitamos a colaboração dos discentes a participarem do questionário. Também solicitamos a autorização para uso de recursos audiovisuais se precisarmos fazer uma entrevista usar esse material e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Ao final do estudo, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que essa pesquisa oferece risco à saúde física ou mental, podendo causar desconforto ou ser acionado algum gatilho, bem como causar desconforto caso o discente não

saiba responder alguma pergunta da entrevista ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal e se algum discente tiver algum gatilho pela temática ser forte, neste caso se houver necessidade poderá entrar em contato imediato conosco pelo contato deixado neste termo para encaminharmos ao psicólogo da IFPB ou mesmo um particular.

Esclarecemos que a participação do discente é voluntária e, portanto, você não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esclarecemos, ainda, que o presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido e esta pesquisa estão de acordo com o que preconiza a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em situações contempladas por essa resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

E por fim, a pesquisa pronta, faremos a devolutiva do estudo para os participantes entregando o resultado através de um resumo em forma de relatório que será encaminhado através do e-mail que será solicitado no questionário, este e-mail será encaminhado via mala direta com cópia oculta, garantindo que a distribuição coletiva dos resultados preserve o sigilo de todos os participantes, bem como enviaremos no mesmo e-mail o link do repositório onde constará a dissertação completa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o (a) senhor (a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a minha participação neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização

dos dados referentes à minha participação em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a minha identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Nome do participante

Assinatura da pesquisadora responsável

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Karina de Oliveira Azevedo, telefone (83) 9188-9945, e-mail: karina.azevedo@academico.ifpb.edu.br

**APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(DOCENTES)**

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa”.

Prezados docentes,

Gostaria de convidar você para participar de uma pesquisa intitulada “As falas silenciadas explodem”: A literatura contra a violência de gênero, que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Karina de Oliveira Azevedo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Campus João Pessoa, sob a orientação da Profa. Dra. Girlene Marques Formiga e o Coorientador Drº José Washington de Moraes Medeiros. O objetivo geral da pesquisa é desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB e Identificar a tematização da “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral. Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada.

Solicitamos a colaboração dos senhores para responderem a um questionário e participarem da entrevista (se for selecionado). Também solicitamos a autorização para o uso de recursos audiovisuais quando da realização da entrevista se necessário for para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos participantes serão mantidos em sigilo absoluto. Ao final do estudo, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos cinco anos, conforme resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que essa pesquisa oferece riscos à saúde física ou mental, podendo causar desconforto ou ser acionado algum gatilho, bem como causar desconforto se o (a) professor (a) não souber responder alguma pergunta da entrevista ou de ter sua identidade pessoal vinculada aos resultados da pesquisa. Porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal e se algum professor (a) tiver algum gatilho pela temática ser forte, neste caso se houver necessidade poderá entrar em contato imediato conosco pelo contato deixado neste termo para encaminharmos ao psicólogo da IFPB ou mesmo um particular.

Esclarecemos que a participação do (a) professor (a) é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esclarecemos, ainda, que o presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido e esta pesquisa estão de acordo com o que preconiza a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Em situações contempladas por essa resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução 466/2012 do (CNS).

E por fim, a pesquisa pronta, faremos a devolutiva do estudo para os participantes entregando o resultado através de um resumo em forma de relatório que será encaminhado através do e-mail que será solicitado no questionário, este e-mail será encaminhado via mala direta com cópia oculta, garantindo que a distribuição coletiva dos resultados preserve o sigilo de todos os participantes, bem como enviaremos no mesmo e-mail o link do repositório onde constará a dissertação completa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEPIFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o (a) senhor (a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br
Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h

Declaro que fui informado dos objetivos e relevância da pesquisa proposta e estou ciente de como será a minha participação neste estudo. Além disso, estou ciente que receberei, por e-mail, uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizo a utilização dos dados referentes à minha participação em publicações e /ou eventos científicos, desde que seja preservada a minha identificação.

_____, ____ de _____ de _____

Nome do (a) professor (a) participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar ou enviar e-mail para a pesquisadora: Karina de Oliveira Azevedo, telefone (83) 9188-9945, e-mail: karina.azevedo@academico.ifpb.edu.br

**APÊNDICE F – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS –
QUESTIONÁRIO (DISCENTE)**

TÍTULO DA PESQUISA: “As falas silenciadas explodem”: A LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Pesquisa de responsabilidade de Karina de Oliveira Azevedo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT sob a orientação da Prof^a Dr^a Girlene Marques Formiga e o Coorientador: Prof^o Dr. José Washington de Moraes Medeiros.

Prezado participante!

Este é um convite para você participar de uma pesquisa que apresenta como objetivo geral Desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB.

Esclarecemos que a presente pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP) e está de acordo com o que preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguramos, portanto, que sua privacidade será preservada e a sua identificação mantida em sigilo.

Ressaltamos que este questionário é composto por três blocos de perguntas que você poderá responder em poucos minutos. As perguntas disponíveis neste instrumento de coleta de dados são referentes à: I) Identificação; II) A violência de gênero na ECIT José Luiz Neto e III) Criação de uma sequência didática de leituras de contos.

Assim, sua participação é de extrema relevância e contribuirá para construção de uma Sequência Didática de leitura de contos: Em violência contra a mulher a literatura é “a colher”, que poderá ser aplicada nas Escolas integrais de Ensino Médio.

Caso concorde em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração.

01	Endereço de e-mail:
02	Confirme se aceita participar da pesquisa: () Sim () Não

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

03	Sexo: () Masculino () Feminino () Outro _____
04	Faixa Etária: () Entre 14 a 16 anos () Entre 16 a 19 anos () Entre 20 a 22 anos () Superior a 23 anos

PARTE II - A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ECIT JOSÉ LUIZ NETO

05	<p>Em suas aulas na ECIT José Luiz Neto, você já estudou sobre a temática: violência contra a mulher? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
06	<p>Se positivo para a questão anterior, assinale a alternativa que melhor representa a disciplina que abordou o tema: (Você pode marcar mais de uma disciplina se necessário): <input type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> Arte <input type="checkbox"/> Educação Física <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> Filosofia <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Sociologia <input type="checkbox"/> Biologia <input type="checkbox"/> Química <input type="checkbox"/> Outra disciplina _____</p>
07	<p>Você já presenciou alguma situação de violência contra a mulher? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
08	<p>Qual foi o tipo de violência? <input type="checkbox"/> Violência física <input type="checkbox"/> Violência psicológica <input type="checkbox"/> Violência moral <input type="checkbox"/> Violência sexual <input type="checkbox"/> Violência patrimonial</p>
09	<p>Você poderia relatar a situação vivenciada? (Exemplos de perguntas norteadoras: “Como aconteceu?” “Como você se sentiu?” “Como foi resolvido o caso?”</p>
10	<p>Em qual série essa temática foi abordada?</p>

PARTE III - CRIAÇÃO DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA DE LEITURAS DE CONTOS COM O TEMA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

11	<p>Em sua opinião, é importante discutir sobre o tema Violência contra mulher na escola? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Justifique sua resposta:</p>
12	<p>Você conhece algum texto da literatura que tematizam a Violência contra as mulheres? Cite-o:</p>
13	<p>Como você acha que a temática Violência contra a mulher deve ser trabalhada na escola?</p>

**APÊNDICE G – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO
(DOCENTE)**

TÍTULO DA PESQUISA: “As falas silenciadas explodem”: A LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Pesquisa de responsabilidade de Karina de Oliveira Azevedo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT sob a orientação da Prof^a Dr^a Girlene Marques Formiga e o Co-orientador: Prof^o Dr. José Washington de Moraes Medeiros.

Prezado participante!

Este é um convite para você participar de uma pesquisa que apresenta como objetivo geral Desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB.

Esclarecemos que a presente pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP) e está de acordo com o que preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguramos, portanto, que sua privacidade será preservada e a sua identificação mantida em sigilo.

Ressaltamos que este questionário é composto por três blocos de perguntas que você poderá responder em poucos minutos. As perguntas disponíveis neste instrumento de coleta de dados são referentes à: I) Identificação; II) A violência de gênero na ECIT José Luiz Neto e III) Criação de uma sequência didática de leituras de contos.

Assim, sua participação é de extrema relevância e contribuirá para construção de uma Sequência Didática de leitura de contos: Em violência contra a mulher a literatura é “a colher”, que poderá ser aplicada nas Escolas integrais de Ensino Médio.

Caso concorde em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração.

1	Endereço de e-mail:
2	Confirme se aceita participar da pesquisa: () Sim () Não

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

3	Sexo: () Masculino () Feminino () Outro _____
4	Faixa Etária: () Entre 20 e 29 () Entre 30 e 39 () Entre 40 e 49 () Entre 50 e 59 () Superior a 60
5	Cite a sua graduação acadêmica:

6	Qual a sua maior formação acadêmica: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado
7	Há quantos anos você possui vínculo institucional, como docente na ECIT José Luiz Neto? () Menos de 3 anos () Entre 3 e 6 anos () Entre 7 e 10 anos () Entre 11 e 15 anos () Superior a 15 anos

PARTE II - A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ECIT JOSÉ LUIZ NETO

8	Você já estudou algum componente curricular ou realizou curso, treinamento ou capacitação sobre a violência contra a mulher? () Sim () Não
9	Se positivo para a questão anterior, assinale a alternativa que melhor representa o momento de aquisição de conhecimentos sobre a temática Violência contra a mulher. (Admite-se mais de uma resposta, caso necessário). () Graduação () Capacitação () Congresso, workshop ou Simpósio. () Atual ambiente de trabalho () Antigo ambiente de trabalho () Outros
10	Na ECIT José Luiz Neto, há realização de prevenção de violência contra a mulher? Se sua resposta for sim, detalhe a ação.
11	Em suas aulas, na ECIT José Luiz Neto, você aborda o tema Violência contra a mulher? () Sim () Não
12	Você se sente preparado para ministrar em suas aulas o tema Violência contra a mulher? () Sim () Não
13	Você já presenciou alguma situação de violência contra a mulher? () Sim () Não
14	Qual foi o tipo de violência? () Violência física () Violência psicológica () Violência moral () Violência sexual () Violência patrimonial
15	Você poderia relatar a situação vivenciada? (Exemplos de perguntas norteadoras: “Como aconteceu?” “Como você se sentiu?” “Como foi resolvido o caso?”)

PARTE III - CRIAÇÃO DE UMA PROPOSTA DIDÁTICA DE LEITURAS DE CONTOS COM O TEMA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

17	Em sua opinião, é importante a discussão do tema Violência contra mulher para alunos de Ensino Médio? () Sim () Não Justifique sua resposta:
-----------	--

18	De que forma o tema poderia ser abordado na escola/sala de aula?
19	Você conhece textos da literatura que tematizam a violência contra mulheres? Cite-o:

APÊNDICE H - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS –**ENTREVISTA****ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE
PORTUGUÊS/LITERATURA****Dados de identificação:**

Código de identificação _____

Assinatura da pesquisadora _____

Dados Relativos à formação:

Formação: _____

Roteiro

01) A respeito dos documentos normativos e legais que regem a escola (BNCC, PP, Planos de ensino), como orientam a abordagem da leitura literária envolvendo o tema violência contra a mulher?

02) Que textos da literatura com a temática violência contra a mulher foram trabalhados em sala?

03) Como docente de Língua Portuguesa (Ensino Médio), em sua opinião, o currículo e o conteúdo de ensino do referido componente deveriam abordar “violência contra a mulher”?

Justifique sua resposta:

04) Na sua visão, de que maneira a literatura pode ajudar a prevenir a violência contra mulher?

05) Em sua opinião, que instrumento didático lhe auxiliaria a ministrar/incluir suas aulas com o tema Violência contra mulher?

06) Que outras considerações você pode registrar sobre o tema, a partir de sua experiência docente?

**APÊNDICE I – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA
PROFESSORA P01**

Entrevistadora: A respeito dos documentos normativos e legais que regem a escola (BNCC, PP, Planos de ensino), como orientam a abordagem da leitura literária envolvendo o tema violência contra a mulher?

PROFESSORA P01: Após a abordagem de 2023 da PNLD que incentiva a retirada de trechos e discursos em livros que destacam negativamente a figura da mulher na sociedade. Diante disso já acontecia na sala de aula através dos debates que ocorriam principalmente nas datas voltadas para a temática.

Entrevistadora: Que textos da literatura com a temática violência contra a mulher foram trabalhados em sala?

PROFESSORA P01: Nesta instituição, em particular, ainda não foram trabalhadas obras literárias específicas, porém em outras oportunidades foram trabalhadas Lygia Fagundes Telles, venha ver o pôr do sol.

Entrevistadora: Como docente de Língua Portuguesa (Ensino Médio), em sua opinião, o currículo e o conteúdo de ensino do referido componente deveriam abordar “violência contra a mulher”? Justifique sua resposta:

PROFESSORA P01: Sim, devido ao grande déficit existente nas séries do ensino médio, não só na leitura como em outras áreas do conhecimento, vendo isso, todo e qualquer conteúdo/assunto deve ser trabalhado e debatido para haver uma apropriação de conhecimento e assim ser mais abrangente em todos os percursos tanto de leitura como de escrita, e quando usamos assuntos de cotidiano, sejam eles bons ou não, sempre contribuem para esse aprendizado.

Entrevistadora: Na sua visão, de que maneira a literatura pode ajudar a prevenir a violência contra mulher?

PROFESSORA P01: Promovendo conhecimento através dos “contos”, para que os alunos percebam a necessidade de identificar caso haja necessidade,

Entrevistadora: Em sua opinião, que instrumento didático lhe auxiliaria a ministrar/incluir suas aulas com o tema Violência contra mulher?

PROFESSORA P01: Acredito que a didática utilizada fala muito sobre a aplicação de uma aula ou tema ministrado, por isso, dependendo do assunto e da turma poucos instrumentos seriam necessários, um data show.

Entrevistadora: Que outras considerações você pode registrar sobre o tema, a partir de sua experiência docente?

PROFESSORA P01: Um tema excepcionalmente necessário para ser abordado atualmente, nesse caso precisamos que as meninas compreendam que todo tipo de relacionamento tóxico, seja ele qual for, precisa identificar se está ou não sofrendo uma violência.

APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Caros Docentes,

Estamos aplicando o questionário para avaliar a Proposta Didática: Cartilha. Solicitamos que responda as questões abaixo sobre a sua percepção da Proposta Didática para nos ajudar a melhorá-la. Todos os dados são coletados anonimamente e somente serão utilizados no contexto desta pesquisa. Agradecemos a sua colaboração preenchendo esse formulário.

Karina de Oliveira Azevedo (Mestranda)

Profa.Dr^a Girlene Marques Formiga (Orientadora)

Prof^o Dr^o José Washington de Moraes Medeiros (Coorientador)

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

1–Após analisar o produto educacional, você encontrou alguma possível dificuldade de aplicação na prática docente?

() Sim

() Não

() Talvez

2– O produto educacional apresenta alguma imagem/ilustração/expressão considerada ofensiva?

() Sim

() Não

3 – Caso tenha respondido sim na questão anterior, cite a imagem/ilustração/expressão ofensiva encontrada:

4– As questões apresentadas no questionário diagnóstico do produto educacional contemplam o objetivo de contribuir para formar o perfil do leitor de uma turma de 3º ano do ensino médio?

() Sim

() Não

() Sim. Porém, com alguns ajustes.

5 – A linguagem utilizada nas questões do questionário diagnóstico do produto educacional é compreensível para o público alvo?

Sim

Não

Parcialmente

6 – Como docente da ECIT José Luiz Neto, você considera que o produto educacional poderá ser utilizado no âmbito da Instituição e nas redes estaduais?

Sim

Não

Talvez

7– Você adotaria a utilização do produto educacional em sua prática pedagógica?

Sim

Não

Talvez

8 – Você acredita que o produto educacional contribuirá para as práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa e também para a prevenção da violência de gênero na escola?

Sim

Não

Talvez

9 – Os critérios de avaliação propostas na Sequência Didática está condizente a proposta do produto?

Sim Não

10 – As ementas e conteúdos estão propostos são adequados aos propósitos do produto educacional?

Sim Não

Parecer Técnico do Especialista

Após a avaliação de todos os itens presente neste instrumento, emita um parecer técnico, de forma justificada, quanto à viabilidade e aplicabilidade deste Produto Educacional.

[Tópicos de orientação]: Quais os pontos fortes da Sequência didática? Há pontos que são passíveis de melhorias e ajustes? Comentários adicionais sobre a importância que a sequência didática traz a respeito da violência contra a mulher? Você indicaria essa sequência para

algum (a) docente?

APÊNDICE K – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Quadro 3 - Cronograma de atividades (Ano 2023)

ATIVIDADES	DATAS	
	INICIAL	FINAL
Identificação da Etapa		
Desenvolvimento da Pesquisa	01/01/2023	30/06/2023
Aplicação dos questionários	10/10/2023	20/10/2023
Aplicação da Entrevista com a professora de Português	30/10/2013	30/10/2023
Pesquisa bibliográfica e documental	01/01/2023	31/03/2023
Análise dos dados obtidos	21/10/2023	30/11/2023
Redação do trabalho	01/05/2023	01/06/2023
Qualificação	16/06/2023	16/06/2023
Elaboração do Produto	15/02/2024	15/04/2024
Aplicação do Produto Educacional (Oficina)	16/05/2024	16/05/2024
Avaliação do Produto pelos professores	16/05/2024	16/05/2024
Revisão do Produto	17/05/2024	17/06/2024
Revisão/Conclusão do trabalho	17/06/2024	20/08/2024
Entrega da dissertação	25/08/2024	25/08/2024
Defesa da dissertação	25/10/2024	25/10/2024
Ajustes da versão final	26/10/2024	30/10/2024

Fonte: Autoria própria (2023)

APÊNDICE L – CRONOGRAMA FINANCEIRO

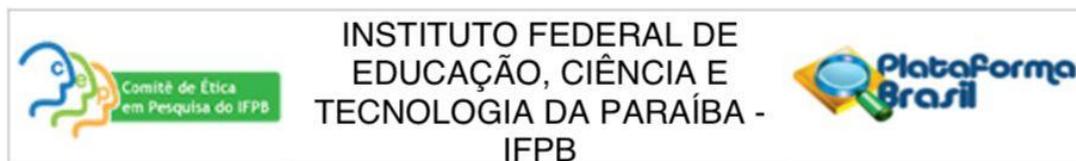
CRONOGRAMA FINANCEIRO

Quadro4: Cronograma financeiro

		ORÇAMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	VALOR EM REAIS (R\$)
1	Encadernação	Custeio	-	R\$ 300,00
2	Cartuchos de tinta para impressora	Custeio	04	R\$ 250,00
3	Contratação de revisor	Custeio	-	R\$ 2.000,00
4	Resma de papel ofício A4	Custeio	04	R\$ 120,00
5	Psicóloga	Custeio	01	R\$ 1.302,00
TOTAL				R\$ 3.972,00

Fonte: autoria própria (2023)

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: “As falas silenciadas explodem”: A LITERATURA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pesquisador: KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 67048722.8.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.454.192

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem o objetivo de desenvolver práticas de leitura de Literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB e Identificar a tematização da “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral.

Pretendemos, com este trabalho, contribuir com o aprimoramento e/ou inovações dessas práticas educativas, visando à conscientização social, a formação proativa dos discentes e, conseqüentemente, uma mudança positiva no sentido da diminuição dos casos de violência contra a mulher; os resultados que se desejam alcançar são que a pesquisa contribuirá para o aprimoramento das estratégias de ensino no que tange à temática abordada, tendo em vista que o docente terá acesso, no futuro, à Proposta de Ensino que será elaborada.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Desenvolver práticas de leitura de Literária sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, com estudantes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração, da Escola

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.454.192

Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS:

- Identificar nos documentos oficiais a tematização “violência de gênero” / “violência contra a mulher” no cenário da formação integral.
- Averiguar ações educativas que situem a reflexão sobre a violência contra a mulher no contexto escolar.
- Desenvolver uma proposta didática de leitura de contos sobre o fenômeno histórico e sociocultural “violência contra a mulher”, nas aulas de Língua Portuguesa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

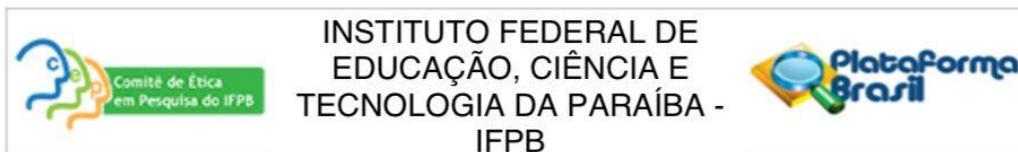
RISCOS:

Os únicos riscos que podemos detectar são o desconforto caso o (a) professor (a) ou aluno (a) possa sentir se não souber responder alguma pergunta do questionário e entrevista, porém, garantimos total esclarecimento das perguntas e total sigilo dos nomes dos pesquisados, pois em nenhum momento será divulgado qualquer identificação pessoal. Outro risco pode ser se algum professor (a), aluno (a) tiver algum gatilho pela temática ser forte, neste caso se houver necessidade poderá entrar em contato imediato conosco pelo contato deixado neste termo para encaminharmos ao psicólogo da IFPB ou mesmo um particular. Outro potencial risco pode ser a desistência de algum voluntário no percurso da pesquisa, mas iremos explicar a importância da conclusão do estudo para o trabalho. Caso haja qualquer dificuldade os pesquisadores estarão prontos para solucionar.

BENEFÍCIOS:

Ampliação do vocabulário, melhorar o senso crítico através de uma sequência didática que aborde o tema: violência contra a mulher, fazendo com que os estudantes tenham acesso a um aprendizado mais justo, igualitário e que possa ajudar na diminuição de casos de violência contra a mulher, através da ampliação de discussões e reflexões a cerca deste assunto tão urgente nos dias atuais e que provoca impacto direto na sociedade e no direito de autonomia da mulher.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.454.192

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo principal desenvolver práticas de leitura de literatura sobre o fenômeno histórico e sociocultural “Violência contra a mulher”, com estudantes do Ensino Médio Integrado do curso de Administração da Escola Cidadã Integral Técnica José Luiz Neto, em Barra de Santa Rosa – PB. Baseando-se nesse objetivo, esse estudo qualitativo propõe uma pesquisa de campo do tipo exploratória. A pesquisa será realizada nas turmas de terceiro ano da ECIT José Luiz Neto e com os professores das áreas de Linguagem e Ciências Humanas e sociais.

Como sujeitos participantes teremos 58 (cinquenta e oito) discentes e 09 (nove) professores da escola acima citada da área de Linguagem teremos: 01 professora de português; 01 professor de arte; 01 professor de Educação Física e 02 professores de Língua Inglesa; Na área de Ciências Humanas e Sociais teremos: 01 professora de História; 01 professora de Geografia; 01 professora de Sociologia e 01 professor de Filosofia, todos aptos a participarem como voluntários dessa investigação. A amostragem utilizada será a amostragem não probabilística delineada em razão do aprofundamento e compreensão do objeto de estudo.

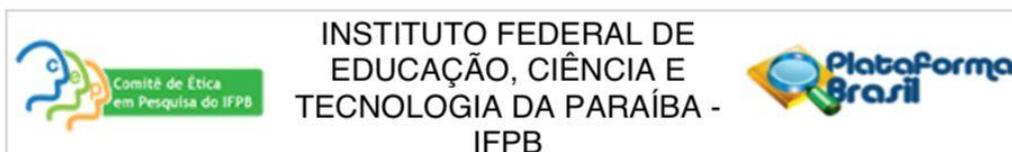
Para o presente estudo será utilizada com os docentes voluntários um questionário (Apêndice B) e com os discentes voluntários (Apêndice C), as perguntas serão estabelecidas e aplicadas na presença da pesquisadora, não haverá intervenção direta, os resultados dos dados coletados serão utilizados para a construção do objetivo. Aplicarei a entrevista (Apêndice D) apenas com a professora de Língua Portuguesa para verificar se o tema é trabalhado em sala de aula.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica pela necessidade de ser feita uma revisão teórica dos materiais já publicados acerca da temática. Na fase documental, faremos a análise do Plano Pedagógico de Curso (PPC) e dos Planos de Ensino dos componentes Curriculares de Língua – Língua Portuguesa e Língua Inglesa da ECIT José Luiz Neto.

Em análise anterior a esta, foram detectadas as seguintes inconsistências:

1) Não foi enviada folha de rosto assinada pela Reitoria ou pelo Diretor Geral do Campus a que se vincula a pesquisadora. RESOLVIDA

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.454.192

2) necessidade de atualizar o Projeto Detalhado, após ajustes em todos os Termos de Consentimento e no de Assentimento, quanto à autorização para uso de recursos audiovisuais, quando da realização da entrevista; RESOLVIDA.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão presentes, embora o TCLE do docente que será entrevistado não tenha sido anexado nesta última versão, tendo sido localizado na pasta de outros envios.

Recomendações:

Não há.

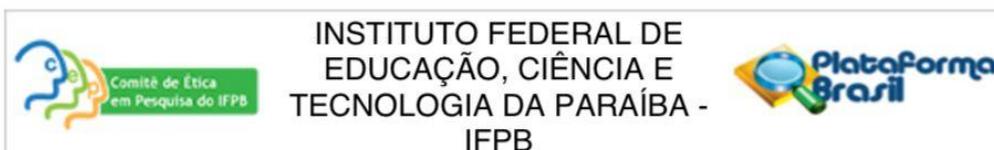
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar a pesquisa, emito na condição de Coordenadora parecer de APROVADO para a emenda apresentada ao projeto de pesquisa em execução, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 3- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.
- 4- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.454.192

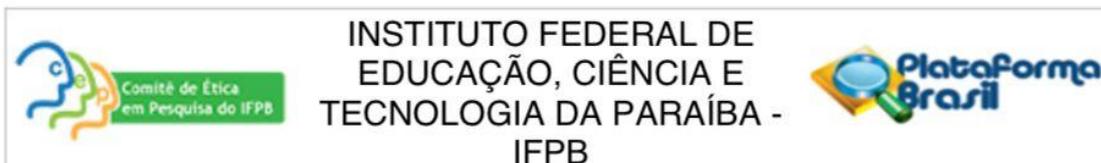
2- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 24/10/2023.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2174917_E1.pdf	02/10/2023 12:42:55		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	02/10/2023 12:42:04	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	02/10/2023 12:37:49	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	Carta_resposta_4.pdf	02/10/2023 12:26:10	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	02/10/2023 12:24:49	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	instrumento_de_coleta_de_dados_2.pdf	14/09/2023 16:43:07	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	instrumento_de_coleta_de_dados_1.pdf	14/09/2023 16:41:39	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	termo_escola.pdf	14/09/2023 16:38:52	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	carta_da_psicologa.pdf	14/09/2023 16:29:35	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	14/09/2023 16:26:01	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DISCENTE.pdf	14/09/2023 16:25:32	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DOCENTES.pdf	14/09/2023 16:25:12	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PAIS.pdf	14/09/2023 16:24:51	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/09/2023	KARINA DE	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.454.192

Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	16:20:52	OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	Carta_resposta_2.pdf	14/09/2023 16:16:20	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	EMENDA.pdf	01/08/2023 13:58:04	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	08/02/2023 18:07:57	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito
Outros	INSTRUMENTOS_DE_COLETA_DE_D ADOS.pdf	11/11/2022 17:43:15	KARINA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 24 de Outubro de 2023

Assinado por:
Cecília Danielle Bezerra Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br